

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

A TRADIÇÃO RESSIGNIFICADA:
UMA LEITURA DA VIDA SÓCIO-POLÍTICA DE
PRINCESA ISABEL - PB

1016
3-23
1997

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

JOSÉ JUSTINO FILHO

CAMPINA GRANDE - PB, 1997

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

JOSÉ JUSTINO FILHO

**A TRADIÇÃO RESSIGNIFICADA:
UMA LEITURA DA VIDA SÓCIO-POLÍTICA DE
PRINCESA ISABEL - PB**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande - PB, como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

ORIENTADOR: Márcio de Matos Caniello

CAMPINA GRANDE - PB, 1997



J96t

Justino Filho, Jose

A tradicao ressignificada : uma leitura da vida socio-politica de Princesa Isabel - PB / Jose Justino Filho. - Campina Grande, 1997.

138 f.

Dissertacao (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Princesa Isabel (PB) - 2. Princesa Isabel (PB) - 3. Princesa Isabel (PB) - 4. Dissertacao I. Caniello, Marcio de Matos II. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 308:32(813.3)(043)

JOSÉ JUSTINO FILHO

**A TRADIÇÃO RESSIGNIFICADA:
UMA LEITURA DA VIDA SÓCIO-POLÍTICA DE
PRINCESA ISABEL - PB**

Aprovada em ___ / ___ / ___

Márcio de Matos Caniello
orientador

Dr^a Ghislaine Duqué
examinadora

Dr^a Maria Barbosa Dias
examinadora

Dr. Paulo Henrique Martins
examinador

CAMPINA GRANDE - PB, Abril de 1997

O problema não é inventar. É ser inventado hora após hora e nunca ficar pronta a nossa edição convincente.

Carlos Drummond de Andrade

Para Vânia,
minha amada.

Para Rudá,

o meu “menino maluquinho”, que, esperto,
sabe tudo, menos como ficar quieto.

AGRADECIMENTOS

Não se tece sozinho uma dissertação. Muitos são os sujeitos que se embrenham nesta trama, vindo, talvez, daí, como diz Ester, a necessidade do “nós” acadêmico. O nosso “nós” contempla muitas pessoas, às quais gostaríamos de agradecer toda a ajuda recebida. Agradecemos, portanto,

- a CAPES, pela bolsa de estudos que nos ajudou de muitas formas;
- a Márcio, a quem devemos muito de estímulo e orientação, efetivada em palpites certos e amizade constante;
- aos professores do Mestrado, pelos incentivos e valiosas colaborações;
- aos colegas de curso, pela solidariedade e amizade;
- a Vera, Rinaldo e Joãozinho, pelo bom humor com que fizeram as orientações burocráticas;
- a Silvana e Lucinete, que incentivaram este trabalho desde o primeiro esboço do projeto;
- à população de Princesa Isabel, pela acolhida calorosa;
- às famílias Pereira e Diniz, pela gentileza com que nos atenderam;
- a meus pais e irmão, que facilitaram a nossa pesquisa em Princesa Isabel;
- a Marcos, cuja revisão criteriosa tornou possível a leitura do texto;
- a Gagá, pelas incursões na língua inglesa;
- a Sylvio, por ter nos ajudado a desvendar os labirintos da informática;
- a Vânia, minha amada, que fiou comigo todas as linhas desta dissertação.

ABSTRACT

This work is the result of a study which took place in the county of Princesa Isabel, located in the backlands of the state of Paraíba. Our main objective was the investigation of the permanence of two families who have been taking turns in the local political power since the beginning of the century, adapting themselves to the political, economical and social changes that occurred in the recent history of the country, thus showing that traditional political practices can articulate with modern political tendencies, guaranteeing the existence of a certain cultural standard capable of facing the expansion of the capitalist society and the homogenization of its ideological structure.

The theoretical basis of the dissertation revolves around the question of the of "personal relationships" - a concept that accommodates different variants, such as *friendship*, *family*, *patronage* and *personal relationships*. All these relationships, with their peculiarities, act in certain contexts, in a sense that makes us see how established are the obligations or the rules that characterize the political behaviour.

With this work we want to demonstrate like, in a small town, the traditional political practices articulate with the modern ones, confirming thus that determined structures that are typical of the past still persevere historically, but acquiring new meaning in the process.

RESUMO

Este trabalho é resultado de um estudo realizado no município de Princesa Isabel, situado no Semi-Árido do Estado da Paraíba. O nosso principal objetivo foi a investigação da permanência de duas famílias que se vêm alternando no poder político local desde o início do século, adaptando-se às mudanças políticas, sociais e econômicas, características da história recente do país, numa demonstração de que práticas políticas “tradicionais” podem se articular com tendências políticas “modernas”, garantindo a reprodução de um padrão cultural característico, capaz de se ajustar à expansão da sociedade capitalista e à hegemonização de sua estrutura ideológica.

A base teórica da dissertação gira em torno da problemática das “relações pessoais”, noção sob a qual se acomodam diferentes variantes, tais como as *relações de amizade*, de *parentesco*, de *patronagem* e de *redes pessoais*. Essas relações, com suas particularidades, agem, em certos contextos, no sentido da percepção de como estão instituídas as obrigações ou as regras que caracterizam o comportamento político.

Com este trabalho, pretendemos demonstrar como, numa pequena cidade, o “tradicional” articula-se ao “moderno”, de forma a comprovar que determinadas estruturas típicas do passado permanecem atuantes historicamente, adquirindo, no entanto, novos significados.

SUMÁRIO

I - Introdução:

1. Construção da problemática.....	01
2. Perspectiva teórico-metodológica	09

II - A Construção de uma Tradição Política:

1. A conjuntura política antes de 1930	35
2. Os antecedentes históricos do faccionalismo político	49
3. O poder dividido.....	66

III - As relações de poder : significado e resignificação

1. A configuração das relações de poder.....	87
3. A resignificação nas relações de poder	99

IV - Considerações finais

119

V - Anexos.....

124

VI - Bibliografia

127

INTRODUÇÃO

A CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA.

Investigar as relações que envolvem política, vida social e economia em Princesa Isabel¹ foi um tema que nos despertou interesse a partir da disciplina *Poder Local e Estado Nacional*, ministrada pelo professor Márcio Caniello, durante o semestre 93.2, no Curso de Mestrado em Sociologia da UFPB. Este curso teve como foco de debate a discussão sobre a relação entre mudança histórica e permanência estrutural de certos traços culturais, destacando-se a análise do padrão ético².

Tema central de sua dissertação de Mestrado (Caniello, 1993), que é um estudo de caso de uma “pequena cidade” do interior de Minas Gerais, a análise deste professor se encaminha para provar que o padrão ético não se transforma radicalmente com os influxos das mudanças sócio-econômicas, mas, ao contrário, molda-se às novas realidades, permanecendo estruturalmente operante, apesar das mudanças formais que esse padrão ético possa vir a sofrer.

Ao longo da disciplina, fomos percebendo a complexidade que a problemática requeria, sobretudo, porque não se relacionava apenas com questões econômicas, mas estava ligada também à maneira como os homens vivenciam histórica e culturalmente o poder e as próprias relações que estruturam o padrão ético.

¹ O município de Princesa Isabel, que tem uma população de 22.234 habitantes (censo demográfico de 1991), está localizado na zona fisiológica do sertão, ao sul da porção ocidental do Estado da Paraíba, micro região da serra do Teixeira. Tem atualmente 395 km² que se limitam, ao Norte, com os municípios de Curral Velho, Pedra Branca e Nova Olinda (todos na Paraíba), ao Sul, com os municípios de Carnaíba, Flores e Triunfo (todos em Pernambuco), ao Leste, com o município de Tavares e, ao Oeste, com o município de Manaira (ambos no Estado da Paraíba).

² Caniello define *padrão ético* como “a gramática do comportamento e o desiderato moral” de uma determinada formação social (Caniello, 1993:9, *grifos do autor*).

Para a escolha e realização desta pesquisa — um estudo de caso no município de Princesa Isabel, no sertão paraibano —, vários fatores influenciaram. O principal deles foi termos nascido naquela localidade, permanecendo lá por mais de dezessete anos, fato que determina um grande vínculo afetivo e um considerável conhecimento, ainda que impressionista, da vida da cidade. E, em função de ainda hoje termos familiares residindo na cidade, continuamos a fazer visitas freqüentes àquela localidade, o que, de uma certa forma, faz-nos tomar conhecimento dos acontecimentos e acompanhar o desenrolar das atividades da vida política e social da cidade.

Os outros fatores que contribuíram para definição do tema de nossa dissertação foram de ordem acadêmica: o interesse pelo tema, despertado no curso, como já citamos, e a inexistência de trabalhos abordando os vários aspectos da história da cidade no pós-30. A grande maioria dos trabalhos que abordam as questões políticas de Princesa Isabel está voltada para “A Revolta de Princesa”, movimento armado liderado pelo Coronel José Pereira Lima contra o governo do Presidente João Pessoa em 1930³.

A vida política do município até 1930 esteve sob o comando de uma única família, os Pereiras. É somente a partir do final de 1930, por ocasião da “Revolta de Princesa”, que se dá o surgimento de uma facção que vai causar uma ruptura na organização política do município. Esta facção foi liderada pela família Diniz, que se contrapôs ao poderio dos Pereiras. Este faccionalismo político, surgido em 1930, influiu na vida dos habitantes da cidade e permanece operante até o presente momento, ao ponto de o poder administrativo do município sempre estar sob o comando de uma dessas famílias.

Diante da permanência das duas famílias, em constante rivalidade, na cena política da cidade, o nosso trabalho foi se orientan-

³ Ver, a esse respeito, Rodrigues (1978:15). O tema “A Revolta de Princesa” será abordado no capítulo “Antecedentes históricos do faccionalismo político”, desta dissertação.

do no sentido de procurar entender a complexidade das relações políticas no município desde o seu surgimento. A nossa atenção, no entanto, voltou-se mais para o período compreendido entre 1930 e os dias atuais.

Definida a problemática, construímos a nossa hipótese, tendo como base a importância das relações pessoais na condução da vida cotidiana da cidade, principalmente nas suas relações políticas. Nesse sentido, estamos seguindo a orientação de Da Matta, que vê a necessidade de uma análise séria das relações pessoais em suas diversas formas, na medida em que elas constituem “*um dado básico da sociedade*”(Da Matta, 1987: 95).

Assim, a nossa hipótese foi construída a partir da percepção da importância das relações pessoais e de suas ligações com as transformações na economia e na política, as quais não impediram, contudo, a permanência das famílias Pereira e Diniz como protagonistas na cena política da cidade. Isto porque um tipo específico de relação social e política, baseada nas relações pessoais - amizade, parentesco e patronagem - vem se adaptando para conviver com a modernidade. Dentro desse quadro, procuramos analisar, a partir do discurso do homem do campo e da cidade, a presença ou não das relações acima mencionadas, no sentido de verificar a existência de continuidade ou descontinuidade das relações de poder dentro do contexto em análise.

Não esperávamos encontrar naquele meio características de uma sociedade tipicamente moderna, onde “a dominação nunca será exercida por pessoas nem dependerá de sua autoridade pessoal [...], sendo exercida por via institucional.”(Gorz, 1982: 272). Da mesma forma não pensávamos encontrar uma sociedade anacrônica, onde os homens possuem o poder indiscriminadamente e as suas funções são criadas “sob medida por poderosas individualidades para exaltar a singularidade de seu ego”(Gorz, 1982: 72).

Nesse sentido, a nossa hipótese era a de encontrar uma sociedade onde antigas práticas políticas se adaptam, permanecendo *res-*

significadas, na vida social, mesmo em face da expansão da sociedade capitalista e a hegemonização de sua estrutura ideológica basicamente individualista. Ou seja, esperávamos identificar um processo em que a *tradição* se articula com a *modernização econômica* configurando uma situação sociológica dúplice, cuja lógica é exatamente a preservação do *ethos*⁴ face às novas condições históricas.

Assim, percebendo a ocorrência de padrões de patronagem e clientelismo nas relações políticas de Princesa Isabel, estabelecemos o objetivo de detectar possíveis transformações nesses códigos tradicionais de relacionamento político, num contexto que relacionasse o processo de mudança econômica e a permanência estrutural das relações pessoais características da cidade pequena.

Para tanto, definimos metodologicamente um procedimento essencialmente histórico no levantamento de dados, à medida que este pode indicar materialmente as modificações e permanências no panorama político e social da cidade. Utilizamos, além disso, entrevistas abertas com roteiros pré estabelecidos, com o intuito de, a partir de suas práticas discursivas, entender a percepção dos moradores da cidade e do campo, a respeito da vida sócio-política de Princesa Isabel.

Outras fontes também foram utilizadas: trabalhamos com consulta bibliográfica, já que existe um vasto material literário que narra os acontecimentos que conduziram a “Revolta de Princesa” em 1930. A pesquisa bibliográfica fora desse período histórico é mais difícil, pois praticamente não há material publicado sobre a vida política e social da cidade pós-30. Foram também por nós utilizados, porém como informações secundárias, alguns dados do IBGE (Censo e mapas), além de artigos de jornais e revistas. Além dessas fontes, o nosso convívio cotidiano na cidade durante a infância e a adolescência, através da

³. *Ethos*, aqui, refere-se à definição de Geertz: “O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição, é subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete.” (Geertz, 1978: 143 *apud* Caniello, 1993: 17).

participação em eventos sociais como as festas em clubes, festas religiosas, jogos de futebol, gincanas escolares, entre outros, ajudou muito no entendimento da vida cultural, social e política da cidade objeto do nosso estudo.

O levantamento de dados no campo foi realizado entre os meses de março e dezembro de 1995, com por 05 viagens à Princesa Isabel, nos seguintes períodos: de 31 de março a 02 de abril de 1995; de 28 de julho a 01 de agosto de 1995; de 04 a 10 de setembro de 1995; de 22 a 27 de outubro de 1995; de 21 a 28 de dezembro de 1995. Contamos, para realização da pesquisa, com a colaboração de 32 informantes, com os quais trabalhamos através da observação direta, veiculada a partir de entrevistas. Os entrevistados dividiram-se entre habitantes da cidade e do campo e compuseram um total de 09 mulheres e 23 homens, entre os quais, os líderes das duas famílias, Pereira e Diniz. Os entrevistados estiveram assim distribuídos: o Prefeito Municipal, 04 vereadores do município, o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, 03 estudantes, 03 funcionários públicos, 08 agricultores, 02 advogados, 04 aposentados, 02 comerciantes, 02 domésticas, 01 radialista e 01 médico.

A participação desses informantes foi de fundamental importância para nos conduzir na tarefa de analisar determinadas relações de poder naquela cidade. Nesses contatos, procuramos compreender como os informantes estão relacionados à estrutura do poder local e até em que medida essa relação consegue instituir novos valores e significados.

O primeiro contato de pesquisa foi através de uma visita à cidade, em março de 1995, com colegas do Mestrado em Sociologia. A visita tinha como objetivo fazer um levantamento histórico sobre a vida política da cidade, dando especial atenção aos acontecimentos de 1930. No entanto, outros assuntos também foram abordados, como é o caso da cultura e da economia da cidade. Tal visita foi motivada pelo fato de que, naquele momento, tínhamos acabado de cursar a disciplina História do Nordeste, com a professora Eliete

Gurjão. A nossa equipe de pesquisa contou, além da companhia desta professora, com a companhia de outros professores (Sales, Keila e Mércia) interessados na história da cidade.

Nesse primeiro contato com a população, incluindo membros das duas famílias que detêm a hegemonia política da cidade, não houve qualquer problema. Ao contrário, tivemos o apoio do atual prefeito da cidade, o qual ofereceu alojamento para o restante do grupo, colocando-se a nossa disposição para qualquer eventualidade. Desta forma, o acesso aos informantes não contou com nenhuma dificuldade, e, apesar de, naquele momento, as entrevistas se encaminharem mais para o polêmico tema da “Revolta de Princesa”, foi-nos possível começar já a perceber a complexidade das relações políticas e sociais da cidade. Contribui para isso o fato de as pessoas entrevistadas se sentirem bastante desinibidas para falar dos vários temas abordados, o que muito nos impressionou e, de certa forma, serviu de incentivo à continuidade da pesquisa.

Passada essa primeira fase da pesquisa, fizemos a segunda visita, em circunstâncias bastante diferentes da anterior. Sem a companhia do grupo citado, atuando sozinho, apesar das boas perspectivas que aquele primeiro contato nos tinha proporcionado já não estávamos seguros de que as fontes da pesquisa fossem corresponder às nossas expectativas, pois a forte rivalidade que marca a vida política da cidade teoricamente apontava para várias dificuldades a serem superadas, entre as quais a incerteza de obter informações precisas que contemplassem o objeto da análise. No entanto, para nossa surpresa, não houve obstáculo que não pudesse ser quebrado, de modo que o contato com os informantes transcorreu dentro da normalidade.

Um momento importante na pesquisa de campo foi quando procuramos entrevistar os dois maiores líderes políticos da cidade, Antônio Nominando Diniz e Aloysio Pereira Lima, ambos morando na capital do Estado. Com o primeiro deles não encontramos nem resistência nem surpresa no

contato que tivemos: tudo transcorreu exatamente como esperávamos. O encontro com o outro líder sequer nos parecia uma certeza, no entanto, ocorreu. Nesse contato, aquele que se apresentava em nosso imaginário como autoritário, sisudo, prepotente e do qual parecia-nos que dificilmente poderíamos colher informações que contemplassem o objetivo da investigação, surpreendeu-nos: recebeu-nos muito bem, respondeu a todas as questões indagadas e, além disso, se mostrou tão interessado no trabalho que estávamos desenvolvendo que chegou, inclusive, a nos oferecer material para a nossa pesquisa⁵.

Outro aspecto que mereceu destaque na nossa pesquisa de campo foi o fato de que tanto os mais jovens quanto os mais idosos têm uma visão da vida política da cidade voltada para os anos que envolvem a “Revolta de Princesa” e a morte do Cel. José Pereira Lima. Ou seja, a percepção que a maioria da população tem da vida política de sua cidade compreende um período já bastante distante no tempo, uma vez que compreende os anos de 1925 a 1949. O tempo compreendido entre 1949 e o início dos anos oitenta parece não despertar interesse na população. É como se fosse um período sem grandes feitos ou realizações.

Por outro lado, à medida que desenvolvíamos a nossa pesquisa de campo, as entrevistas, em sua totalidade, destacavam a importância das relações pessoais na vida dos moradores da cidade, o que nos levou à percepção de que poderia haver uma permanência dos padrões de patronagem e clientelismo na vida sócio-política da cidade, mesmo que algumas modificações pudessem ser identificadas. Assim, a fim de analisar esses padrões de patronagem nas relações políticas de Princesa Isabel, encaminhamos todos os nossos esforços

⁵ O nosso contato com o Sr. Aloysio Pereira nos deixou a impressão muito forte de que havia um grande desejo de sua parte de que a verdadeira história sobre os acontecimentos de 1930 fosse esclarecida, já que durante muito tempo, o seu pai, Cel. José Pereira Lima, líder na “Revolta de Princesa”, foi tratado pela historiografia oficial como “cangaceiro”, não dando a real conotação política que o movimento de 1930 pedia.

na perspectiva de encontrar as possíveis transformações nos códigos tradicionais de relacionamento político.

Chegando ao final da pesquisa, sentíamos que a experiência participativa tinha sido marcante, uma vez que nos incluíamos naquele contexto político e social. Muitos dos contatos estabelecidos significaram uma reaproximação com os amigos de infância: era como se estivesse acontecendo uma volta para casa. Parecia que nossos problemas e nossos objetivos eram do conhecimento de todos. Assim, sentíamo-nos familiarizado com as questões investigadas e com seus agentes.

Durante o período em que estivemos envolvido nessa pesquisa, vários convites foram feitos para almoços, festas, e até mesmo para participação na vida política local, fazendo-nos sentir novamente um morador daquela pequena cidade e, mais do que isso, colocando-nos numa situação de tamanho envolvimento com um universo em que as relações sociais são marcadas pelo contato pessoal, que somos levados a concordar com Caniello, quando afirma que “o que define que uma cidade seja pequena é exatamente o fato de que nela todo mundo se conhece.” (Caniello, 1993: 48).

PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

A discussão teórica desta dissertação consiste numa análise sobre a relação entre mudança histórica e permanência estrutural de certos laços culturais, tendo por base o estudo das estruturas sócio-políticas. A interpretação, nessa perspectiva, possibilita-nos a reprodução da vida política e social nas relações estabelecidas pela cultura da qual ela emerge. Assim, nossa preocupação tem o sentido de procurar, nas relações de poder, obter informações que nos possibilitem compreender a realidade da vida política e da sua organização social.

Propomo-nos, assim, interpretar a realidade social e política de uma pequena cidade: Princesa Isabel. Para isso, inicialmente discutimos uma vertente inovadora de interpretação do campo social brasileiro, caracterizada por uma redefinição metodológica que leva em conta relações micro-estruturais do mundo cotidiano. Essa nova vertente de interpretação, trabalha com as “relações *micro-estruturais* que, ritualizadas, expressam a lógica mais interna do *ethos* nacional” e “passam a ser tomadas como elemento fundamental à interpretação do universo social brasileiro.” (Caniello, 1993: 16-17, *grifos no original*)

Nesse sentido, o *ethos nacional* se constitui de uma duplicidade ética, caracterizada pela coexistência ambígua do individualismo moderno e do holismo⁶ tradicional. Essa duplicidade ética, fundada na capacidade histórica de articular o *tradicional* e o *moderno*, acaba por definir a sociedade brasileira como uma *sociedade relacional* (Cf. Da Matta, 1987: 25-26), o que se constitui em uma de suas mais significantes peculiaridades. Este estilo relacional

⁶Cf. Dumont (1992: 57-58).

e dúplice “pode ser considerado como o traço mais eloqüente de nossa *ética própria*.”(Caniello, 1993: 20-21).

Portanto, tendo por base a relação entre o *moderno* e o *tradicional*, a nossa investigação se encaminha no sentido de buscar elementos empíricos que possam testar esta *possibilidade dúplice* como elemento orientador das relações sociais na sociedade brasileira. Assim, no primeiro momento desta perspectiva teórico-metodológica, tratamos dos aspectos teóricos da relação moderno/tradicional na sociedade brasileira. Em seguida fazemos uma análise interpretativa das relações e redes pessoais, destacando alguns conceitos como amizade, aliança política, patronagem, parentela e rede social, que são de fundamental importância para esta dissertação.

Quando tratamos da sociedade brasileira nos seus aspectos mais gerais, partimos do princípio de que sua estrutura é peculiar, uma vez que as mudanças políticas e sociais operadas em seu âmbito nem sempre são determinadas pelos mesmos mecanismos operantes em outras sociedades. Esta peculiaridade à qual nos referimos é consequência, segundo José de Sousa Martins, do fato de a sociedade brasileira ter-se originado a partir de uma colonização, o que lhe assegurou a conotação de uma “*sociedade de história lenta*” (Martins, 1994: 14).

É ainda esta estrutura peculiar que exige que a sociedade brasileira seja estudada, a exemplo de outras sociedades de origem colonial, a partir da perspectiva de uma *sociologia de história lenta* (Martins, 1994: 14). Este procedimento pressupõe uma leitura de fatos e acontecimentos determinada pela necessidade de se descobrir no momento atual a presença ativa de estruturas, valores e concepções oriundas do passado. Neste trabalho, para que isto seja possível, é preciso que o passado seja entendido como um recorte temporal em que as realidades são perpassadas por um movimento espacial, em que as re-

apresentações históricas passam por um deslocamento pendular entre fechamento e abertura do espaço político e social.

Com este caminho metodológico não pretendemos chegar a conclusões mais gerais sobre a sociedade brasileira, pois não defendemos que todo e qualquer resultado obtido a partir da análise de um determinado contexto limitado possa ser estendido ao contexto mais amplo do qual aquele faça parte. Pretendemos, no entanto, ressaltar que a interpretação da vida social limitada da pequena cidade pode denunciar aspectos mais gerais da sociedade brasileira como um todo, a partir de uma análise que leva em conta “as relações de contigüidade entre o que ocorre a nível local e o que define nossa sociedade globalmente.” (Caniello, 1993: 32).

É precisamente neste ponto que tomamos a cidade de Princesa Isabel como um contexto limitado que, ao ser estudado, pode ajudar a elucidar questões mais gerais da sociedade brasileira. Uma destas questões é o processo de modernização, sem rupturas, pelo qual vem passando a cidade, já que nela é possível, por exemplo, observar a prática de discursos políticos modernos articulados a antigas estruturas políticas.

Não esquecemos, no entanto, que estamos diante de uma realidade bastante específica: a realidade de uma pequena cidade, aqui definida não apenas pela sua representação puramente geográfica, mas sobretudo pela sua dimensão simbólica, como propõe Caniello:

“para além da percepção empírica das dimensões físicas da cidade, a consideração da limitação do seu espaço liga-se fundamentalmente ao seu próprio *padrão de relações sociais* - o que define que a cidade seja “pequena” é exatamente o fato de que nela “todo mundo se conhece”; ou seja, nela, as relações sociais tem um escopo limitado pela inevitabilidade do contato pessoal.” (Caniello, 1993: 61, *grifos do original*).

Se assumimos a postura de trabalhar com a noção de relações de contigüidade entre o que ocorre na pequena cidade e o que define a sociedade brasileira globalmente, é porque temos a convicção de que a realidade que analisamos reflete a sociedade brasileira como um todo, mas dela também se afasta em determinadas peculiaridades inerentes ao espaço relativamente autocontido da “cidade pequena”. O que, em outras palavras, significa assumir a postura de não ver apenas uma cultura brasileira única, nem o extremo oposto de enxergar culturas particulares no Brasil, mas pressupor uma definição ideológica que estabelece uma identidade comum.⁷

É diante do espaço relativamente autocontido, no qual a cultura é elemento crucial na organização da vida social, que observamos o quanto a suposta “modernização do sistema político brasileiro”⁸ convive com a sobrevivência de práticas comuns do passado, como é o caso específico do clientelismo, que atua como mecanismo de relação entre os detentores do poder político e a sociedade civil⁹.

Um bom indicador do que estamos afirmando é o fato de a história recente demonstrar que, ao longo dos tempos, os políticos assumiram em seus discursos um tom que pode ser chamado “moderno” e, no entanto, o clientelismo, longe de ter deixado de existir, se revigorou e continua sendo, “uma prática política que consiste no intercâmbio de voto por favores, entre um determinado chefe de organização política e seus eleitores com os quais cria um forte componente de lealdade e dependência pessoal” (Andrade, 1983: 3).

⁷ Ver, a esse respeito, Dumont (1992: 30).

⁸ Quando falamos na modernização do sistema político brasileiro, estamos nos referindo às mudanças ocorridas na organização político-partidária por ocasião da Constituição de 1988.

⁹ Para Martins, “[...]o clientelismo político não desapareceu. Ao contrário, em muitas regiões do País ele se revigorou, embora mudando de forma, praticado por uma nova geração de políticos de fachada moderna” (Martins, 1994: 29).

Para interpretar a inserção da sociedade brasileira na lógica efetiva do Capitalismo, devemos levar em conta a persistência de padrões de cultura que resistem às mudanças históricas, isto é, precisamos recorrer ao nosso passado colonial para melhor conhecer as nossas particularidades. Para tanto, é preciso partirmos do princípio de que o Brasil, um país do “Terceiro Mundo”, ocupa uma posição intermediária no que diz respeito à sua inserção no Capitalismo e no âmbito da ordem social competitiva. É preciso ainda lembrar que essa posição intermediária resulta do fato de o Brasil ter vivenciado não só a expropriação, mas também a escravidão, desde o seu período colonial.

Viver a expropriação e a escravidão no período colonial parecia colocar o Brasil em pé de igualdade com Portugal, uma vez que tal fato promovia uma transplantação das distinções sociais preexistentes na sociedade portuguesa para a sociedade brasileira. No entanto, o que deveria constituir uma similaridade com o primeiro mundo acaba por se definir como uma particularidade da sociedade brasileira. Se essa peculiaridade ocorreu foi porque uma grande diferença separava o Brasil de Portugal: enquanto este já começava a vivenciar o capitalismo, com o advento das expansões marítimas, o outro nascia a partir de uma colonização surgida por descobrimento. Assim, o Brasil adquire estruturas econômicas, sociais e políticas com um padrão próprio, o que determina a especificidade das regras que caracterizam a sua sociedade¹⁰.

E se é preciso ter sempre em mente que o processo de mudança social no Brasil pressupõe a existência de uma herança sócio-cultural relacionada com certos aspectos sócio-dinâmicos advindos do período colonial, é igualmente importante ressaltar que a ligação entre esse “padrão brasileiro” que se formou e a mentalidade mandonista¹¹ das elites das classes dominantes ainda

¹⁰ Ver, a esse respeito, Holanda (1995: 31-40), Prado Jr. (1989: 281), e Freyre (1983: 23).

¹¹ Na perspectiva de Fernandes (1979), a mentalidade mandonista “compatibiliza a coexistência da tolerância e até da cordialidade com um profundo desdém elitista por quem não possua a mesma *condição social*. O que faz com que aquilo que pareça ‘democrático’, na superfície, seja de fato ‘autoritário’ e ‘autocrático’, em sua essência. Este patamar psicossocial das relações humanas é a nossa herança mais

não foram neutralizadas pela ordem social competitiva, podendo ainda ser observadas nas

“interferências de padrões de tratamento que são antes estamentais e que reproduzem o passado no presente, a tal ponto que o horizonte cultural inerente à consciência conservadora de nossos dias, em seu mandonismo, exclusivismo e particularismo agrestes, lembram mais a simetria ‘colonizador’ *versus* ‘colonizado’ que a ‘empresário *versus* ‘assalariado’” (Fernandes, 1979: 35, *grifos do original*)

O Capitalismo aqui introduzido se confronta com esta estrutura oriunda do regime colonial, absorvendo-a lenta e parcialmente até ajustar-se aos padrões capitalistas com seus dinamismos econômicos inseridos no mercado mundial. Essa distinção marcou de forma contundente o padrão brasileiro que então se formava e que não consegue ser neutralizado pela ordem social competitiva. Isto ocorreu porque o desenvolvimento do capitalismo pressupõe uma forte maturação da ideologia individualista, como propõe Weber (1974:33). Este processo, no Brasil, tem peculiaridade própria: ocorre aqui a convivência de relações que marcam um capitalismo chamado desenvolvido com formas tradicionais de organização social, que o próprio sistema se encarrega de conservar, atualizar e reproduzir. Ou seja,

“o sistema é dual: de um lado, existe o conjunto de relações pessoais estruturais, sem as quais ninguém pode existir como ser humano completo; de outro há um sistema legal, moderno, individualista (ou melhor, fundado no indivíduo), modelado e inspirado na ideologia liberal e burguesa.”(DaMatta, 1983: 20).

duradoura (e, ao mesmo tempo, mais negativa) do passado colonial e do mundo escravista.” (Fernandes, 1979: 35, *grifos do autor*). Para uma melhor compreensão da mentalidade mandonista das classes dominantes ver Queiroz (1976).

Ou ainda, como nos sugere Santos,

“(...) no Brasil convivem e conjugam-se num mesmo drama dois mundos: o mundo das *pessoas*, onde todos são “gente”, de uma ou de outra maneira acima da lei, mundo das relações sociais personalizadas que possui um código altamente elaborado.(...) Por outro lado, há o mundo de *indivíduos*, impessoal, regido pela lei igualitária e universalizante.” (Santos, *apud* Guatarri e Rolnik. 1986: 59, *grifos do autor*).

Portanto, a peculiaridade de acomodar a cada situação o individualismo moderno e o holismo tradicional¹² faz com que a sociedade brasileira adquira uma configuração ética com capacidade de adaptar as mais diferentes tendências nos mais variados setores da sociedade. Nesse sentido, Caniello, a partir de uma discussão sobre a *duplicidade ética*, de Weber e Dumont, e contemplando a definição de *sociedade relacional*, de DaMatta, propõe a definição de um *estilo nacional relacional e dúplici*, um conceito que relaciona efetivamente a ideologia com a ação dos sujeitos, define ideologicamente o *estilo* como um *padrão de conduta* e “pode ser considerado como um traço mais eloqüente de nossa *ética própria*.”(Caniello, 1993: 20-21).

A condução da análise nestes termos nos possibilita interpretar, numa perspectiva mais geral, a capacidade que têm os sistemas tradicionais de desenvolverem estratégias de acomodação de traços culturais, em face às condições impostas pela pressão modificadora das transformações econômicas. Nesta dissertação, uma análise assim conduzida é particularmente importante porque a marca distintiva deste tipo de acomodação que ocorre na for-

¹² Para uma melhor compreensão dessa relação, ver Caniello (1993: 14-21).

mação social de uma pequena cidade se justifica em função do caráter pessoalizador de suas relações.

Nesse sentido, encaminhamos nossa análise aos aspectos essenciais de padrões de interação social, de modo a procurar identificar nestes e na complexidade das relações pessoais, instrumentos de manutenção de determinadas práticas políticas que ajudam a manter a hegemonia de determinados grupos de elite no poder político da localidade em estudo.

Não obstante a sua utilidade, não nos deteremos nos estudos das origens do conflito social que se localizam nas oposições de classes que caracterizam a sociedade brasileira. Acreditamos que o exame de práticas políticas nos conduzirá a elementos que funcionam como mecanismos que impedem a estruturação dos grupos clientes em grupos auto-orientados.

A este respeito, concordamos com Balandier, quando ressalta que as relações hierárquicas estão presentes em todas as dimensões sociais, tanto em sociedades simples como em complexas: “não há sociedade sem poder político, não há poder sem hierarquias e sem relações desiguais instauradas entre indivíduos e grupos sociais”. (Balandier, 1969: 74).

A partir daí, a nossa opinião é que o estudo das estruturas sócio-políticas nos indicará que a manutenção do poder político não resulta apenas da herança cultural, mas sobretudo de estruturas de poder historicamente determinadas. Assim, ao analisar a sociedade, nos diversos segmentos que a compõem, temos a convicção que a visão do cientista não se deve limitar apenas às condições que supostamente a determinam.

A forma pela qual a sociedade contemporânea se apresenta em toda sua complexidade nos leva a indagar as razões pelas quais, em certas circunstâncias, alguns aspectos do comportamento social permanecem como se estivessem estáticos, ainda que sob o rótulo da permanência se encontrem novos significados. A persistência desses determinados comportamentos nos

fazem tentar, com maior insistência, focalizar os elementos e as condições que possibilitam a sua permanência. Para entendermos a complexidade das relações sociais recorreremos a Velho, quando afirma:

“a noção de complexidade traz também a idéia de uma heterogeneidade cultural que deve ser entendida como a coexistência, harmoniosa ou não de uma pluralidade de tradições cujas bases podem ser ocupacionais, técnicas, religiosas, etc.” (Velho, 1981: 16)

Os autores que discutem a questão da modernização nos “países em desenvolvimento” geralmente têm considerado as relações pessoais nas formações contemporâneas como um tipo de relação com forte resquício de caráter tradicional, constituindo um obstáculo ao processo de modernização da sociedade. Essa perspectiva, que vem se tornando objeto de consenso, prevê que esse tipo de relação cederá automaticamente lugar a uma relação do tipo racional e impessoal, que se associará aos novos padrões do mercado, à burocracia e à democracia.

Esse pressuposto não deixa de representar uma limitação, pois negligencia a presença das relações oriundas do passado nas sociedades contemporâneas. Os trabalhos que tratam das relações pessoais têm se voltado mais para a análise da forma como estão ordenados os laços pessoais nas relações sociais e na organização das condutas, deixando de lado o porquê de essas relações pessoais oriundas do passado virem resistindo às mudanças pelas quais passa a sociedade.

A presença das relações pessoais na sociedade brasileira tem sido destacada por autores do chamado “pensamento social brasileiro”, entre os quais se destacam Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Nestor Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e, mais recentemente, Roberto da Matta (1983).

Oliveira Viana (1973) destaca a importância da patronagem política, quando analisa as relações de dependência criadas em torno dos senhores rurais e afirma que elas são motivadas pelo mal funcionamento das instituições públicas. Nesse estudo, Viana chama a atenção para o fato de que a amizade, a gratidão e o personalismo¹³ se contrapõem aos interesses coletivos. Já Gilberto Freyre (1983) destaca a importância da “família patriarcal”, na qual as personagens se substituem no decorrer do tempo, constituindo-se num tronco de onde brotam todas as outras relações sociais e seus reflexos no mundo político, tornando-se fundamental na formação da sociedade brasileira¹⁴.

Nestor Duarte (1966) destaca a constituição do Estado Brasileiro e a importância da família e do “privatismo”, vendo na organização da sociedade e da política brasileira uma herança da colonização portuguesa¹⁵. Nesta mesma linha de raciocínio destacamos o trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, para quem o tipo primitivo de família patriarcal gera influências nos detentores das posições públicas. Para esse autor, tais influências fazem com que a distinção do privado e do público se dê em função de interesses particulares, estabelecendo, por exemplo, que o processo de escolha de candidatos a exercerem as funções públicas se dê de acordo com a confiança pessoal que estes merecem e não de acordo com suas capacidades próprias¹⁶.

Tendo por base o passado colonial, Caio Prado Jr. analisa o patriarcalismo como uma herança da colonização portuguesa que aflo-rou na sociedade brasileira. Estando o senhor rural e sua família situados no centro da vida social da Colônia, a população se organizava em torno dele, cabendo-

¹³ Ver o destaque dado a “Gênese dos Clãs e do espírito de Clã”, e “psicologia política” por Viana (1942: 120).

¹⁴ Ver, em Freyre (1983: 23), a importância da “família patriarcal” na formação da sociedade brasileira e a referência aos seus reflexos no mundo político.

¹⁵ Ver a relação entre a constituição do Estado Brasileiro e os interesses do “senhoriato” em Duarte (1966: 108).

¹⁶ Ver, a esse respeito, Holanda (1995: 146).

lhe tamanha autoridade e prestígio que a administração colonial era obrigada a reconhecê-lo como centro de poder e riqueza¹⁷. Tal situação pode ser descrita como a criação de um verdadeiro clã patriarcal, o que, para Prado Jr., é algo específico de nossa organização social.

Como vemos, os autores do chamado “pensamento social brasileiro” tratam das relações pessoais na sociedade brasileira. O que não fica muito evidente, na nossa opinião, é o que caracteriza tais relações. Para uma melhor compreensão do que sejam as relações pessoais, tomamos por base os estudos de Carl Landé, que, ao teorizar sobre “relações diádicas”, caracteriza o que entendemos por relações pessoais.

A respeito das relações diádicas, Landé primeiramente designou-as de “alianças diádicas” (1977 e 1977a), preferindo, depois de um certo tempo, chamá-las de “díades de ajuda mútua” (1983). A distinção feita por Landé entre relações diádicas e outras formas de relação a dois se dá pelo fato de que independentemente de pertencerem a um mesmo grupamento ou de ocuparem determinados cargos ou posições institucionais, as pessoas se relacionam diretamente. Isto é, a relação é baseada na personalidade. O tratamento de um indivíduo é considerado pessoal quando se dá com alguém que acumula outros papéis, além daquele que está sendo acionado, não importando os papéis sociais específicos. Ou seja, ao se estabelecer, por exemplo, uma relação entre uma pessoa e outra que desempenhe o papel de funcionário de uma instituição o que prevalece é a relação pessoal e não o fato de uma das pessoas envolvidas acumular e desempenhar diferentes papéis.

Já para a definição da noção de “aliança de ajuda mútua”¹⁸, Landé parte do princípio de que ao se constituir uma aliança diádica,

¹⁷ Ver, a esse respeito, Prado Jr. (1989;287).

¹⁸ Para a definição da noção de “aliança de ajuda mútua” Landé (1977) tem por base um estudo de Foster (1967) sobre o campesinato mexicano, no qual distingue dois tipos de contratos por um lado os contratos explícitos, formais e institucionais, e por outro lado, contratos implícitos, seletivos, intermitentes,

independentemente de ela ser uma relação patrão-cliente (vertical) ou uma relação entre pessoas com poder político, econômico, ou qualquer outro que se constitua em *status* semelhante (horizontal), implicará em relações que envolvem obrigações de ajuda mútua, confiança, fidelidade, trocas de favores e reciprocidade, podendo ser compreendida como “*um acordo voluntário entre dois indivíduos com vistas a trocarem favores e conceberem ajuda um ao outro em tempo de necessidade*”(Landé, 1977: XIV, tradução nossa).

Para Landé, essas relações, com a sua combinação e complexidade, darão origem a tipos estruturais diferentes, que podem ser encontrados nos termos “relações diádicas”, “redes sociais” e “grupos diádicos não corporados”. As díades são conhecidas por terem menor estrutura e, via de regra, por serem um tipo de relação que envolve somente duas pessoas. Já os “grupos diádicos não corporados”, como é o caso das “clientelas”, das “facções políticas”, dos “conjuntos de ação” e dos “agrupamentos de amigos” se caracterizam por serem grupos formados com objetivos previamente definidos. Vencer uma eleição, por exemplo, é um objetivo que justifica a formação de um conjunto de relações diádicas ligadas entre si por um período de tempo determinado.

É evidente, portanto, que consideremos de fundamental importância para a realização desta dissertação a compreensão do que sejam “relações pessoais”. Desde logo, no entanto, queremos chamar a atenção para o fato de que sob essa noção acomodam-se diferentes variantes de relações. As relações de parentesco, amizade e de patronagem, dentre outras, são exemplos de relações que, se têm pontos em comum que possibilitam o seu enquadramento numa mesma definição, apresentam também particularidades que exigem um tratamento distinto. Por isso, essas relações serão aqui analisadas em seus aspectos mais específicos. A finalidade desta opção é tornar mais clara a percep-

que são voluntariamente estabelecidos tendo como meta suprir as necessidades que não conseguiram ser preenchidas pelos primeiros.

ção de como estão instituídas as obrigações ou as regras que caracterizam as práticas políticas. Sendo assim, desenvolvemos uma breve discussão a respeito das diferentes categorias de relações pessoais.

A importância das relações de parentesco e do familismo na sociedade brasileira já foi abordada por diversos autores¹⁹, que, via de regra, as definem como uma unidade complexa composta por grupos de parentes consangüíneos e pessoas a estes ligadas por laços de afinidades diversas, desde o casamento e o compadrio, até a lealdade ideológica. O nosso trabalho levará em conta as noções de “parentela” e “política de parentela”, para mostrar como uma organização social está associada às relações que envolvem usos práticos, tais como: favores, proteção, auxílio, etc. E é dentro deste contexto que entendemos a abrangência do significado de “parentela”, pois

“muito mais do que uma organização social, a parentela estava subjacente à base da rede de parentes e amigos de um político. O núcleo dos seguidores políticos que a ele se vinculam de maneira personalística constituía-se dos membros de sua parentela. (Lewin, 1993: 113).

A organização da parentela tem como base a localidade e como objetivo a defesa dos interesses partidários, bem como a organização do eleitorado para que este possa proporcionar votos. Aos membros da parentela cabe ocupar, por nomeação, cargos políticos e postos de serviço público. O favorecimento de parentes também se dá através de auxílio particular nos momentos de crise, o que de certa forma se torna uma obrigação na relação entre parentes. No entanto, a expansão da obrigação na relação entre parentes se apresenta não só nos momentos de crise, mas também no favorecimento quando existe oportunidade para tal.

¹⁹. Destacamos os trabalhos de Corrêa (1994), Levi (1977), Arantes (1994), Lewin, (1993) e outros.

No que diz respeito especialmente à “política de parentela”, Lewin afirma que, no contexto da Paraíba, é possível se falar em

“núcleo organizacional para agrupamentos políticos fundamentais. [...] Num nível mais complexo, entretanto, a política de parentela refere-se à maneira pela qual era conduzida a atividade política.”(Lewin, 1993: 189).

Como se vê, a política de parentela não significa apenas a formação de um núcleo capaz de organizar os agrupamentos políticos fundamentais, sobretudo porque esses agrupamentos se davam através de consangüinidade e do casamento, fatos que justificam a expressão “grupos de base familiar”. “Política de parentela” vai significar muito mais a forma como as conexões de parentesco dão coesão às redes que se ligam aos níveis mais altos do governo. Ou seja, a política de parentela é um mecanismo que faz uma oligarquia²⁰ funcionar. Evidentemente, para assegurar esse funcionamento, parentes só não bastam: é preciso um grupo muito maior para que as redes estendam seus limites além das fronteiras do grupo familiar, dando oportunidade de maior poderio à oligarquia. Em função disso, os grupos políticos de base familiar se valem das “relações de amizade”, dando origem ao que se chama “amizade política” ou “patronagem”.

Eric Wolf (1966), um dos mais importantes estudiosos das relações de amizade, distingue dois tipos dessa relação: a amizade “expressiva ou emocional” e a amizade “instrumental”. O primeiro tipo pode ser encontrado nas pequenas comunidades e em sociedades de linhagem, que incluem “uma relação entre um ego e um alter-ego na qual cada um satisfaz alguma necessidade emocional de seu oposto”.(Wolf, 1966: 22). Em outras palavras,

²⁰.O termo “oligarquia”, em seu sentido etimológico, significa que a autoridade se concentra nas mãos de poucas pessoas, podendo estas pertencerem ao mesmo partido, classe social ou família.(Ferreira, 1993: 18)

esta forma de amizade pode ser definida como uma relação em que existe um vínculo que une os indivíduos de uma mesma camada social aos seus pares. Esta relação pode tornar-se meio de defesa eficaz quando utilizado contra estranhos mais poderosos.

Já a “amizade instrumental” serve a funções diferentes, constituindo-se de uma relação por meio da qual os indivíduos se unem em pares associando-se através do sistema de cooperação mútua em busca de recursos estratégicos e escassos. Assim, essa relação busca alcançar seus objetivos fora da díade e pode ser percebida numa sociedade cujo arranjo social apresenta determinadas posições estruturais de forma que o acesso às instituições é desigual para seus membros.²¹ Desta forma, a relação de amizade, através da afeição pessoal, torna-se instrumento de mediação capaz de ultrapassar os “canais normais” das instituições, fazendo com que os indivíduos das camadas menos privilegiadas tenham acesso facilitado às instituições, aos grupos econômicos, e, de certa forma, a todos os que controlam os serviços estratégicos da sociedade.²²

O tempo que uma relação de amizade dessa natureza pode vigorar vai depender das expectativas positivas que os participantes têm de seus pares. Essa relação envolve compromissos mútuos e é a capacidade de os pares cumprirem esses compromissos que determina a sua duração. Para Wolf (1966), a amizade do tipo “instrumental” envolve uma relação de equilíbrio entre seus membros, de forma que cada um tem poder ou capacidade não muito desigual ao seu oposto. É importante frisar que deve existir nessa relação, um mínimo de afeto em jogo, caso contrário, o equilíbrio pode desfazer-se e adquirir outro significado. Quando, por exemplo, um dos membros se torna mais poderoso

²¹ Enquanto a amizade emocional restringe a relação ao par, a amizade instrumental busca alcançar, ao menos, parte dos propósitos dos participantes. (Wolf, 1966: 10).

²² Numa relação de amizade, “um elemento mínimo de afeição permanece como ingrediente importante na relação”. (Wolf, 1966: 12).

que o seu oposto, há uma ruptura da relação que passará a se constituir no que Wolf chama de relação de patronagem.

Anterior aos estudos de Eric Wolf, o trabalho de Pitt-Rivers (1971), que trata da aldeia espanhola Andaluza de Alcalá, surge como um tratado clássico da amizade. Nele, se demonstra como naquela comunidade a amizade se estabelece a partir de um favor que é prestado a uma pessoa por quem outra expressa simpatia. Se o favor for aceito, estará estabelecido o laço de amizade e a pessoa que prestou o favor terá o direito de esperar por retribuições. Ou seja, nessa comunidade a amizade se baseia num “espírito de contrato” (Pitt-Rivers *apud* Foster: 1964; 146), no qual

“estabelecer amizade com alguém significa colocar-se num estado de obrigação. Essa obrigação impõe a uma pessoa atender às solicitações do amigo, embora isso implique um sacrifício da nossa parte.” (Pitt-Rivers *apud* Foster, 1964; 146)

Tendo por base os estudos de Pitt-Rivers, Foster argumenta que o reconhecimento da amizade já significa o estabelecimento de um acordo em que os parceiros assumem obrigações mútuas, esperando em troca favores recíprocos. Assim, a amizade é a livre associação com uma pessoa da própria escolha: se implica simpatia mútua, implica também mútuo serviço. Desta forma, as relações de amizade assumem o status de instituição social, uma vez que tais relações freqüentemente perpassam as “estruturas formais” da sociedade. E, mais do que isso, as relações de amizade, uma vez sobrepostas às relações formais, podem alterar o seu modo de operar, produzindo modificações bastante significativas.

Quanto às relações de patronagem, diversos estudos têm enfatizado o que se designa por essa expressão. Entre eles, merecem destaque os que realizaram Galjart, Foster, Silverman, Powell, Davis, Pitt-Rivers

e Hutchinson. No entender de Galjart (1967), uma relação de patronagem implica “contrato diádico entre indivíduos desiguais, através do qual aquele socialmente superior oferece proteção em troca de apoio político, e lealdade da outra parte” (Galjart, 1967: 335).

Foster (1963), ao analisar a comunidade de Tzintzuntzan no México, afirma que a relação patrão/cliente é diádica, ou seja, se dá entre dois indivíduos de forma que “ O ego conceitualiza suas obrigações e expectativas como uma rua de mão dupla, ele numa ponta e um único parceiro na outra”.(Foster, 1963: 1281, *tradução nossa*)

Já Silverman (1977) dá outra dimensão à relação de patronagem, quando analisa a comunidade de Collerverde na Itália Central, afirmando que, nesta localidade,

“quando a relação estava formada entre um proprietário de terras e o camponês, o proprietário de terras tornou-se patrão não para o indivíduo, mas para a família inteira. Suas obrigações se estendiam automaticamente para todos os membros da família do camponês por outro lado, sua esposa era chamada ‘patroa’[...] em menor parte, outros membros da família do proprietário da terra eram tratados como patrões... Estas extensões dos papéis do patrão e do cliente para famílias inteiras não eram o resultado de contratos independentemente estabelecido: elas eram mais ou menos automáticas ...”
(Silverman, 1977: 297, *tradução nossa*).

Desse modo, caracteriza relações de patronagem como “um padrão inter-cultural que envolve trocas face a face entre pessoas de status desiguais, regulado por relações contratuais informais que garantem a sua permanência”. Na sua análise sobre relações de patronagem na Itália Central, afirma que a patronagem era desempenhada exclusivamente pelos grandes fazendeiros e que, mesmo diante do

grande poder destes homens, a relação se constituía através da reciprocidade com seus clientes.

Para Powell (1977), a constituição de uma relação de patronagem apresenta três aspectos fundamentais na relação patrão e cliente: *status* desigual, reciprocidade e proximidade. Segundo esse autor, nas relações de patronagem, a autoridade e a coerção são importantíssimas, mas, no momento em que um dos elementos se tornar dominante a relação não deve mais ser considerada como relação de patronagem, pois estaríamos diante de uma relação de exploração.

Na concepção de Scott (1977), a diferença entre uma relação de patronagem e uma relação de exploração está na questão da coerção: numa relação de patronagem, a coerção deve ter prescrições básicas, definidas por um conjunto de expectativas morais em termos de regras de reciprocidade que devem contribuir para legitimar a autoridade do patrão e assegurar o bem estar de seus clientes. Em outras palavras, existe um limite que não deve ser ultrapassado pelo patrão que pretende manter sua legitimidade. Esse limite se encontra na provisão das garantias sociais básicas de subsistência e segurança dos seus clientes.

Pitt-Rivers (1971), ao estudar uma vila espanhola, analisa o papel desempenhado por relacionamentos partenalísticos, tendo de um lado o campesinato e do outro as elites sociais. A relação que se estabelece entre esses dois pólos é chamada por ele “gatekeeper funcion”, enfatizando que a função exercida pelo patrão domina os acessos que interligam a infra-estrutura local da vida à superestrutura do mundo externo e urbano, o que termina por determinar a permanência das relações de patronagem.

Hutchinson (1966), ao analisar os aspectos que caracterizam o atraso de amplos setores da sociedade brasileira, estabelece que a relação patrão-cliente é de importância fundamental para determinar os padrões

de interação social que prevalecem nessa sociedade. Esse autor chama a atenção para os obstáculos que tais relações podem impor ao desenvolvimento econômico. Ao enfatizar a importância dos aspectos culturais paternalísticos, faz um exame dos “aspectos etnológicos” do desenvolvimento econômico. Neste ponto, chega a atribuir à existência de um *ethos* social, que seria incompatível com o progresso, a importância de principal obstáculo ao desenvolvimento econômico em regiões subdesenvolvidas. Ele vê, ainda, na relação patrão-cliente e no comportamento que herdamos dos portugueses e de seus descendentes, evidências da existência no Brasil de uma atitude em relação ao trabalho que não está associada ao progresso generalizado, e cita como exemplo a constituição da aristocracia rural brasileira, na qual os fazendeiros recebiam seu *status* como consequência do ócio ostensivo.

Não devemos restringir a relação de patronagem àquela que existe entre pares de pessoas. A sua complexidade pode envolver o acesso de várias pessoas vinculadas entre si por relações pessoais a bens e serviços, usando seu poder para assistir ou proteger umas as outras, ao mesmo tempo, estabelecendo o que Davis (1983) chama de “cadeia de patronagem”, em que os participantes podem desempenhar o papel de patrão (em relação a uns) ou de cliente (em relação a outros).

Contudo, como pontua Caniello (1990: 46), para falarmos em patronagem, é necessário levarmos em conta a variabilidade etnográfica evidenciada nos estudos de campo, bem como a importância das especificidades das várias regiões contempladas pelos pesquisadores, que compreendem desde o sudeste asiático (Scott, 1977; Landé, 1979b) até as “sociedades mediterrâneas” (Boissevain, 1966; Graziano, 1977; Pitt-Rivers, 1971; Silverman, 1977; Kenny, 1977), passando pela América Latina (Foster, 1963, 1967; Wolf, 1971). Mesmo diante desta aparente diversidade, é possível detectar aspectos comuns nas diferentes localidades, principalmente no que tange aos países latino-

americanos, que devido a sua história colonial, estes países serão tratados, aqui, como “sociedades de tradição mediterrânea”, conforme concepção de Caniello (1990: 46).

O que há de coincidente nessa estrutura transcontinental é o que Davis (1977) chama de “idiomas”, que são reveladores de parte de uma trajetória a ser percorrida entre um “padrão ético pessoalizante de relações sociais” (Da Matta, 1987) e o surgimento de uma “ética individualista” que se associa ao desenvolvimento do mercado capitalista, o que vai ocorrer num processo bastante sofisticado de individualização, pois, como aponta Weber (1974), o desenvolvimento do capitalismo supõe uma forte maturação da ideologia individualista.

Dada a sua complexidade, é necessário estabelecer as condições necessárias e principais para a ocorrência da relação de patronagem, como elemento estruturante de certas organizações sociais, as quais já foram elencadas e discutidas por Caniello (1990).

Com relação à primeira condição, Caniello, tomando por base os estudos de Silverman (1977) e de Wolf (1966, 1971), chama a atenção para o fato de que as relações de patronagem, mesmo numa cidade pequena, envolvem elaborações que evidenciam os termos comunidade/nação. Assim, as relações de patronagem funcionam nos sistemas burocráticos como uma

“[...] relação definida por dois termos — comunidade/nação — onde a tensão entre *centro e periferia* condiciona a formação de práticas alternativas de acesso aos bens correntes na economia e às obrigações formais e direitos legais dos cidadãos nos sistemas burocráticos do governo central” (Caniello, 1990: 49).

Ainda com relação a essa primeira condição, um dos elementos característicos da relação de patronagem diz respeito à existência de chefes políticos que funcionam como *mediadores* que agem, via estrutura burocrática, no encurtamento entre a comunidade local e o Estado Nacional. Isto é possível em função da autoridade que estes chefes políticos possuem nos dois âmbitos citados: na comunidade, ela é adquirida através da articulação de sua posição econômica favorável e de uma razoável generosidade para com a sua clientela; no Estado Nacional, a autoridade do chefe político (o que conformaria sua condição de “patrão”) depende fundamentalmente das posições institucionais que ocupa. Desta forma, o entendimento do que seja uma relação de patronagem depende do conceito de mediação. Tanto é assim que Silverman, ao falar sobre a interação que existe entre comunidade e nação, afirma que

“um dos esforços mais promissores para descrever esta interação é o conceito de mediador, um indivíduo ou grupo que age como um elo entre os sistemas sociais local e nacional” (Silverman, 1977: 293).

Também tratando da interação comunidade/nação numa relação de patronagem, Wolf (1971) chama a atenção para o que ele nomeia de “grupos orientados para a comunidade” e “grupos orientados para a nação”. E referindo-se à relação que existe entre os grupos, caracteriza o papel do patrão como de um mediador neutro que atua entre a sociedade local e a nacional. É nessa perspectiva que ele define a noção de “cultural broker” como sendo

“... grupos de pessoas que mediam entre grupos orientados para a comunidade e grupos orientados para a nação, que operam através das instituições nacionais”. (Wolf, 1971: 1075).

Ainda no que diz respeito à presença de um mediador nas relações de patronagem, Powell (1977) analisa os padrões tradicionais da relação existente entre sociedade camponesa e sistema sócio-econômico, concluindo que esta relação leva os homens a se transformarem-se em “brokers”. Isto é, os homens se tornam mediadores entre um sistema e outro, situação na qual a centralização do Estado e a expansão do mercado se constituem nos dois principais elementos responsáveis pelo estreitamento das relações entre comunidade e nação.

De modo geral, os autores tratam da mediação como um mecanismo que coordena o moderno ao tradicional, cabendo aos patrões, nessas situações de trânsito, a função de protagonistas do processo.

O segundo aspecto, ou condição, para que ocorra uma relação de patronagem está relacionado ao posicionamento assimétrico entre “patrão” e “cliente”, pois a desigualdade de poder existente pode estar relacionada a distinções econômicas, de *status*, prestígio ou acesso a recursos ocasionando “a existência de estruturas sociais desequilibradas, o que vai caracterizar o sistema de patronagem como uma *relação entre desiguais*”.(Caniello, 1990:49, *grifo do autor*)²³

A terceira condição para a ocorrência de uma relação de patronagem diz respeito à lógica que uma relação dessa natureza segue. Lógica que está ligada diretamente às características já anteriormente citadas. Ou seja, como as relações de patronagem se fundam em unidades sociais “periféricas” e existem em comunidades que apresentam uma estrutura social marcada pela desigualdade, elas estão sobrepostas a um padrão de reciprocidade desequilibrada²⁴. Sobre este aspecto, Caniello afirma:

²³ Caniello (1990: 49) chama a atenção para a noção da *relação entre desiguais* indicando os estudos de Boissevain (1966: 18-19), Foster (1963: 1.280), Foster (1967: 214), Silverman (1977 :294) e Wolf (1966: 16-17).

²⁴ Para uma melhor compreensão da noção de “*reciprocidade desequilibrada*” ver: Foster (1967: 224-225); Landé (1977: XVII); Silverman (1977: 12-13); e Wolf (1966: 16-17).

“normalmente a ‘troca’ envolvida em uma relação de patronagem é basicamente entre os mais diversos bens, vindos do patrão, e prestígio e lealdade conferidos pela clientela; principalmente pela dificuldade do ‘cálculo de equivalências’, na medida em que os bens e serviços têm uma objetivação concreta mais evidente e que a ação do ‘patrão’ torna-se mais necessária em momentos de crise, criando uma *visibilidade* muito maior dos seus atos, o ‘cliente’ está em constante dívida para com ele. (Caniello, 1990: 49, *grifos do autor*)

A constante dívida do “cliente” para com o patrão, via de regra, transforma-se em promessa de apoio político, uma vez que “as dívidas a um patrão são freqüentemente resgatadas por votos” (Galjart, 1967: 337), o que pode vir a determinar um processo eleitoral. Esta característica da patronagem nos interessa sobremaneira, pois a nossa análise se volta para a história da permanência de duas famílias na cena política de uma pequena cidade, situação que se sustenta por muitos anos em função da existência de um panorama dominado por relações de reciprocidade desequilibrada que possibilita aos chefes políticos de cada uma das famílias a lealdade eleitoral, advinda de suas clientelas, a qual lhes assegura a hegemonia política do município.

A quarta característica apontada por Caniello refere-se à figura do “patrão”, também chamado “chefe político”, e à maneira como ele adquire legitimidade para exercer o poder. Assim, não é apenas o poder econômico que determina uma relação patrão/cliente. Outros elementos, como por exemplo o *status* social, podem determinar a maneira como se dão as relações de patronagem. Desta forma, a patronagem é também caracterizada pela legitimidade conferida ao chefe político, a qual se dá

“através do reconhecimento de sua autoridade, normalmente atribuída a partir de uma articulação entre critéri-

os de *status* social, situação econômica e influência e um comportamento ‘generoso’ para com sua clientela.” (Caniello, 1990: 49, *grifos do autor*)

A quinta condição necessária à uma relação de patronagem diz respeito à sua base pessoal. Considerada por Caniello como a mais importante característica da patronagem, a base pessoal define-se pelas “relações face-a-face” e pelas “relações de amizade”. O que, em outras palavras, significa dizer que estamos diante de um

“padrão ético pessoalizante que forneceria a gramática das relações sociais e possibilitaria, diante das condições apostas em conjunto, a ocorrência da patronagem como uma linguagem de comportamento social e político.” (Caniello, 1993: 205, *grifos no original*)

Também para a condução de nossa análise, esta característica da patronagem merece especial atenção. Isto porque, na realidade que analisamos, a base pessoal da patronagem, cujo paradigma estrutural são as relações de amizade, vai determinar um código ético, um “padrão pessoalizante de relações sociais” (DaMatta, 1987)

Ainda no que diz respeito às relações pessoais, é necessário abordar a maneira como as pessoas se ligam umas às outras. Nesse aspecto, chegamos às redes sociais, que são de importância fundamental para que possamos compreender como as pessoas são acionadas em determinado contexto. Vários estudos empíricos têm tratado do conceito de rede social²⁵, os quais, via de regra, seguem em dois sentidos, como sugere Mayer: um com base na rede de relações “ilimitadas” e outro como “conjunto finito de interconexões iniciados por um ego” (Mayer, 1987: 132). Dentre os estudos que se ocupam em conceitu-

²⁵ Ver, a esse respeito, Mitchell (1969), na introdução de uma coletânea de textos da qual ele é o organizador.

ar “rede social”, merece destaque o trabalho de Barnes (1987), que diferencia dos demais por descrever uma rede política, uma rede de parentesco com “extratos egocêntricos”, chamados por ele como “estrela ou zona”.

A grande maioria dos autores que tratam do conceito de rede social, ao utilizarem esta noção para descrever os extratos da rede que estão centrados em um ego, não vêem grandes problemas na utilização deste conceito. Concordando com tal perspectiva, utilizaremos essa noção, ao falar de rede pessoal, para nos referirmos às relações de caráter pessoal que são marcadas por um conjunto limitado de contatos diretos e indiretos que envolvem uma pessoa em seu sentido egocêntrico. Pois,

“o conceito é útil na descrição e análise de processos políticos, classes sociais, relação entre mercado e sua periferia, provisão de serviços e circulação de bens e informações num meio social não-estruturado, manutenção de valores e normas pela fofoca, diferenças estruturais entre sociedades tribais, rurais e urbanas, e assim por diante. (Barnes, 1987: 161).

Para que uma pessoa seja considerada integrante de uma rede pessoal, é suficiente apenas que ela se relacione, por meio de contato pessoal, com alguém que mantenha contato da mesma forma com uma pessoa em seu sentido egocêntrico. Podendo as redes pessoais se constituir por todas as relações diretas ou indiretas de ego, elas seriam consideradas como um grupo corporado mantido por essas relações.

Diante do exposto, para fins deste trabalho, consideramos de fundamental importância as relações que envolvem as redes pessoais compostas por pessoas que estão vinculadas por amizade, parentesco, patronagem, conhecimento e alianças pessoais e suas repercussões na vida política de uma pequena cidade. Chamamos mais especificamente a atenção para a relação

que envolve uma pessoa e suas ligações de caráter pessoal, quando essa relação busca alcançar determinados fins e pode ser mobilizada para que a própria pessoa, estando vinculada direta ou indiretamente, possa ser acionada para atender a interesses de outrem. Essa é uma atuação que em determinado momento se dá com a interferência de um mediador, que encaminha solicitações para favorecer uma terceira pessoa, a qual pode, mesmo sem ter vínculo direto, ter acesso a bens, serviços e informações. Toda essa mobilização é o que faz uma rede pessoal funcionar.

A CONSTRUÇÃO DE UMA TRADIÇÃO POLÍTICA

A CONJUNTURA POLÍTICA ANTES DE 1930

Para compreendermos a vida política em Princesa Isabel, faz-se necessário retomarmos a posição da Paraíba no contexto nacional, já que certos aspectos da conjuntura nacional e estadual têm reflexo no poder local. Iniciaremos com uma breve análise sobre a posição dos pequenos estados e particularmente sobre a Paraíba na República Oligárquica.

É possível compreendermos os primeiros anos da República no Brasil através de sua contradição mais evidente, isto é, através da incoerência que se estabeleceu entre o ideário republicano do liberalismo e o autoritarismo assumido pelo governo. A República implantada no Brasil surgiu como consequência das contradições do funcionamento do regime monárquico, especificamente a centralização política, assim como surgiu também das necessidades da economia cafeeira do oeste paulista de utilizar as normas liberais do mercado internacional.

Descontente com a política salarial adotada pelo Império, o Exército teve papel determinante no processo de implantação do sistema republicano. Tal descontentamento serviu aos interesses da burguesia cafeeira, que, com o seu apoio, permitiu aos militares darem o golpe que implantou o sistema republicano do Brasil. Instalado a República, a centralização política e os entraves causados pela política econômica da Monarquia deram lugar aos interesses dos cafeicultores do leste paulista, que eram os mantenedores das finanças do Estado, já que o café era o principal produto econômico brasileiro, naquela época. Dessa forma, o sistema republicano adquire o “seu caráter ambíguo, oligárquico, liberal que pode ser explicado em grande medida, pelas características do Brasil como país periférico” (Souza, 1988:167), de

modo que os interesses específicos dos cafeicultores seriam os interesses de toda a nação.

Dentro desse quadro de caráter ambíguo, oligárquico e liberal que adquiriu o Estado Brasileiro, a burguesia nacional tendo o sistema produtivo sob o seu controle, transformava, cada vez mais, o liberalismo numa importante alternativa capaz de encobrir as contradições desse sistema político-econômico. Ou seja, a ideologia do liberalismo era acionada pelas elites sempre que se fizessem necessários reajustes capazes de realimentar e legitimar o poder dessa mesma elite, os grandes proprietários rurais.

Da mesma forma, o autoritarismo, que se contrapõe à ideologia do liberalismo, também podia ser acionado sempre que se fizesse necessário legitimar o poder dessa mesma elite.²⁶ O que estamos afirmando pode ser exemplificado com a intervenção que o Estado efetuou, contrariando medidas internas do liberalismo econômico, para resolver uma que-rela com exportadores ligados ao mercado cafeeiro. O contraponto desta situação veio com a reação da classe dirigente, que soube, quando lhe foi conveniente, lutar pelo princípio de um Estado não-intervencionista, que atendia aos seus interesses particulares.

O Estado federal e representativo tem sua base na Constituição republicana de 1891, fruto do liberalismo. No entanto, o sistema federativo na prática não funcionou, frustrando as expectativas liberais e dando lugar à hegemonia dos grandes estados²⁷. Os pequenos estados são intimidados e seus interesses passam a ser dependentes dos interesses da política central, que poderia utilizar a forma representativa do regime e manipulá-la de acordo com as suas conveniências. Um exemplo disso é a ampliação do direito ao voto, que, atingindo só os alfabetizados tornou-se desfavorável aos

²⁶Para Souza, a utilização das normas liberais pelos cafeicultores e a execução de medidas internas contrárias ao liberalismo atendiam aos interesses da classe dirigente. Sousa (1988:167-168).

²⁷Cf. Faoro (1979:567).

estados mais pobres pois, como a maioria da sua população era analfabeta, assegurava-lhes um contingente muito pequeno de eleitores. Dessa forma, o princípio de proporcionalidade representativa, que permitia à meia dúzia²⁸ de estados representar os 21 da Federação, fazia com que as grandes decisões do país ficassem nas mãos dos estados mais populosos e economicamente mais ricos.

Outro fator importante a considerar é o fato de os governos dos três primeiros presidentes civis, Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves, terem demonstrado o controle da situação pelo setor cafeeiro, especificamente na área política, com o predomínio dos paulistas, maiores produtores de café do País. O governo de Prudente de Moraes (1894-98), marcado por uma política anti-inflacionária, coincidiu com a crise econômica dos Estados Unidos de 1893 e culminou com a crise brasileira de superprodução de 1895²⁹, o que afetou o comércio do café brasileiro com o exterior, de forma que, na área das finanças, pouco foi realizado.

No segundo governo civil, sob a presidência de Campos Sales (1898-1902), o sistema financeiro foi reestruturado através de uma moratória junto aos credores externos. Nessa época, realizou-se com os Rotschild o *Acordo Funding-loan*, que exigiu uma política de contenção e aumento de impostos³⁰. Para superar as divisões na política nacional, condição necessária para o bom funcionamento do acordo, celebrou-se, então, entre o governo federal e os governos estaduais o “grande pacto oligárquico”. Este pacto assegurava o que se chamou de “chefias naturais” no Governo dos estados, objetivando a desaprovação às dissidências.

²⁸ A meia dúzia de estados aos quais nos referimos são os mais populosos desse período: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

²⁹ Ver, a esses respeito, a desvalorização do café e suas conseqüências, em Faoro (1979:518).

³⁰ “O Funding-loan [...] será instrumento da reorganização financeira da República, sob a hegemonia política e econômica de São Paulo.” (Faoro: 1979, 520).

A unidade política foi mantida pela consolidação dos governos estaduais, apoiada pelas múltiplas oligarquias locais. Os governos estaduais prestavam apoio à Presidência da República para o desempenho de sua função, que era a condução das grandes questões nacionais. O poder dos governos estaduais passou a ter, em seu centro de apoio, o compromisso firmado com os chefes locais, os coronéis. Este compromisso, resultado do apoio dos chefes locais ao governo estadual, foi chamado “compromisso coronelista”. Os coronéis, em troca, recebiam carta branca para atuar em seus municípios. Ou seja, por meio desse pacto saía fortalecido tanto o poder privado dos coronéis, que poderiam constituir milícias próprias e nomear aliados para a administração pública, quanto o governo estadual, que, com o apoio dos coronéis, garantia a sua hegemonia política, o que, de maneira geral, ocasionou uma interdependência que garantia o continuísmo dos grupos que estavam no poder.

Nesse período, vários mecanismos foram elaborados com a finalidade de manter a unidade partidária, como foi o caso das “eleições bico de pena” e a “degola”³¹. Quanto à relação dos estados com a União, a política dos governadores foi apenas uma cópia ampliada das relações que envolviam os chefes locais com o governo estadual. Para controle dos pequenos estados, a União também tinha como mecanismo a aliança entre São Paulo e Minas Gerais, chamada de “política do café-com-leite”, e mais tarde com o Rio Grande do Sul. Representados por partidos de cunho regional, que seriam os pilares da política nacional, o Partido Republicano Paulista, o Partido Republicano Mineiro e o Partido Republicano do Rio Grande do Sul mantinham a hegemonia dos grandes estados.

³¹A “eleição bico de pena” assim ficou conhecida porque o voto era destinado apenas às pessoas alfabetizadas, enquanto a “degola” consistia no poder que o Executivo tinha para expulsar Deputados e Senadores contrários à política do Governo, conforme Leal (1975:103).

O governo de Campos Sales, mesmo restaurando a economia aos princípios agro-exportadores, ao condenar a via industrial de desenvolvimento econômico, provocou uma política de contenção e retração do capital circulante, que não resolveu o problema econômico e ainda gerou uma grave crise no sistema bancário e nos preços.³² Já no Governo de Rodrigues Alves (1902-96), a burguesia agrária passava por uma das maiores crises do café e exigia a intervenção do Estado para valorização do produto e estabilização da moeda. Consciente de que deveria auxiliar o País na crise econômica sem intervir diretamente na economia, Rodrigues Alves partiu para a montagem de uma estrutura moderna, com autonomia para os estados. No entanto, a autonomia concedida pelo regime federativo permitiu aos estados cafeeiros agirem sem o apoio do governo federal, fazendo o que foi chamado de “Acordo Taubaté”³³, o qual garantiria a realimentação da economia-agroexportadora. Ao final do governo de Rodrigues Alves, as contradições do sistema sucessório mostravam uma crise cuja maior consequência foi não conseguir apontar seu sucessor. O governo seguinte teve a frente o mineiro Afonso Pena, eleito com o apoio dos paulistas descontentes com o governo de Rodrigues Alves. Afonso Pena (1906-10) não concluiu seu mandato, em função de sua morte. Assumiu então o poder seu vice, Nilo Peçanha, que apoiou como seu sucessor o militar gaúcho Hermes da Fonseca. Este, ao ser eleito (1910), governou com o apoio de Minas Gerais, em oposição aos paulistas. A sucessão de Hermes da Fonseca voltou novamente a unir a coligação Minas - São Paulo com a indicação do nome de Wenceslau Bráz, então Vice-Presidente e um dos chefes do PRM, para o cargo de Presidente, tendo como vice Urbano

³²Para Cardoso, a crise do sistema econômico levou “a quebra de quase metade do sistema bancário e à queda de 30% nos preços”. (Cardoso, 1975: 45).

³³O Acordo Taubaté, que foi feito entre os estados cafeicultores e o capital internacional sem a interferência do governo federal, tinha como meta a valorização do café e estabilização da moeda, o que mais tarde seria incorporado pela União, tendo como consequência, segundo Oliveira, uma crise que vai até o final da República Velha. (Oliveira, 1977:31).

Santos. Com isso, foram anuladas as pretensões do Rio Grande do Sul de indicar o gaúcho Pinheiro Machado para o referido cargo. Sobre isso, acrescenta Sousa:

“A debilitação do poder de Pinheiro Machado pelo militarismo hermista veio permitir melhor funcionamento da orientação política emanada do eixo Minas - São Paulo. A união dos dois Estados que se iniciara no governo Floriano e se firmara com Campos Sales solidificava-se mais uma vez após os reajustes do quadriênio 1910-1914. Anuladas as pretensões do Rio Grande do Sul, talvez as mais promissoras que tivera até então, a política do ‘café-com-leite’ passou a controlar a vida republicana até 1930”.(Souza, 1988: 212, *grifos do autor*)

Com a recomposição política entre Minas - São Paulo, a “política dos governadores” continuava a florescer. Prova disso foram as eleições de Rodrigues Alves (1918) e de Epitácio Pessoa (1919). No momento em que Minas e São Paulo não indicaram um nome de consenso capaz de satisfazer aos interesses dos grandes proprietários rurais, a escolha recaiu em torno do nome de Epitácio Pessoa, representante da Paraíba, um pequeno Estado sem força política para ameaçar a hegemonia do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Republicano Mineiro (PRM), e que, por força das circunstâncias, acabaria apoiando-se na política dos grandes estados da federação³⁴.

Até 1930, a união Minas - São Paulo conseguiu manter a sua hegemonia conseguindo eleger Artur Bernardes (1922) e Washington Luís (1926). O governo de Artur Bernardes (1922-26) foi marcado por pressões, não conseguindo resolver as contradições que provocaram as cri-

³⁴Cf. Sousa (1988:213-214).

ses econômicas e políticas. Objetivando alcançar o equilíbrio desejado, o método utilizado pelo Presidente foi a intervenção política nos estados, o que aconteceu com a Bahia, o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Mesmo diante de um clima de constante pressão, deu-se a eleição de Washington Luís para o governo de São Paulo e de Melo Viana em Minas Gerais, indicados pelo PRP e PRM, respectivamente. Sem oposição constituída, as eleições transcorreram dentro da normalidade. Em 1926, Washington Luís chegou à Presidência da República com o apoio do PRP e do PRM. Nesse ano se deu a revisão da Constituição, promovida pelo Executivo, trazendo à tona que o sistema federativo se enfraquecia. Na reformulação do sistema político, foram ampliados os limites do poder de intervenção do governo central perante os Estados. Essa nova realidade fez com que Washington Luís tentasse impor um candidato seu ao governo de Minas, rompendo a tradicional aliança São Paulo - Minas, já uma tradição do sistema republicano, o que feriu as regras fundamentais da "política dos governadores"³⁵, ocasionando uma cisão nas relações políticas entre mineiros e paulistas. Configurou-se, então, uma aliança política entre Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, para combater o candidato oficial Júlio Prestes. Assim,

"Júlio Prestes, paulista e líder da maioria na Câmara Federal, surgiu como candidato de Washington Luís. Antônio Carlos, chefe do governo de Minas, estado ao qual caberia a Presidência da República dentro dos compromissos firmados com São Paulo, ao se convencer da impossibilidade de contar com Washington ao fazê-lo desistir da candidatura oficial, aproximou-se da política riograndense. Os dois Estados firmaram um pacto para indicação do candidato oposicionista à chefia do executivo federal. Formou-se a Aliança Liberal que, sobre as máquinas oficiais

³⁵Washington Luís deixou de reconhecer diplomas dos representantes do P.R.M. criando percalços nas relações entre Minas - São Paulo. (Sousa, 1988:217).

do Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, reunia todas as oposições estaduais, descontentes civis e 'tenentes' militares. Os candidatos oposicionistas indicados foram Getúlio Vargas e João Pessoa". (Souza, 1988: 218, *grifos no original*).

A indicação do nome de João Pessoa para vice da chapa de Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal, contou com o apoio do seu tio Epitácio Pessoa, o que significou apoio da quase totalidade dos políticos paraibanos, ficando na oposição o inexpressivo Partido Republicano Conservador (PRC)³⁶. A aliança não se constituiu em um partido político, mas num acordo entre estados desvinculados da economia cafeeira. Tendo como meta a reforma política em defesa da representação popular, com o voto secreto, e também com o sentido de moralizar o sistema eleitoral, essa Aliança defendeu a designação de magistrados para a presidência das mesas eleitorais. No entanto, embora tenha combatido esse mesmo sistema político, a Aliança, na prática, dele também se valeu em função de seus interesses eleitorais, como nos mostra Boris Fausto:

"O Sistema político imperante, condenado verbalmente pela Aliança, foi utilizado também por ela, na prática. A 'máquina', nas eleições de 1930, fraudou votos em todos os Estados: as cifras atribuídas a Júlio Prestes não expressam a realidade, mas como explicar a vitória de Getúlio, no Rio Grande, por 298.627 votos contra 982?"(Fausto; 1988: 237, *grifos do autor*).

Com relação a isso, é preciso esclarecer que o que estava em jogo não era uma oposição de classes, mas uma disputa pelo poder no seio das mesmas oligarquias que compunham a classe dominante.

³⁶Para uma melhor compreensão da indicação do nome de João Pessoa para compor a chapa da Aliança Liberal, ver Rodrigues (1978:63-103).

Realizada a eleição, em março de 1930, a Aliança Liberal foi derrotada, criando-se um clima de grande insatisfação. A oposição se unifica aos velhos oligarcas e cria uma aliança com os “tenentes”³⁷, que lhe possibilitará a via revolucionária. Acontece que, passadas as eleições, por motivos não relacionados à política, João Pessoa foi assassinado, fato que teve grande repercussão nacional. Era o momento que faltava para a deflagração da “Revolução”, que começou no Rio Grande do Sul e Minas Gerais e se alastrou por todo o País. Vencida a “Revolução” pelos aliados (Aliança Liberal e tenentes), o Presidente Washington Luís foi deposto, e foi empossado como presidente Getúlio Vargas, marcando um novo período na vida política do País.

Essas disputas políticas que ocorreram em torno da sucessão presidencial marcaram a história da Primeira República, de forma que as modificações que se verificaram nesse período tornaram-se parte indispensável para compreendermos os acontecimentos na Paraíba, e especialmente em Princesa Isabel.

Como a República Oligárquica ficou conhecida também como a República dos Coronéis, em função de sua estrutura política envolver os dirigentes estaduais e os chefes da política local, através do “compromisso coronelista”, consideramos importante, para fins deste trabalho, tecer comentários sobre a importância do coronelismo para as Ciências Sociais, uma vez que os estudos sobre poder local, em sua maioria, trazem à frente o enunciado desse tema. É vasta a bibliografia sobre esse assunto como também é grande a diversidade de opiniões sobre o tema, por isso a nossa análise limita-se a alguns autores consagrados pela literatura especializada, como é o caso de Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro, Eul-Soo Pang e Maria Isaura Pereira de Queiroz.

³⁷A expressão “tenentes”, entre aspas, diz respeito à existência de tenentes oriundos do movimento tenentista, iniciado em 1922, e tenentes civis, que eram aqueles articuladores do processo revolucionário, a exemplo de José Américo de Almeida, civil da Paraíba.

Considerado como um fenômeno típico da Primeira República (1889-1930), o coronelismo é visto por Victor Nunes Leal (1975) como

“Resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômico-social inadequada. Não é pois, mera sobrevivência do poder privado [...] é antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa representatividade”. (Leal, 1975: 20).

Na visão desse autor, o sistema coronelista é composto por complexas relações que abrangem todas as esferas do poder, seja federal, estadual ou municipal. Como fenômeno do poder privado, o coronelismo atua localmente, podendo, entretanto, gerar conseqüências capazes de interferir em toda a vida política do País.

O enfraquecimento do poder privado dos coronéis nasce do fato de haver um poder público cada vez mais fortalecido e uma influência social cada vez mais decadente dos senhores de terra. Nessa relação que envolve o poder público e o poder privado, é possível observar-se que a lógica do sistema obedece às normas de um pacto implícito entre esses dois setores. Esse pacto recebe também a denominação de *compromisso coronelista*, que pode ser entendido como um acordo por meio do qual os chefes políticos locais assumem “um incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais” e em troca recebem carta branca da situação estadual para agir “em todos os assuntos relativos aos municípios, inclusive nas nomeações de funcionários estaduais do lugar.” (Leal, 1975: 50)

O “compromisso”, como base do sistema coronelista, tem no voto um elemento fundamental³⁸: sobre ele é construída uma estrutura de poder em que aparece mecanicamente um sistema de dominação econômica e política. O poder aparece, nesse contexto, como instituição que está centrada no Estado e, dele, é que brotam todas as demais relações.

No estudo de Raymundo Faoro, a análise sobre o coronelismo perpassa o período que vai do Império até a Primeira República, quando há a consolidação do poder dos coronéis. Para ele, durante o Sistema Imperial existia na Nação um poder que era cada vez mais centralizador, mas que sofria - com a dinâmica do regime, sobretudo através de eleições para o cargo de governador - um deslocamento do eixo político-decisório do “centro” para os estados, o que culminou com a “política dos governadores”. Assim, segundo a visão de Faoro, “o fenômeno coronelista não é novo, nova será sua coloração estadualista, e sua emancipação no agrarismo, mais liberto das peias e dependências econômicas do patrimonialismo central do império.” (Faoro, 1979: 621). Acrescenta ainda à sua teoria a tese de que o coronelismo pode ser representado pela imagem de um casamento realizado com regime de comunhão de bens e relações pessoais, em que os cônjuges são, de um lado, os coronéis e, do outro, o governo estadual.

Na perspectiva de Faoro, há uma visão institucional do poder que se apresenta de forma hierárquica através de três níveis: o poder central, o poder estadual e o poder local. Porém é em torno do poder central que giram as relações que envolvem o poder local. Nessa relação, o poder local é submetido ao poder central.

³⁸Victor Nunes Leal, ao colocar no voto o elemento fundamental do coronelismo, tem recebido várias críticas, sendo a mais contundente a feita por Ibarê Dantas (1989), que questiona a importância do voto na década de 40, período em que predominava a coerção como mecanismo de controle eleitoral. Para ele o voto só vai ter uma importância significativa no período pós-45, com a redemocratização do País.

Ao abordar o mesmo tema, Eul-Soo Pang (1979) estabelece uma clara distinção no sistema coronelista, atribuindo a existência de dois tipos predominantes de coronéis: um que atua nos centros mais urbanizados e modernos, e faz parte do que ele chama de “sociedade política”, e outro que se encontra nas regiões ruralizadas e tradicionais. A prática do primeiro tipo de coronel se dá, por não haver um sistema partidário coeso, através do emprego de meios e recursos para fins privados, possibilitando expandir e proteger seus próprios interesses. O outro tipo de coronel analisado por Pang é aquele que está situado numa “sociedade pré-política”. Neste caso, os recursos e poderes públicos são usados pelos coronéis para fins privados através de um sistema que envolve a participação do partido político dominante. Em função disto, são preservados não só seus interesses pessoais, mas também os interesses de classes. Em ambos os casos, o poder do coronel é visto como

“Um exercício do poder monopolizante [...] cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu *status*, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas”.(Pang, 1979: 20, *grifos do autor*)

Situando o coronelismo como um sistema de práticas políticas que foi dominante na Primeira República, ele o entende como uma forma de poder que exerce uma dominação global de uns sobre os outros, e não como um sistema político. A sua análise é voltada para os aspectos sócio-político.³⁹

Por fim, temos a análise de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1975) que assume perspectiva de que o coronelismo, como forma

³⁹ Maria Auxiliadora de Sá (1974) critica a falta de uma análise do suporte econômico da liderança social, para a compreensão do “coronel político”.

de poder, surgiu no Império e que teve o seu auge na Primeira República. Ela contribui com novos elementos, que, no nosso entender, enriquecem a compreensão do fenômeno coronelista. Um exemplo é a maneira como se davam a dominação e as formas de mando. A autora lista uma grande variedade de coronéis, diferenciados entre si pelas práticas que adotavam. Sua análise se distancia da possibilidade de uma generalização no que tange a um conceito estereotipado de coronel.

Para Queiroz, entender o “fenômeno coronelista” é visualizar uma rede de reciprocidade de deveres e direitos que se institucionalizam e que podem fazer surgir relações que envolvam elementos como a barganha, o carisma e a parentela, considerados como muito importantes para a compreensão do fenômeno político a nível local.

A produção acadêmica das últimas décadas utiliza amplamente o conceito de coronelismo para a abordagem da problemática do poder local no Nordeste. Nessa produção, o sertão nordestino tem merecido uma atenção especial, pelo fato de ser considerado o maior reduto do coronelismo, apesar de cada vez estarem mais escassos os chefes políticos designados popularmente como “coronéis”.⁴⁰

Ressaltamos, no entanto, que a grande maioria dos autores consideram que o sistema coronelista acabou em 1930, apesar de ser inegável a sobrevivência dos coronéis, ainda que seu poder esteja reduzido ao nível local, como também é inegável a sobrevivência da prática do mandonismo, da parentela extensiva, das relações e vínculos de ordem pessoal, como o compadrio, a fidelidade política, a lealdade etc.

Nos estudos mais recentes, há a substituição do termo “coronelismo” pela expressão “neo-coronelismo”, para dar conta das mudanças ocorridas na sociedade e na política, o que, no nosso entender, não é

⁴⁰. Ver, a esse respeito, os trabalhos de Dantas (1989), Ferraz (1986), Burzstyn (1984) e Barreira (1992).

suficiente para o entendimento da complexidade das relações de poder que são redefinidas quotidianamente.

Assim, o enunciado do coronelismo tem sido utilizado como expressão do poder local que abrange elementos particulares, que se “se constituíssem historicamente e culturalmente, se redefiniriam a partir do surgimento de novos elementos, permanecendo, contraditoriamente, o mesmo.”(Fortunato, 1993: 23). Ou seja, tal como se apresenta na tradição acadêmica, o enunciado do coronelismo não dá conta da multiplicidade de relações existente no exercício efetivo do poder local.

Colocada a situação da conjuntura política nacional durante a República Oligárquica, quando o coronelismo era uma prática comum, passaremos, agora, ao exame do reflexo que tal conjuntura teve sobre a vida política de Princesa Isabel.

OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO FACCIONALISMO POLÍTICO

As primeiras famílias a constituírem o pequeno arraial que deu origem a cidade de Princesa Isabel foram as famílias de vaqueiros que conseguiram demarcar e edificar a primeira fazenda de gado na região. Daí por diante, chegavam também, vindos de outras localidades, famílias de agricultores. Entre as pessoas que ali se estabeleceram para trabalhar na pecuária e agricultura, estava Marcolino Pereira Lima, vindo da região de São João do Rio de Peixe (PB).

Já morando na região que compreende hoje o município de Princesa Isabel, Marcolino casa-se com Águida Carlos de Andrade, filha de Manoel Carlos de Andrade e Joana Carlos de Andrade, grandes proprietários de terra e senhores de escravos. Após o casamento, ele filia-se ao Partido Liberal e assume a liderança política da região. De 1875 até 1930, a hegemonia política de Princesa Isabel ficou nas mãos da família Pereira sem que nenhuma oposição se tenha firmado, pois quando surgia alguma sombra de divergência, mecanismos de aliciamento, como convocar o possível adversário para cargos importantes, eram acionados.

Um bom exemplo disso é o que ocorreu com o Cel. Manuel Florentino, que, de possível adversário (representando o Partido Conservador), tornou-se delegado de polícia no município. Neste caso, é nítido o estabelecimento de uma relação de patronagem, em que o cliente estava interessado em obter um cargo importante, e o patrão, por sua vez, estava preocupado em manter seus eleitores.

Nem mesmo com a instauração da República houve transformações que pudessem causar grandes rupturas na vida política da Paraíba, devido ao fato de que neste Estado não havia um Partido Republicano, o que só veio a ocorrer em 30 de março de 1892, através do então Presidente Álvaro Machado. Desta forma, o poder era composto por membros dos antigos partidos Conservador e Liberal. Uma das mudanças mais significativas vinda com a Proclamação da República foi a nova estrutura eleitoral, a qual estendia o direito de voto a todos os cidadãos alfabetizados, sobrepondo-se ao sistema eleitoral imperial com seus entraves econômicos. Apesar disso, o avanço da estrutura eleitoral da República em relação ao período anterior

“não fez mais do que aumentar o número de eleitores rurais ou citadinos, que continuaram obedecendo aos mandões políticos já existentes. A base da antiga estrutura eleitoral se alargara, porém os chefes políticos locais e regionais se mantiveram praticamente os mesmos, e continuaram elegendo para as Câmaras, para as presidências dos Estados, para o Senado, seus parentes, seus aliados, seus apaniguados, seus protegidos.” (Queiroz, 1975: 155).

A República, como se vê, não desestabilizou a estrutura tipicamente coronelística, que tinha como base de sustentação o domínio absoluto dos chefes locais, em cidades como Princesa Isabel. O momento que poderia significar, senão o fim do coronelismo, pelo menos, o ocaso da família Pereira, naquela cidade, foi a morte do seu patriarca, o Cel. Marcolino Pereira, ocorrida em 1905. No entanto, tal não ocorreu, pois o seu filho, José Pereira Lima, já estava apto para assumir o lugar do pai. Como lembra Edgard Carone,

“o domínio começa pela ação do coronel Marcolino Pereira, do Partido Liberal, que sobressai aos Florentinos, do Partido Conservador. Até 1905 ele chefia a política e, com a sua morte, a direção passa a seu filho José Pereira. Bacharel em advocacia⁴¹, este demonstra tino partidário e aumenta o prestígio com manobras que o tornam figura ímpar no âmbito estadual” (Carone, 1975: 265).

Para a consolidação do nome de José Pereira Lima no poder local, alguns acontecimentos da política estadual vão ser de fundamental importância. O principal desses acontecimentos é a decisão de Epitácio Pessoa (fiel aliado do Cel. José Pereira) de se candidatar ao Senado e à chefia do Partido Republicano Conservador Paraibano (PRCP), sendo eleito para ambos os cargos em 1912. Outro acontecimento também relevante foi, em 1915, a renúncia de Castro Pinto ao governo da Paraíba, momento em que assumiu o poder o irmão de Epitácio Pessoa, o primeiro Vice-Governador Antônio Pessoa, que, por motivo de saúde, renuncia em agosto de 1916. Este é um período marcado por conflitos divisionistas no interior do PRCP quanto à sucessão governamental.

Ajudado pelo Cel. Cristiano Lauritzen, Epitácio Pessoa designa Camilo de Holanda para o posto de governador, no qual este permaneceu de 1916 a 1920. Essa medida, que tornou a transição mais tranquila, levou Epitácio Pessoa a ter um estrito controle sobre a organização do Partido Republicano Conservador da Paraíba. A postura de Epitácio para assegurar o poder e fazer dos governadores seus leais e fieis procuradores tinha por base a relação face a face que mantinha com os chefes políticos locais.

⁴¹ A afirmação de que José Pereira é Bacharel é incorreta, pois ele não chegou a concluir o curso. Quando cursava o segundo ano, teve que abandonar os estudos na Faculdade de Direito do Recife para assumir a função de líder político que era desempenhada por seu pai.

Nesta relação, a lealdade e a reciprocidade eram fatores de preponderante importância. A lealdade dos seus clientes, que serviu de sustentáculo para a sua máquina eleitoral até 1930, foi reconhecida por Eptácio que “agradeceu pessoalmente aos ‘amigos e aliados de 1915’, confirmando-os ou nomeando-os novamente como chefes partidário locais”. (Lewin, 1993: 277, *grifos da autora*). A relação de patronagem aí implícita continuou eficiente mesmo depois de sua ascensão à Presidência da República:

“no ápice de sua carreira política nacional, a correspondência política de Eptácio com o governador Solon de Lucena, dando-lhe conselhos e instruções com relação aos chefes locais, demonstra a sua consciência de que a lealdade se constitui numa relação recíproca.” (Lewin, 1993: 277-278)

A situação de José Pereira Lima, apoiando a candidatura de Eptácio Pessoa, não poderia ser melhor, uma vez que esse apoio significou a consolidação de sua posição e prestígio não só local, mas também estadual e federal.⁴² Esse tipo de atuação política se constitui, segundo Lewin, (1993), como política de base familiar ou política de parentela.

Formando um complexo em que as conexões políticas fortaleciam a oligarquia dominante, as redes de base familiar eram ilimitadas, ligando num campo social comum os níveis local, estadual e federal⁴³. O coronel José Pereira Lima, por pertencer a essa rede de base familiar, atuava até mesmo fora do Estado, onde recrutava votos para Eptácio Pessoa

⁴²A ligação do Cel Pereira Lima a Eptácio lhe valeu o título de “o mais poderoso coronel do sertão ou até mesmo da Paraíba”. Ver, a esse respeito, Mello (1994), Rodrigues (1978) e Lewin, (1993).

⁴³Para Lewin “[...] num nível mais complexo, a política de parentela refere-se à maneira pela qual era conduzida a atividade política. Ela conota a coesão que as conexões davam não aos grupos, mas às redes.” (Lewin, 1993: 189).

através das conexões que sua rede possuía no Legislativo, no Estado de Pernambuco, como mostra esta correspondência:

“Todos os membros da família Medeiros (o deputado estadual pernambucano Antônio Medeiros Siqueira Campos), e não poucos residentes no município de Princeza, são correligionários do nosso partido, e aquelle amigo continua a ser um admirador fervoroso de V. Exc. Disto deu elle prova, quando a Câmara do vizinho Estado (Pernambuco), orientada pelo Dr. Borba, votou uma moção em 1922 contra o governo da República (isto é, do Pres. Epitácio). O Cel. Medeiros não acompanhou os correligionários do senador pernambucano, preferindo ficar com V. Exc. [...] não era elle um borbista, no sentido lato do termo; era antes um epitacista. E de Flores (município adjacente a Princesa), onde o irmão, Cel. José Medeiros, chefiava a política do município, o Cel. Antônio Medeiros fizera um prolongamento da Parahyba, pelos laços de família e pelo espírito de cordialidade sempre reinante entre as duas communas [...] eu tinha a convicção de que elle no Congresso pernambucano seria antes um deputado parahybano.”(Carta de José Pereira Lima para Epitácio Pessoa em 08/11/1928) (*apud* Lewin, 1993: 286-287).

No início do século, Princesa Isabel vivenciou o surto do algodão e viu, através da economia algodoeira, a chegada de algum progresso à região. Apesar de acreditarmos que esse progresso se deveu sobretudo à economia algodoeira, não podemos desprezar o fato de que, neste período (início da década de 20), o presidente da República era Epitácio Pessoa, que mantinha laços de amizade pessoal e aliança política com o Cel. José Pereira, então chefe político de Princesa Isabel.

Tal ligação possibilitou à cidade a construção de açudes e barragens, além de estradas que passaram a facilitar a circulação da

produção local, e ainda permitiram um significativo crescimento urbano que intensificou a atividade comercial. Isto porque as relações de amizade que envolviam o Cel. José Pereira e Epitácio Pessoa, mesmo não tomando o lugar dos procedimentos formais, permitiram que ocorressem ajudas, favores e até mesmo agilidade em processos que tratassem de alocação de verbas. A amizade era transformada em um ato de intermediação, e o interesse pessoal de um político, objetivando atender a sua clientela, passava do campo do socialmente condenável para o admissível.⁴⁴

É durante o governo de João Suassuna (1924-1928) que o Cel. José Pereira desponta como uma grande liderança política no Estado. A relação do Cel. José Pereira com João Suassuna, de quem era com-padre, assegurou, entre outras coisas, a criação, em Princesa Isabel, no ano de 1925, do II Batalhão da Polícia Militar, provisoriamente sediado lá para combater o bando de Lampião⁴⁵. Incentivando a produção de algodão e armando os coronéis para combater o banditismo, Suassuna

“representou o coronelato sertanejo no poder. Em seu Governo, os chefes políticos tiveram as mãos inteiramente livres, com o que, na prática, organizou-se *estrutura paralela de poder*, superposta ao Estado”. (Mello, 1994: 164-165, *grifos no original*).

Ao aproximar-se o término do seu governo, Suassuna começou a articular a sua sucessão, fazendo surgir uma chapa que lançava os nomes de Júlio Lyra (chefe de polícia do Estado, afilhado e protegido

⁴⁴ A este tipo de amizade, Wolf (1966) denomina “amizade instrumental”. (Cf. Perspectiva teórico-metodológica desta dissertação).

⁴⁵ O armamento distribuído por Suassuna em 1926, segundo Lewin era “[...] para combater a Coluna Prestes [...] Boa parte dessa munição estava na posse de aliados do coronel José Pereira, pois este supervisionara a sua distribuição enquanto encarregado do comando dos esforços governamentais para repelir a Coluna Prestes. (Lewin, 1993: 336).

de João Suassuna), José Pereira Lima e José Queiroga⁴⁶ para os cargos de Presidência, primeira e segunda Vice-Presidência do Estado.

Como mandava a tradição, a chapa foi apresentada a Eptácio Pessoa, que a rejeitou, indicando, para a Presidência, o nome de seu sobrinho, Ministro do Supremo Tribunal Militar, João Pessoa de Albuquerque, o qual foi aceito “com o apoio unânime dos correligionários do tio, destacando-se a anuência dos ‘coronéis.’” (Rodrigues, 1978: 20, *grifos no original*). A 1ª Vice-Presidência ficou com Álvaro de Carvalho e a 2ª Vice-Presidência com Júlio Lyra, medida que visava apenas à conciliação.⁴⁷

A lealdade dos chefes locais a Eptácio Pessoa submetia-se a toda prova⁴⁸. Assim, João Pessoa foi eleito com o apoio dos “coronéis”, os quais foram surpreendidos com um programa político cuja meta prioritária era uma profunda reforma no Estado. Tal reforma visava ao desprestígio dos coronéis e a uma profunda reforma no sistema financeiro. Com o intuito de soerguer o Estado, João Pessoa “destituíu chefes locais, demitiu juizes e promotores, removeu delegados, chefes de Mesa de Rendas (Coletorias Estaduais).” (Rodrigues, 1978: 29).

Dentre as medidas que vão causar enorme rebulição nos meios políticos estava a lei tributária 673, de 17 de novembro de 1928, que regulava a exportação e importação de mercadorias, tributando-as através da criação do Imposto de Incorporação (“barreira”). Tal lei incidia sobre todas as importações, o que provocou a ruptura das relações comerciais da Paraíba com outros estados, principalmente com Pernambuco. A justificativa para essa

⁴⁶A chapa articulada por Suassuna “transparecia a intenção de montar esquema próprio, sertanista.” (Mello, 1994:165)

⁴⁷O favorecimento de parentes tem sido uma prática reforçada por toda uma tradição cultural, como muito bem observou Bourdieu (1979), quando mostra que o nepotismo pode ser visto como uma virtude, dependendo da tradição cultural em que esteja inserido: o favorecimento pode ser considerando apenas como um dever que foi cumprido para com os amigos ou parentes.

⁴⁸Na eleição para o governo do estado, João Pessoa teve em Princesa, “sob o comando de José Pereira, a unanimidade dos sufrágios, repetindo-se dessa maneira o que já ocorrera com seu tio Eptácio, também sufragado unanimemente na campanha para senador.” (Lima, s/d: 12).

medida era o combate à crise econômica pela qual passava o Estado. A reação de Pernambuco veio com a alegação de inconstitucionalidade da lei 673, levantada pela Associação Comercial, que pediu intervenção federal e apoio de outras organizações, a exemplo do Centro de Indústria e Comércio do Rio de Janeiro, entre outras instituições.

O maior combate à política de João Pessoa vem, todavia, através do *Jornal do Comércio* de Recife, propriedade dos Pessoas de Queiroz, parentes consangüíneos de João Pessoa. De circulação nacional, esse jornal tornou-se porta-voz dos insatisfeitos, e, em função disso, suas publicações de protesto contra a lei tributária acabaram por receber a denominação de “Guerra Tributária”.

Por extensão, o *Jornal do Comércio* também servirá para a exposição de conflitos de ordem familiar, através dos ataques pessoais dirigidos a João Pessoa, que os responde através do jornal oficial da Paraíba, “*A União*”. João Pessoa, por sua vez, passa ao ataque direto aos Pessoas de Queiroz e aos políticos que eram contrários à política tributária empreendida pelo Presidente do Estado, como nos mostra Rodrigues:

O Jornal do Comércio do Recife (estado de Pernambuco) órgão de grande repercussão no país, encetou ferrenha campanha contra a lei; campanha essa que passou a ser denominada de ‘Guerra Tributária’[...] A ‘Guerra Tributária’ desvirtuara-se, fugira do seu móvel, transformara-se em válvula de escape de rixas familiares e constituiria uma das sementes do futuro movimento armado de Princesa. (Rodrigues, 1978: 50-55, grifos do original).

A política tributária de João Pessoa exigia o escoamento da produção via porto de Cabedelo, o que atingia diretamente o município de Princesa, que, com a expansão da cultura do algodão, tinha a produ-

ção destinada ao mercado externo. A região de Princesa Isabel produzia bastante algodão, mas isso não significava lucro para os cofres da Paraíba, pois o escoamento dessa produção se dava via Pernambuco, que oferecia melhores vias de acesso ao mercado externo (portos) e, principalmente, oferecia facilidades tributárias que garantiam maiores lucros aos produtores.

A distância para o porto de Cabedelo era de 428 quilômetros, sendo ainda necessário despachar o algodão para a cabeceira da linha férrea, em Campina Grande, a 327 quilômetros, através de mulas e caminhões, o que ocasionava custos extras que o escoamento da produção via Pernambuco não representava, já que o transporte para aquele estado era feito através de mulas até Rio Branco (PE), a 130 quilômetros, a partir de onde era transportada via férrea até o Recife, a 300 quilômetros. Isso significava uma razoável economia nos gastos com transporte, sem falar que, em Pernambuco, a alíquota de impostos era menor do que a da Paraíba⁴⁹.

A “Guerra Tributária” só chegará a ter fim após julgada a medida de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal. A Sousa Cruz muito pressionou a decisão final, fazendo com que outras firmas pernambucanas entrassem em juízo, com mandato proibitório contra o Estado da Paraíba, quanto à cobrança do imposto de incorporação.⁵⁰

Assim, se por um lado Epitácio Pessoa dotou o Cel. José Pereira de condições que permitiram levar um intenso progresso ao município, tornando-o um significativo pólo comercial no sertão (o que aumentava o seu prestígio pessoal), por outro lado, a política de João Pessoa

⁴⁹ Para uma melhor compreensão do que foi a “Guerra Tributária”, ver Joffily (1979: 225-248); Lewin, (1993:238-243); Mello (1994:164-167); Rodrigues (1978:25-71).

⁵⁰ “Quarenta firmas pernambucanas entraram em juízo com um mandato proibitório contra o Estado da Paraíba, a fim de revogar o Imposto de Incorporação que consideravam inconstitucional. A publicação em *A União* de 8 de julho de 1929, marcaria o término da ‘Guerra Tributária’”. (Rodrigues, 1978: 57, grifos do original).

enfraquecia os poderes dos chefes locais, como um todo, quando impunha a autoridade executiva governamental sobre o interior do Estado, especialmente sobre o sertão.

Apesar de as fortes medidas de João Pessoa nos planos tributário e político se chocarem com os interesses daqueles que o apoiaram, a lealdade do Cel. José Pereira a Eptácio Pessoa ainda se mantinha de pé.⁵¹ Este fato pode ser comprovado com o apoio que o Cel. José Pereira deu aos nomes de Getúlio Vargas e de João Pessoa para a Presidência e Vice-Presidência da República, em função de ter sido Eptácio Pessoa o responsável pela inclusão do nome de seu sobrinho na chapa getulista.⁵²

Além das eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, haveria ainda as eleições para o Senado e para a Câmara Federal. João Pessoa defendia uma renovação dos candidatos no sentido de reformar a bancada da Paraíba, fato que causou constrangimento e descontentamento em alguns deputados dentro do partido. O problema chegou a ser levado ao exame da Executiva do Partido Republicano da Paraíba (PRP), o que de nada adiantou, pois a proposta de João Pessoa incluía a recondução do mandato de apenas um deputado, resultado de manobra que instituiu o voto de qualidade que priorizava a manutenção do nome do seu primo, Carlos Pessoa⁵³.

⁵¹ A relação de amizade que envolvia o Cel. José Pereira e Eptácio Pessoa pode ser analisada na perspectiva de Pitt-Rivers (1971), para quem a amizade inclui uma espécie de reciprocidade obrigatória, em que as partes envolvidas se colocam na condição de retribuir ao parceiro a ajuda recebida.

⁵² “Como decorrência de ter sido Eptácio Pessoa o responsável pela inclusão de João Pessoa na chapa getulista, os chefes políticos governistas, em sua totalidade, por uma questão de fidelidade ao líder supremo da Paraíba - mesmo os que haviam sofrido certos atos julgados hostis, injustos e desprestigiados - apoiaram os candidatos da Aliança Liberal”. (Rodrigues, 1978: 75).

⁵³ Na reunião da executiva do PRP para manutenção do nome do primo de João Pessoa, Carlos Pessoa “Dá-se, pois, um empate quanto à escolha do critério que deveria prevalecer: Júlio Lira e Inácio Evaristo defendem a reeleição; Demócrito de Almeida e Alvaro de Carvalho a substituição (o último suplente de João Pessoa, nomeado por este para fazer parte da executiva com o objetivo específico de votar na “indicação do seu primo Carlos Pessoa”) (Do grande presidente. *Apud*, Rodrigues, 1978: 83, *grifos da autora*).

Através dessa manobra, ficam de fora nomes como o do Deputado João Suassuna, amigo particular e parente por ritual do Cel. José Pereira Lima, além de muitos outros. Tal manobra foi uma verdadeira afronta a líderes políticos do porte de Suassuna (ex-presidente do Estado e deputado federal em duas legislaturas), Júlio Lira (segundo vice-presidente do Estado), Cel. Inácio Evaristo (presidente da Assembléia Legislativa) e o próprio Cel. José Pereira Lima (membro da Comissão Executiva do Partido Republicano da Paraíba e deputado estadual desde 1916).

Dois dias após serem tomadas essas medidas, João Pessoa retoma um programa de visitas aos chefes políticos do interior, em caráter eleitoral. No dia 18 de fevereiro de 1930, viaja com José Américo de Almeida, secretário do Interior e Justiça, a Princesa Isabel a fim de receber o habitual apoio do Cel. José Pereira para a eleição federal. “O evento, como era típico, transformou-se numa celebração festiva, mas os sinais de desafeição e hostilidade foram inequívocos.” (Lewin, 1993:350).

Terminada a viagem de João Pessoa ao interior, o Cel. José Pereira Lima lhe envia telegrama de rompimento, no dia 22 de fevereiro de 1930, e filia-se ao Partido Republicano Conservador (PRC), de oposição ao governo de João Pessoa. Este rompimento quebrou a *rede de patronagem*⁵⁴ na qual estava envolvido o Cel. José Pereira. Em represália, João Pessoa toma medidas de retaliação como a nomeação de um delegado cuja tarefa imediata era a de desarmar a cidade⁵⁵, além da transferência de Manoel Carlos, irmão do Cel. José Pereira Lima, da chefia da Mesa de Rendas de Princesa para Patos. Estas medidas culminam com a retirada, do município, de todas as pessoas ligadas à administração estadual, e com a tentativa de nomear um

⁵⁴ Boissevain (1977) faz referência às “redes de patronagem” como um complexo de relações entre pessoas que usam seu poder para assistir ou proteger outras.

⁵⁵ Esta nomeação serviu “para desarmar pacatos agricultores que tinham em suas casas, com autorização da própria polícia, armas que possuíam para a defesa das suas famílias, sabido como era que os cangaceiros campeavam, em grupos, por todo o sertão.” (Cardoso, 1954:45)

prefeito para o município sem a costumeira consulta ao Cel. Pereira, que até então não tinha oposição constituída.

A maneira como João Pessoa reagiu ao afastamento do Cel. José Pereira deixa claro que, num universo onde as relações pessoais são predominantes, tanto pode haver o favorecimento como o prejuízo de determinadas pessoas, dependendo das forças que mobilizem o momento. Neste caso, a manipulação das redes pessoais serviu para destituir pessoas dos seus cargos, impedir que outras chegassem a ocupá-los, etc.

Por outro lado, os laços de amizade, compadrio e associação comercial que uniam José Pereira Lima e os Pessoa de Queiroz, primos do Presidente João Pessoa e seus inimigos políticos, fortaleciam o Coronel de Princesa naquele momento⁵⁶, quando João Pessoa, entre outras medidas, autorizava o envio de tropas policiais para o município de Teixeira, visto que Suassuna, natural daquela cidade, concorria à eleição pelo Partido Republicano Conservador (PRC), de oposição à chapa da Aliança Liberal, o que não deixava de representar uma expectativa desfavorável para a votação no Estado.

“A Força Pública estadual apossou-se dos registros eleitorais, tornando impossível aos perrepistas realizarem votação. Os ocupantes também insultaram e prenderam mulheres pertencentes a família Dantas, inclusive a mãe, irmãs e cunhadas de João Duarte Dantas, o futuro assassino de João Pessoa.” (Lewin, 1993: 353).

⁵⁶ As relações que envolviam o coronel José Pereira com os Pessoas de Queiroz assim foi descrito por Lewin: “[...] era ligado aos Pessoa de Queiroz por parentesco ritual, pois era compadre de Epitácio Sobrinho e de João Pessoa de Queiroz, sendo este último o seu principal parceiro nos negócios. Juntamente com o coronel José Pessoa de Queiroz, o coronel Zé Pereira era sócio no comércio de importação-exportação que ligava o alto sertão meridional da Paraíba a Recife. (Lewin, 1993: 318-319).

Consequência disso, foram os atritos de João Pessoa com a família Dantas, aliados do Cel. José Pereira, que corre em defesa do aliado, começando, desta forma, o que se convencionou chamar de *A Revolta de Princesa*, que

“foi um movimento sedicioso que, iniciando-se a 28 (sic) de fevereiro de 1930 com o rompimento político-partidário entre o ‘coronel’ José Pereira e o presidente da Paraíba, João Pessoa, terminou por se constituir em confronto armado envolvendo de um lado os comandados do coronel e do outro as forças da polícia militar paraibana, prolongando-se até 26 de julho do mesmo ano.”(Rodrigues, 1978: 15, *grifos da autora*)

O Cel. José Pereira Lima contava com o apoio dos Pessoas de Queiroz, que intermediavam o contato com o Governo paulista de Júlio Prestes, então candidato à Presidência da República, indicado pelo Presidente da República Washington Luís. Recursos e armamentos foram enviados, não sem que houvesse aí interesses ligados ao momento político nacional⁵⁷.

A posição geográfica de Princesa Isabel, fronteira com Pernambuco, que também apoiava a chapa de Júlio Prestes, favorecia os interesses nacionais em jogo. Na realidade, a Paraíba estava isolada dos estados fiéis ao Catete, e aquela era uma ocasião importante para a manutenção do conflito armado, já que se esperava que a qualquer momento pudesse haver a intervenção do governo federal.

Assim, o Cel. José Pereira conseguiu organizar um verdadeiro exército, a partir de uma milícia armada privada que ele mantinha, como qualquer coronel da época. Ademais, tinha recebido reforços em

⁵⁷. Ver a maneira como entrava o dinheiro para financiar a “Revolta de Princesa”, em Joffily (1979: 237).

armamentos dos governos de Solon de Lucena e de João Suassuna, para combater o cangaceirismo e a Coluna Prestes.

“A chamada guerra de Princesa principiou por Teixeira, no dia do pleito para a Presidência e Vice-Presidência da República, Senado e Deputação Federal, a primeiro de março de 30 [...] Financiados pelos Pessoas de Queiroz, e apoiados pelo Governo Paulista de Júlio Prestes, os partidários do coronel José Pereira mobilizaram aproximadamente dois mil homens dos quais oitocentos e cinqüenta na primeira linha, em armas. A essa última cifra subia o contingente da Polícia Militar do Estado”. (Mello, 1994: 170)

João Pessoa ordenou a tomada da cidade de Princesa Isabel, apesar de estar em desvantagem, pois sabia que uma tropa valente, apoiada por um bom arsenal, se não fosse imbatível, seria pelo menos muito resistente. As tropas da Polícia Militar seguiram sob condições adversas, já que havia uma única estrada de acesso à cidade, o que os expunha a possíveis emboscadas dos homens do Cel. José Pereira, que “estavam possuídos por uma motivação ética. E por isso eram aguerridos. Sem esse conteúdo de legitimidade na luta, estariam reduzidos a uma tropa de mercenários”. (Joffily, 1979: 242)

José Pereira convencia seus homens de que os bandidos estavam do outro lado, o que era confirmado por atrocidades e atos de vandalismo cometidos pela força policial, que chegou a invadir sítios, espancando seus proprietários, inclusive mulheres, velhos e crianças. Os *batalhões provisórios*, como eram conhecidos os grandes contingentes, foram recrutados na base da improvisação, permitindo o ingresso de marginais e delinquentes. A força bélica de José Pereira foi selecionada da mesma forma, de modo que, “levando-se em conta também o primarismo da massa beligerante,

não é fácil distinguir onde estava içada a bandeira da legitimidade”.(Joffily, 1979: 242).

Os combates ocorreram principalmente em Teixeira, no povoado de Tavares e no povoado de Patos Irerê, entre outras localidades, onde as tropas do Cel. José Pereira sempre levavam vantagem. Com o prolongamento do movimento e os recursos começando a ficar escassos, medidas que causassem maior impacto foram necessárias para forçar o governo federal a intervir no Estado e, acobertado pela lei, poder desestruturar a chapa da Aliança Liberal. Foi a partir dessa idéia, articulada pelos Pessoas de Queiroz e seus assessores, que o Cel. José Pereira, por meio da promulgação de um “decreto”⁵⁸, proclamou a cidade “Território Livre de Princesa” com Ministérios, hino, e até um jornal, como órgão oficial.

A resposta de João Pessoa veio através da ameaça de bombardeamento ao município, se os revoltosos não se rendessem. A ameaça foi feita por um boletim redigido por José Américo de Almeida e lançado por um avião do Estado⁵⁹. A reação do Cel. José Pereira foi colocar em campo o plano de iniciativa dos Pessoas de Queiroz e espalhar grupos de guerrilheiros em incursões pelo Estado na tentativa de caracterizar um estado de anarquia favorável à intervenção federal.

Se essa estratégia daria certo, ninguém nunca pôde saber, porque naquele momento um fato paralelo de fundamental importância acontecia na imprensa. Através das páginas do *Jornal do Comércio* e d'*A União* é travado um debate entre os Dantas, aliados do Cel. José Pereira, e João Pessoa, contrário ao mandonismo local. Tal embate chega ao ponto de as

⁵⁸ “O ‘decreto’ tomou número 1, em 9/6/30. Seguiu-se um dilúvio de comunicações telegráficas a todas as autoridades do país.”(Joffily, 1979:239) (*grifos no original*)

⁵⁹ “No dia 6 de junho de 1930 o Governo do Estado tentou nova investida contra a cidade rebelde. Enviou do quartel-general da Polícia Militar, em Piancó, um avião pilotado pelo italiano Peroni, com a missão de lançar panfletos, concitando o povo a abandonar a luta, senão a cidade seria bombardeada dentro de 24 horas. O bombardeio não veio. A Missão fracassou.” (Mariano, 1991: 80).

divergências saírem da esfera da vida pública para a privada, o que vai ocasionar a invasão da polícia à residência de João Dantas, na capital do Estado. Na ausência deste, é feita uma devassa, sendo apreendidos vários documentos, inclusive cartas íntimas de cunho amoroso, as quais são divulgadas através do jornal *A União*.

O resultado desses acontecimentos se dá em Recife, no dia 26 de julho de 1930, quando João Dantas, sabendo através dos jornais da estada do Presidente da Paraíba naquela cidade, arma-se e vai ao seu encontro na confeitaria Glória, onde lhe desfere três tiros fatais. Paradoxalmente, ao morrer o inimigo, o Cel. José Pereira, que reconhece o erro de João Dantas, ao invés de entoar o hino da vitória, hasteia a bandeira da rendição e

“na noite de 26 de julho, em sua cidadela, cercado dos homens que nele confiavam cegamente - José Pereira Cardoso, Manoel Medeiros, Benedito Sitônio, Marcolino Diniz e Sinhô Salviano - fez um único e seco comentário: ‘perdemos a luta’.” (Joffily, 1979: 235, *grifos no original*).

Naquele momento político, a morte de João Pessoa significou o fim do movimento da “Revolta de Princesa” e o começo de uma divisão política no município. Na capital do Estado, aqueles que eram perrepistas foram alvo de uma população revoltada que, em busca de justiça, incendiou e depredou as casas de seus adversários políticos. O governo federal, diante de um momento de convulsão, não só na Paraíba, mas na Nação, resolve pôr fim à “Revolta de Princesa”, com a ocupação da cidade pelo Exército, em 11 de agosto de 1930. A ocupação foi acatada pelo Cel. José Pereira, e a cidade voltou ao seu convívio normal.

Para surpresa do Cel. José Pereira, em 29 de setembro, a cidade é surpreendida com uma nova ocupação: desta vez por tropas da força pública paraibana. No dia 4 de outubro, o Cel. José Pereira é avisado e aconselhado a deixar Princesa, pois a Revolução em plano nacional, começara, e as tropas do Exército, que de certa forma garantiam a tranquilidade em Princesa, são obrigadas a retirar-se do município⁶⁰.

Assim, o Cel. José Pereira, com alguns dos seus “cangaceiros”⁶¹, passa a viver clandestinamente até 1934, quando é beneficiado pela anistia do Presidente Vargas aos revoltosos, indo morar numa fazenda de seu sogro e irmão, Marçal Florentino, no município de Serra Talhada (PE), vizinho ao município de Princesa Isabel.

⁶⁰ “No dia 4 de outubro, José Pereira é avisado por oficiais do 19^o e 21^o BC que a revolução arrebenta e é aconselhado por estes a deixar Princesa, informando-lhe ainda que, em função do movimento, as tropas do Exército teriam que retirar-se do município. (Rodrigues: 1978: 165).

⁶¹ Tratamento usado pelos seus opositores.

O PODER DIVIDIDO

A intervenção no município, que se dá através da força pública estadual, é percebida também administrativamente. É quando se processa a emergência de uma facção chefiada pelo comerciante e grande proprietário de terras Nominando Muniz Diniz, que, durante o período do movimento armado de Princesa, se refugiou na vizinha cidade de Triunfo, município de Pernambuco. No que diz respeito a uma possível participação de Nominando na “Revolta de Princesa”, as opiniões são divididas: os aliados da família Pereira são unânimes em afirmar que ele participou com doações, inclusive colocando a sua loja de tecidos à disposição do movimento, enquanto a versão da família de Nominando é a de que ele simplesmente se afastou, não tomando nenhuma participação no processo.

Após o desfecho da “Revolta de Princesa”, o governo do Estado operou uma intervenção no município, indicando alguém da própria cidade para interventor. Primeiro foi indicado Alcides Vieira Carneiro, que não aceitou o cargo por manter laços de amizade pessoal e de parentesco com o Cel. José Pereira⁶². Foi, então, nomeado, por indicação do Interventor Federal na Paraíba, José Américo de Almeida, Nominando Muniz Diniz. Comerciante e grande proprietário de terras, pertencente até então ao mesmo grupo de parentela⁶³, Nominando Muniz Diniz criou uma fissura na unidade política de Princesa Isabel, estabelecendo uma situação conveniente para a po-

⁶². O Cel. José Pereira era padrinho de batismo de Alcides Vieira Carneiro.

⁶³Como “parentela”, aqui, é entendida à maneira de Lewin (1993) conforme expomos na Perspectiva teórico-metodológica desta dissertação, Nominando Muniz Diniz faz parte do grupo de parentela do Cel. Pereira, mesmo não havendo laços de consangüinidade entre ambos. O que determinava a posição de Nominando M. Diniz naquele grupo era o apoio dado por ele ao Cel. Pereira na sua vida política.

lítica do governo do Estado, que visava desaparelhar toda a estrutura política do Cel. José Pereira.

Esse período é marcado por intensa perseguição política. A ocupação da cidade por parte da polícia estadual criou um certo clima de hostilidade que foi se arrefecendo com o desenrolar dos acontecimentos na Nação.⁶⁴ Com a saída do Exército e do Cel. José Pereira, foragido e procurado pela polícia, sua família e seus aliados políticos ficaram expostos à fúria de vingança que contaminou grande parte da Paraíba. A exemplo do que acontecia na capital do Estado, onde muitos perrepistas foram presos e outros tiveram suas casas apedrejadas e incendiadas, em Princesa Isabel o Cel. José Pereira e seus aliados políticos sofreram sérias perseguições:

“A residência de José Pereira foi violada, o cofre onde estavam os seus documentos particulares foi quebrado a machado e arrombado, e a sua biblioteca incendiada; os currais foram invadidos e as rêses que tinham ‘ferro’ da família Pereira foram abatidas a tiros; os denunciados eram caçados a bala, como se fôssem feras; aquêles que caíam prisioneiros eram submetidos aos mais humilhantes sofrimentos; cidadãos respeitáveis, de 60 a 80 anos de idade, eram atirados dentro de prisões que de tão cheias não permitiam, sequer, a respiração livre; senhoras da melhor sociedade, submetidas aos maiores vexames, como aconteceu a D. Antônia Florêncio de Andrade, que foi amarrada em cima de um caminhão, com suas filhinhas menores, escoltada por 15 soldados de polícia e conduzida pelas ruas da cidade, ao som de uma corneta e debaixo dos impropérios da soldadesca desenfreada.” Cardoso, 1954: 12, *grifos no original*).

⁶⁴ “O período que medeia entre 1930-1934 se caracteriza pelas disputas entre o tenentismo e os quadros políticos tradicionais, enquanto Getúlio procura manter uma posição de aparente equilíbrio, acima dos grupos em luta.” (Fausto, 1988: 247-248).

Segundo depoimentos da família Pereira, as perseguições feitas em Princesa Isabel tiveram o aval de Nominando Muniz Diniz, sendo inclusive atribuído a ele o mandado de arrombamento do cofre da família Pereira. Arrombamento que visava à busca de provas para incriminar o Cel. José Pereira. Se foi ou não Nominando o responsável, o fato é que o cofre foi arrombado e houve depredação de alguns dos bens da família Pereira.

Um exemplo que ilustra bem essa perseguição foi o fato de os bens do Cel. José Pereira terem sido seqüestrados pela empresa norte-americana Standard Oil, a título de pagamento de uma fiança que havia prestado em favor de uma firma de propriedade de José Sitônio, amigo pessoal do Cel. José Pereira. O valor da dívida, que na época era de vinte e três contos de réis, poderia ser pago apenas com os bens da empresa,⁶⁵ mas, devido ao problema político, o seqüestro se deu em torno de todos os bens imóveis, fato que só foi reparado através de uma ação judicial somente concluída com um acordo em outubro de 1949⁶⁶.

A intervenção no município, tendo Nominando Muniz Diniz à frente, vai de 1930 a 1934. A sua atuação política faz com que se constitua uma oposição, o que até 1930 era inadmissível, já que o poder político se dava praticamente de forma absoluta. Até então, as possibilidades de ocorrência de lutas internas eram quase nulas. A partir desse momento, com o faccionalismo instituído, a vida política do município vai girar em torno das famílias Pereira e Diniz, de forma que “a presença frente a frente, de apenas

⁶⁵ A empresa era constituída de uma representação da Standard Oil, responsável pela venda de combustíveis na região de responsabilidade do Sr. José Sitônio.

⁶⁶ “A empresa americana, lamentavelmente a serviço da política dominante no Estado e em minha terra, pondo de lado essa circunstância e todos os questionamentos, isto é, apossou-se de todos os nossos bens e, o que é pior, fê-los vendidos a terceiros. Dai, resultou a ação judicial contra a Standard Oil, comandada pelo advogado Nehemias Gueiros e só concluída com um acordo em outubro de 1949, pouco antes do coronel José Pereira falecer.” (Lima, 1984: 21).

duas famílias, tende a dar mais agressividade às relações políticas.” (Blondel, 1957: 63).

A fragmentação interna da parentela, sem dúvida, começou com Nominando Muniz Diniz como interventor do município. No entanto, vale ressaltar que, num primeiro momento ele contou, segundo Cardoso (1954), com o apoio do ainda seu aliado político, Cel. José Pereira, a quem ajudara financeiramente na luta contra as tropas do Presidente João Pessoa, e com o qual concordava, já que, como comerciante, também tinha sido prejudicado pela já citada política tributária. Para este autor, o que possibilitou a fragmentação política foi o despreparo de Nominando Muniz Diniz, quando “faltou-lhe autoridade moral para conduzir os negócios políticos do municípios, naqueles dias incertos. Faltava à nova autoridade as credenciais do homem feito ao trato da coisa pública.” (Cardoso, 1954: 78)

Além disso, a prática política adotada pelo governo de Nominando, que, aliado ao governo do Estado, se empenhou na destruturação da política coronelista, culminou com a formação de dois blocos inimigos, cada um marcado por laços de solidariedade e vantagens econômicas, tanto para os chefes quanto para os demais membros que os compunham.

Os fatores políticos, econômicos e de parentesco antes de 1930 estavam interligados, de forma a garantirem o funcionamento daquela sociedade, com suas características próprias. No entanto, a solidariedade interna que interligava esses três fatores era frágil, a ponto de um componente mínimo de interesse econômico entrar em cena e, adicionado ao interesse político, dismantelar o funcionamento da estrutura. Este foi o caso da nomeação de Nominando Muniz Diniz para interventor do município, que gerou um dismantelamento da estrutura coronelista adotada pelo Cel. José Pereira e estabeleceu a formação de dois blocos rivais, o que veio a caracterizar a *política*

*de parentela*⁶⁷, presente na cena política de Princesa Isabel. Nessa situação, a prática está diretamente associada à forma com que a conjuntura política conduz o enfrentamento desses grupos, de modo que

“O conflito entre parentelas surge então como importante fator de continuidade delas; o conflito as perpetua, pela exigência de lealdade e apoio unânime que todos devem a todos em seu interior, tornando-se assim o determinante da continuidade das parentelas no tempo.”(Queiroz, 1975: 169-170).

Diante de um quadro de instabilidade política para o grupo da família Pereira, que tinha o seu líder máximo, o Cel. José Pereira, ausente da cena política local, muitos dos seus seguidores se mudaram para outras regiões, com medo de represálias por parte do Governo do Estado. Entretanto, o domínio da emergente família Diniz, no poder político local, não significou o alijamento político da família Pereira; tanto que, quando a cidade, ainda sob o impacto dos acontecimentos de 1930, realizou, em 1934, eleições livres para prefeito da cidade a disputa teve como representante da família Diniz o médico Severiano Muniz Diniz contra Manoel Florentino de Medeiros, apoiado pela família Pereira. Devido à forte radicalização que caracterizou a disputa eleitoral, a apuração dos resultados foi feita na cidade de Patos, Paraíba. Nesse pleito, saiu vitorioso o candidato Manoel Florentino de Medeiros, fato que marcou não só a primeira eleição para prefeito da cidade, como também o prestígio político do Cel. José Pereira no município de Princesa⁶⁸.

O Cel. José Pereira, mesmo depois da anistia concedida por Getúlio Vargas, em 1934, aos revoltosos de 1930, continuava

⁶⁷. Sobre a noção de *política de parentela*. ver Lewin, (1993: 188-199).

⁶⁸. A campanha de Manoel Florentino de Medeiros para as eleições de 1934 foi feita de sítio em sítio pelo sogro do Cel. José Pereira, Marçal Florentino Diniz.

sendo procurado pela polícia por ser acusado de estar envolvido como suposto mandante do assassinato de João de Deus, em Desterro, município de Teixeira. Esse fato tinha mais uma conotação política do que propriamente jurídica, pois a suposta vítima apareceu viva dois anos depois. Somente em 1935, através de um *habeas-corpus* impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal, é que o Cel José Pereira Lima conseguiu total liberdade. A sua volta à cidade de Princesa só vai se dar em 1936, quando é recebido com uma grande festa. 1935 também é marcado pela eleição dos deputados que elaborariam uma nova Constituição Estadual e pela eleição para Governador do Estado, que se dá via indireta, sendo eleito o candidato da situação, Argemiro de Figueiredo, que fora secretário do interior de Gratuliano de Brito, interventor federal na Paraíba de 1932 a 1934. Argemiro de Figueiredo (1935-1940) assume uma postura de pacificador político, colocando em seu Governo membros da oposição perrepista⁶⁹, como demonstra seu depoimento:

“Quando fui eleito governador do Estado em 1935, procurei pacificar a Paraíba com o fim de criar um clima que possibilitasse trabalhar em benefício de todos. Ódios ferrenhos ainda andavam soltos e não era possível governar assim. Então, chamei elementos perrepistas para colaborar com o meu governo, entre eles, o bacharel Izidro Gomes, que foi nomeado secretário da Fazenda. Otácilio de Albuquerque, apesar de pertencer à Aliança Liberal, não era bem visto pelo americismo. Mesmo assim deixei-os em altos postos. O que importava era apagar os velhos ódios e trabalhar pelo bem da Paraíba” (Figueiredo, *apud* Tejo: 1993:22).

⁶⁹. Perrepista era o nome dado à chamada militância do Partido Republicano.

O período pós-30, como vimos, é marcado por interventorias. No Estado, o primeiro interventor foi José Américo de Almeida, que assumiu o Governo por poucos dias, deixando o cargo para assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas. Assumiu o seu lugar, como interventor federal no Estado da Paraíba, Antenor Navarro, seguido por Gratuliano Brito (1932-1934) e, posteriormente, por Argemiro de Figueiredo. Estes interventores apresentavam características distintas, possibilitando uma visão do realinhamento das forças políticas constituídas antes de 1930, como nos mostra Mello:

“Antenor Navarro contra os coronéis, Gratuliano Brito sem os coronéis e Argemiro Figueiredo com os coronéis - nessa seqüência a trajetória da revolução de 30 na Paraíba.(Mello, 1994: 190).

A partir de 1937, com o golpe de Estado patrocinado pelo então Presidente Getúlio Vargas, é dissolvido o Congresso e abolida a Constituição de 1934, ficando proibida a reeleição imediata aos postos executivos, e sendo promulgado o novo texto constitucional: era o estabelecimento do “Estado Novo”. A nova Constituição possibilitou ao Governo Federal intervir nos Estados nomeando interventores. Na Paraíba, o Governador Argemiro de Figueiredo continuou no cargo, mas como interventor nomeado por Getúlio Vargas. Em Pernambuco, foi nomeado Agamenon Magalhães, que, ainda sob o impacto dos acontecimentos de 1930, determinou a ocupação da fazenda Abóboras, no município de Vila Bela, local da residência do Cel. José Pereira, que foi, desta forma, forçado a voltar para Princesa Isabel, recebendo garantias do então interventor paraibano Argemiro de Figueiredo. Nesse período, foram nomeados vários interventores para o município, todos indicados pelo Cel. José Pereira, o que demonstra a sua importância política dentro do

Estado e do município, permanecendo em Princesa Isabel até o término do mandato de Argemiro de Figueiredo, quando resolve voltar à sua fazenda no estado de Pernambuco. Em 1940, Rui Carneiro assume a interventoria no Estado, aí permanecendo até 1945. A aliança deste interventor com os Pereiras assegura a permanência da família no poder municipal, indicando os interventores locais.⁷⁰

Após a ditadura do Estado Novo, com o fim do Governo Vargas, há um novo reagrupamento partidário nacional. Sobressaem neste reagrupamento a UDN (União Democrática Nacional), onde se agrupou a maioria das forças tradicionais de oposição à ditadura, e o PSD (Partido Social Democrático), que, aliado ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), une-se em torno de uma candidatura pedessista para a Presidência da República. Era sob estas siglas partidárias que estava agrupada a maioria das oligarquias⁷¹. Sob a influência de Alcides Carneiro, filiado ao PSD, a família Pereira filia-se a este partido, assumindo a chefia local. A família Diniz, por sua vez, filia-se a UDN, já que este era naquele momento o maior partido de oposição ao PSD. Posteriormente, sob a influência do Ex-Ministro José Américo, amigo desde os acontecimentos de 1930, a família Diniz filia-se ao PL (Partido Libertador).

Esse período, também conhecido como de “redemocratização”, é marcado por eleições diretas em todos os níveis. Na Paraíba, a disputa para o Governo Estadual se dá entre Oswaldo Trigueiro (UDN), apoiado pela família Diniz, e Alcides Carneiro (PSD), apoiado pelo

⁷⁰ A ligação da família do Cel. José Pereira com Rui Carneiro vem desde os anos vinte. O Cel. José Pereira “[...] foi Diretor Político do ‘Correio da Manhã’, de propriedade de Rui Carneiro e de Rafael Correia de Oliveira, até que chegou à Paraíba a primeira mensagem de novos tempos, com a presença inopinada de João Pessoa, a tentar a implantação do Estado Moderno em pleno regime semi-feudal.” (Ponzi, 1984: 44, *grifos do autor*).

⁷¹ Nas eleições para Presidente saiu vitorioso o PSD com a eleição de Eurico Gaspar Dutra, mas no Estado a UDN saiu vitoriosa com as eleições de dezembro de 1945 e janeiro de 1947, quando consegue eleger dois senadores à Constituinte de 1946, sete dos dez deputados federais, o Governador e a maioria dos deputados estaduais, de modo que o PSD na Paraíba tornou-se oposição.

coronel José Pereira⁷². É também nesse período que Antônio Nominando Diniz, bacharel em direito pela Universidade Federal de Pernambuco e filho de Nominando Muniz Diniz, entra na cena política estadual.

Candidato a deputado estadual pela UDN, Antônio Nominando Diniz é eleito para a Assembléia Estadual Constituinte. Com Oswaldo Trigueiro no governo, Benedito Florentino Lima é indicado para interventor municipal, sob a influência da família Diniz. Esta intervenção se dá por um curto período de tempo, até a realização das eleições municipais de 1947, quando Nominando Muniz Diniz (UDN) vence Sebastião Medeiros (PSD), candidato da família Pereira, consolidando o poderio político da família Diniz nesse período.

No nosso entender, o poderio político que a família Diniz passa a ter nesse momento deve-se, em grande parte, à função de *mediador* exercida por Antônio Nominando Diniz. Primeiro, por ter apoiado o governador eleito, o que lhe possibilitou atuar, via estrutura burocrática, no encurtamento entre a comunidade local e o Estado Nacional⁷³, e segundo, por ter influenciado na indicação do interventor municipal, o que veio a favorecer a vitória da família Diniz nas eleições municipais.

As eleições de 1950 para o governo do Estado marcam um momento importante da vida política do município de Princesa Isabel. A divisão política instituída em 1930 é colocada em xeque quando é feita, no Estado, uma aliança política que contemplava os partidos rivais locais, PSD e PL. Esta aliança, composta pelo PSD, PL e PTB, também chamada de Coligação Democrática da Paraíba, tinha como candidato José Américo de

⁷². O coronel José Pereira, em 08/10/49, à revista "O Cruzeiro", fala do seu relacionamento com Alcides Carneiro: "[...] quando o nome de Alcides Carneiro, surgiu como candidato ao Governo paraibano em 1946, retornei às atividades políticas, apoiando-o, porque o considero um grande conterrâneo, a quem estou preso por muitos laços de amizade e de gratidão. Alcides sempre me foi leal, em todas as ocasiões, tanto as ruins como as boas." (Leal, 1984: 18).

⁷³. Ver, a esse respeito, as características de relação de patronagem que tratam da existência de chefes políticos que funcionam como mediadores, nas pp. 19-20 desta dissertação.

Almeida, que concorria com Argemiro de Figueiredo, da UDN. No município, ela só foi possível devido à pressão de José Américo sobre a família Diniz e de Alcides Carneiro sobre a família Pereira, de modo que as duas facções chegaram a estar juntas no mesmo palanque, conforme atesta Wanderley:

“Esta junção foi temporária e aparente, o que se constata, de um lado, no fato dos líderes das duas facções ‘freqüentarem’ o mesmo palanque, mas ‘ficando cada um de um lado’, e por outro, no retorno às hostilidades tão logo a ‘aliança’ se desfez.” (Wanderley, 1988: 8-9, *grifos do original*).

A relação de *amizade* que envolvia José Américo de Almeida com a família Diniz e Alcides Carneiro com a família Pereira, sem dúvida, foi a responsável para que os seus líderes, apesar de inimigos, freqüentassem o mesmo palanque. Tal aliança exemplifica bem o que Pitt-Rivers (1971) entende por uma relação de *amizade*, situação em que dizer um *não*, recusar-se a atender à solicitação de um amigo, é pôr em risco a própria relação.

Tão logo passou o período eleitoral, a rivalidade entre as facções voltou a se mostrar, como ficou comprovado nas eleições de 1951 para o governo municipal, quando houve uma disputa acirradíssima entre os candidatos Zacarias Sitônio, apoiado pela família Pereira, e Severiano Diniz, apoiado pela família Diniz. Nessa eleição, foram anuladas 11 urnas, sob alegação de fraude, motivando a realização de uma eleição suplementar, na qual foi eleito Zacarias Sitônio. O episódio causou o afastamento do Prefeito, Vice-Prefeito e Presidente da Câmara de vereadores durante 22 dias, acusados de envolvimento em fraude, período em que assumiu as funções do Executivo Municipal a secretária da prefeitura, Sra. Juanita Rodrigues Cardoso.

Já nas eleições municipais de 1955, a família Diniz volta ao poder local com Nominando Muniz Diniz (PL) eleito prefeito, derrotando Sebastião Medeiros (PSD), apoiado pela família Pereira. Nominando consegue fazer o seu sucessor nas eleições municipais de 1959, elegendo o candidato Antônio Maia (PL), que disputou o governo do município contra o candidato da família Pereira, o ex-prefeito Zacarias Sitônio (PSD). Esta eleição foi a mais disputada de toda a história do município, apresentando, ao final da apuração dos votos, uma diferença de apenas 13 votos.

Nas eleições de 1962 para a Assembléia Legislativa, Aloysio Pereira (PSD) é eleito Deputado Estadual pela primeira vez, e nas eleições municipais de 1963, a família Pereira recupera-se das derrotas anteriores, vencendo com Luiz Gonzaga de Sousa (PSD), que concorreu com Nominando Muniz Diniz (UDN)⁷⁴, o que comprova mais uma vez o nosso raciocínio de que a presença de um *mediador* facilitava a vitória nas eleições municipais.

Com a implantação do regime militar em 1964, há uma suspensão das garantias constitucionais e é estabelecido um prazo de 60 dias, durante os quais se poderia cassar mandatos e suspender direitos políticos. Essas medidas foram editadas no Ato Institucional nº 1 (AI-1) e visavam a desestruturar a oposição ao regime militar. Não sendo suficiente o AI-1, é editado o Ato Institucional nº 2 (AI-2) em 1965, que extingue o pluripartidarismo. São novamente suspensas as garantias constitucionais e autorizadas as cassações e intervenções nos estados e municípios, podendo o Executivo decretar recesso em todas as Casas Legislativas e legislar através de decretos-lei, além de extinguir os partidos políticos e cancelar os seus registros. Essas medidas tinham como meta “prevenir ou reprimir a subversão”.

⁷⁴ Nas eleições para a Assembléia Legislativa em 1962, Aloysio Pereira Lima (PSD) foi eleito com 3.211 votos na região de Princesa Isabel. Antônio Nominando Diniz (PL) teve 3.078 votos, não conseguindo ser eleito, conforme dados do TRE-PB.

Com a finalidade de disciplinar a criação de agremiações que funcionariam com atribuições de partidos políticos, foi baixado o Ato Complementar nº 4. Sob os dispositivos básicos deste Ato, surgiram a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), governista, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), oposicionista, que quase não conseguia o número mínimo de deputados e senadores exigidos por lei, o que, de certa forma, praticamente liquidava o sistema partidário.

Na Paraíba, a UDN se aglutinou à ARENA, e o PSD ao MDB. Contrariando a maioria dos outros estados da federação, o MDB aqui nasce forte. Isto porque Rui Carneiro, “forjado na política clientelista à sombra do Estado Novo” (Rolim, 1979: 22), pertencia ao PSD, cujos membros, em quase sua totalidade, passam a pertencer ao MDB. Em Princesa Isabel, a família Diniz, que era filiada ao PL, passa para a ARENA e a Pereira, filiada ao PSD, vai para o MDB, de modo que as relações políticas com o governo estadual ficam mais intimamente ligadas à família Diniz, representante local do partido de sustentação do regime militar.

Nas eleições municipais de 1968, já sob nova legenda partidária, Antônio Nominando Diniz (ARENA) vence as eleições contra o MDB 1 e MDB 2, que apresentaram os candidatos Miguel Rodrigues e Joaquim Mariano. Em 1971, a família Pereira não se sustenta mais na oposição ao Governo estadual, e, mesmo vinculada ao MDB, apóia os candidatos da ARENA⁷⁵. Essas mudanças são explicadas

“[...] de um lado pelas dificuldades enfrentadas por não contar com o apoio do governo, e, por outro, pelo apelo do governador Ernani Sátiro, invocando antigos laços políticos e de amizade entre seu pai -

⁷⁵. A família Pereira apóia a candidatura para Deputado Federal de Wilson Braga da ARENA.

Miguel Sátiro - e o coronel José Pereira Lima.”
(Aloysio Pereira *Apud* Wanderley, 1988: 13-14).

Como podemos ver pelo depoimento acima, ser opositorista, quer seja na esfera estadual ou municipal, é muito “desconfortável”: a falta de acesso ao sistema administrativo impede, em parte, que a função de *mediador* seja desempenhada via estrutura burocrática, impedindo que a *autoridade* do chefe político opere o conceito de *mediação* que permite a relação que comunidade e nação mantêm entre si.⁷⁶

Fato notório se deu nas eleições municipais de Princesa Isabel, em 1972, quando os dois partidos representantes das famílias Pereira e Diniz se uniram e lançaram um candidato único. Essa conciliação se deu em torno do então tesoureiro da Prefeitura, Francisco Sobreira Duarte⁷⁷, e do seu Vice, João Brandão, pela ARENA. Esta foi a única vez na história da cidade em que um candidato à Prefeitura contou com o apoio das famílias rivais.

A justificativa para que houvesse essa candidatura única está no fato de a família Pereira ter acabado de se desfiliar do enfraquecido MDB (o que se explica pelo apogeu do regime militar) e estar, portanto, ausente do poder estadual e municipal. Além disso, o candidato lançado pela família Diniz, Francisco Sobreira Duarte, tinha sido tesoureiro de Luiz Gonzaga de Souza (Gonzaga Bento), ex-prefeito da cidade reeleito com o apoio da família Pereira. Com as eleições de 1976, a família Diniz se mantém

⁷⁶. Cf. Introdução p. 19-20.

⁷⁷. Francisco Sobreira Duarte foi tesoureiro da Prefeitura Municipal de Princesa Isabel desde 1963, na gestão de Luiz Gonzaga de Sousa (Gonzaga Bento), da família Pereira. Até o presente momento continua no cargo apesar de já estar aposentado, passando por todos os Prefeitos, independentemente da filiação partidária.

no poder elegendo Sebastião Feliciano dos Santos (ARENA) na disputa contra João Brandão (MDB).⁷⁸

Nas eleições para governador da Paraíba, em 1978, via colégio eleitoral, Antônio Nominando Diniz apóia Antônio Mariz, contra Tarcísio Burity, que é apoiado por Aloysio Pereira. Nesta disputa, saiu vencedor Tarcísio Burity⁷⁹. Diante da nova conjuntura que se apresentava, Aloysio Pereira, em janeiro de 1979, filia-se à ARENA e posteriormente é indicado pelo Deputado Federal Wilson Braga e nomeado pelo Governador Tarcísio Burity, Secretário de Saúde do Estado.

A atuação de Aloysio Pereira frente à Secretaria de Saúde do Estado é marcada, no município, pela construção de um hospital, que recebeu o nome de Hospital Deputado José Pereira Lima. Vinculado ao Ministério da Saúde, é inaugurado em 1983 e administrado pela Fundação SESP (Serviço de Saúde Pública). Com relata Wanderley (1988: 17), “sua atuação como secretário de saúde possibilitou reforçar o prestígio político em Princesa Isabel e ampliá-lo para outros municípios do estado.” (Wanderley, 1988: 17)

Com a chamada abertura política iniciada em 1979, foram extintos a ARENA e o MDB, havendo uma nova reformulação partidária que permitiu a criação dos seguintes partidos: PDS (Partido Democrático Social), de representação governista, e PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PP (Partido Popular), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e PT (Partido dos Trabalhadores), todos ditos de “oposição”.

⁷⁸ O mandato do Prefeito Sebastião Feliciano dos Santos foi de seis anos, em virtude da prorrogação dos mandatos de Prefeitos em toda a Nação.

⁷⁹ Os candidatos a governador - Tarcísio Burity e Antônio Mariz -, ambos pertenciam à ARENA. O presidente da Assembléia Legislativa, nos anos 1977-1979, foi Antônio Nominando Diniz, conforme Wanderley (1988:16); Mariano (s/d:29).

Nas eleições de 1982 para governo do Estado e municípios, a família Diniz passa para o PDS-1 e a família Pereira vai para PDS-2. Pertencentes à mesma sigla partidária, as famílias Pereira e Diniz apoiam Wilson Braga (PDS), que se candidata ao cargo de governador contra o candidato Antônio Mariz (PMDB). Para Deputado Estadual, concorrem Aloysio Pereira (PDS-2) e Antônio Nominando Diniz (PDS-1). Nessa eleição, saíram vitoriosos para governador Wilson Braga e para deputado estadual Aloysio Pereira.

O fato de as duas famílias optarem pela mesma sigla partidária se justifica com a clássica análise que Victor Nunes Leal faz da disputa que se dava entre os coronéis pelo apoio dos governos estaduais. Tanto no período dos coronéis, quanto depois deles a situação de oposicionista, na esfera municipal, é muito difícil. Via de regra as correntes políticas municipais

“não se batem para derrotar o governo no território do município, a fim de fortalecer a posição de um partido estadual ou nacional não-governista: batem-se para disputar, entre si, o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar.” (Leal, 1975: 49)

Ainda no que diz respeito às eleições de 1982, em Princesa Isabel, a disputa se dá entre Luiz Gonzaga de Souza, candidato a Prefeito pelo PDS-2, e Antônio Nominando Diniz Filho, pelo PDS-1. Data deste período o surgimento de uma nova alternativa eleitoral, o PMDB, que tem à frente Paulo Mariano, filho de Joaquim Mariano, fiel escudeiro da família Pereira. O PMDB apresentou para essa eleição dois candidatos a prefeito: pelo PMDB-1, Paulo Mariano, e pelo PMDB-2, Luís Andreino. Mesmo apresentando uma pequena votação, esta participação não deixou de representar uma ruptura na dicotomia eleitoral instituída a partir de 1930. Apesar disto, concordamos com a afirmativa de que “difícilmente se pode prever, a curto

prazo, uma reversão da situação constatada através de uma ‘fissura’ no fechamento do sistema de poder local” (Wanderley, 1988: 20, *grifos no original*).

Como se vê, as eleições de 1982 em Princesa Isabel não deixam de ser uma repetição do esquema que sempre dominou a política local. O grupo Pereira ascendeu à liderança, com a eleição de Luiz Gonzaga de Sousa, e sua permanente disputa com o grupo Diniz perdura graças à capacidade que os dois grupos têm de se adaptarem a um jogo político mais amplo, que envolve rearranjos e alianças nas esferas estadual e federal.

Nas eleições de 1986 para o governo do Estado, a disputa ocorre entre Tarcísio Burity (PMDB) e Marcondes Gadelha (PDS). A família Pereira apoia Marcondes Gadelha, seguindo a orientação de Wilson Braga. Aloysio Pereira é novamente candidato a deputado estadual, conseguindo reeleger-se. A família Diniz filia-se ao PMDB, candidatando Antônio Nominando Diniz Filho para deputado estadual, que não consegue ser eleito. Nas eleições para governador, saiu vitorioso Tarcísio Burity, do PMDB. Data desse período o surgimento do PT na cena política local, com a indicação de um candidato a deputado estadual, Edmilson Pinheiro, que teve uma pequena votação (apenas 116 votos).

Nas eleições municipais de 1988, a família Pereira apoiou Francisco Bezerra Lima (Assis Maria) para prefeito. A família Diniz apoiou Doca Ferraz, vice-prefeito do governo anterior por indicação da família Pereira. Pelo PSB (Partido Socialista Brasileiro), candidatou-se o bancário Marcone Campelo.⁸⁰ Foi eleito Francisco Bezerra Lima, apoiado pela família Pereira. Nas eleições para o governo do Estado, em 1990, a família Pereira apoiou para governador Wilson Braga (PDT) contra Ronaldo Cunha Lima (PMDB), apoiado pela família Diniz. Nessa eleição, saiu vencedor Ronaldo

⁸⁰ O surgimento, mesmo inexpressivo, do PSB vai unir os descontentes com a situação política no município. Os poucos militantes do PMDB, de 1982, e do PT, fundado em 1986, vão estar juntos sob a sigla do PSB, cuja militância é formada principalmente por estudantes e funcionários públicos.

Cunha Lima, do PMDB, e para deputado estadual, Antônio Nominando Diniz Filho. Aloysio Pereira não conseguiu se reeleger, de modo que a família Pereira continuou na oposição.

Já nas eleições municipais de 1992, volta ao poder Luiz Gonzaga de Sousa (PFL)⁸¹, dando continuidade ao poderio da família Pereira no plano municipal. Neste pleito, José Nominando Diniz Neto, filho de Antônio Nominando Diniz, concorreu representando a família Diniz e, pelo PDT/PT⁸², concorreu Dr. Zoma, que era o vice-prefeito do governo anterior, apoiado pela família Pereira. A candidatura do Dr. Zoma teve uma expressiva votação, com uma plataforma política que se opunha às famílias Pereira e Diniz. A coligação PDT/PT elegeu um vereador, filiado ao PT, fato inédito na cena política local. Logo após o processo eleitoral, o Dr. Zoma filiou-se ao PT.

Nas eleições para governador, em 1994, a família Diniz apoiou Antônio Mariz (PMDB), que também recebeu o apoio da família Pereira (PFL), contra a candidata do PDT, Lúcia Braga⁸³. Isto nos dá uma demonstração de que em Princesa Isabel, o nome das pessoas está acima dos partidos políticos, caso contrário não há como justificar o fato de, nessa eleição, o PMDB e o PFL se aglutinarem em torno da candidatura de Antônio Mariz, quando, no Estado, o PFL estava coligado com o PDT.

Nas mesmas eleições, foi lançada a candidatura de Antônio Nominando Diniz Filho (PMDB), para deputado estadual. A fami-

⁸¹ A família Pereira, como a grande parte dos integrantes do PDS na Paraíba, nesse período, passa para o PFL, partido de maior expressão nacional.

⁸² O PDT foi criado sob a influência da família Pereira, com o objetivo de, através da formação de alianças, poder lançar mais candidaturas ao cargo de vereador. A presidência do partido ficou com a esposa de Zoma, a Sr^a. Aquina Virgolino, que assume a legenda quando o seu marido rompe com a família Pereira. O candidato Dr. Zoma, da coligação PDT/PT, que era o vice-prefeito de Luiz Gonzaga de Sousa, ao romper com a família Pereira, assume a via alternativa às famílias Pereira e Diniz. Neste pleito o candidato da coligação PDT/PT teve 1.542 votos.

⁸³ A aliança política que teoricamente unia a família Pereira ao PDT, na prática, não funcionou, já que, no município, a família Pereira apoiou a candidatura do PMDB. O que nos leva a crer que o objetivo da família Pereira era estar ao lado do governo de qualquer modo. Como a candidatura de Lúcia Braga não apontava para uma vitória, desfez-se a antiga aliança

lia Pereira não lançou candidato próprio, apoiando para deputado estadual Valdeci Amorim, do PMDB da cidade de Teixeira. Já o PT lançou a candidatura do Dr. Zoma para deputado estadual, o qual, para a surpresa de muitos, obteve a maior votação no município. A quantidade de votos dados ao Dr. Zoma foi superior à quantidade dada ao candidato da família Diniz, Antônio Nominando Diniz Filho, que, com uma grande votação no restante do Estado, conseguiu se reeleger.

O candidato do PT, Dr. Zoma, apoiou, no segundo turno, a candidata Lúcia Braga (PDT), assumindo uma posição contrária à orientação do partido, que era de não apoiar nenhum dos candidatos⁸⁴. Esta é mais uma demonstração de que a estrutura ideológica político-partidária não conseguiu se sobrepor ao forte poder pessoalizante de que se reveste o processo político em Princesa Isabel. Na visão do PT de Princesa Isabel, apoiar a candidatura de Lúcia Braga era estar em oposição às famílias Pereira e Diniz que apoiavam o candidato Antônio Mariz, como nos mostra o depoimento do militante petista:

“[...] nós tivemos reuniões aqui, levamos reuniões ao diretório de João Pessoa. O diretório resolveu liberar a gente no 2º turno, a gente podia votar em Mariz ou em Lúcia, e nós de Princesa achamos por bem apoiar Lúcia porque Lúcia não era apoiada nem por Nominando nem por Aloysio Pereira[...]” (P.C.S.)⁸⁵

⁸⁴ Embora a direção do PT de Princesa Isabel diga que o diretório estadual liberou a militância para votar em quem quisesse, o apoio do candidato do PT Dr. Zoma à candidata Lúcia Braga foi contestado pela direção estadual, que decidiu não apoiar nenhum dos candidatos.

⁸⁵ A maioria dos entrevistados não autorizou a divulgação de sua identidade. Por isso, recorremos ao uso das iniciais dos nomes. Também não divulgaremos profissão ou qualquer outro tipo de detalhe que possa efetivar uma identificação, com exceção dos casos autorizados.

Tudo levava a crer que, enfim, uma mudança estrutural estivesse acontecendo no município, por ocasião da grande votação do Dr. Zoma para deputado estadual. Tinha-se a impressão de que, nas próximas eleições municipais, o quadro das disputas seria favorável à oposição, se esta conseguisse se unir em torno de um candidato único. O PT lançou então o nome do Dr. Zoma, mas com a certeza de que, sem o apoio da família Diniz, não conseguiria êxito.

Com o desenrolar dos acontecimentos, a união idealizada pelo PT se consolidou com o lançamento da coligação de oposição PDT/PMDB/PT, tendo à frente o Dr. Zoma como candidato a prefeito, e como vice o Dr. Dedé, membro da família Diniz. No entanto, para se candidatar a prefeito, o Dr. Zoma trocou o PT pelo PDT, com o intuito de ter maior respaldo no Estado, o que não teria junto a determinados setores do PT ainda descontentes com o apoio dado pelo PT de Princesa Isabel à Deputada Lúcia Braga no segundo turno das eleições para governador.

As eleições vieram e, pelo entusiasmo dos militantes da oposição, por nós constatado na mobilização que a cidade viveu às vésperas das eleições, parecia haver chegado o tão sonhado momento de desestabilizar, senão as duas famílias que dominam a cena política da cidade, pelo menos a família Pereira, que há mais tempo está no poder. No entanto, a família Pereira havia lançado a candidatura do ex-prefeito, Francisco Bezerra Lima (PFL/PPB), tido por muitos na cidade como despreparado para o cargo, devido a sua pouca escolaridade, porém com uma grande chance de vitória, já que a sua administração anterior foi marcada por prática assistencialista, caracterizada sobretudo por doações de cestas alimentícias às famílias mais carentes. Para seu vice, foi escolhido o engenheiro Eduardo Abrantes, ex-secretário do então prefeito, Luiz Gonzaga de Sousa.

Esta eleição municipal, de 1996, teve uma disputa acirradíssima, porém sem grande animosidade, transcorrendo tudo dentro da normalidade, até mesmo a apuração das urnas, que desde o início apontava a vitória do candidato Assis Maria, como também é conhecido Francisco Bezerra Lima. Eleito pela segunda vez prefeito de Princesa Isabel, Assis Maria também contou com a eleição da maioria dos vereadores do seu partido, mantendo assim o poder da família Pereira no local. Ao PT, coube a reeleição do vereador Dominginhos.

Podemos constatar que, na evolução do processo político em Princesa Isabel, as famílias Pereira e Diniz criaram em torno de si mesmas as administrações do município através de indicação de nomes de sua confiança, não surgindo, durante décadas, uma facção capaz de desestabilizar as suas posições políticas. Quando, por exemplo, o momento eleitoral não requer um suporte para fins de consolidação da sua estrutura, o candidato a vice geralmente é alguém dos quadros da família. Quando há a necessidade de um apoio político fora do domínio da família, uma negociação pode ser feita com o cargo de vice-prefeito. Em um caso como em outro, percebe-se o controle das posições chaves, de modo que as lideranças políticas não possam se desenvolver fora dos seus domínios.

A participação política das famílias Pereira e Diniz, no Estado, deve-se aos mandatos de Deputado Estadual. Da família Diniz, foi eleito Antônio Nominando Diniz, em 1947, que conseguiu se reeleger em 1951 e em 1954, voltando à Assembléia Legislativa novamente em 1962, em 1974 e em 1978. Continuou o trabalho do pai, Antônio Nominando Diniz Filho, eleito deputado Estadual em 1990 e reeleito em 1994. Já da família Pereira, o primeiro representante junto à Assembléia Legislativa foi Marcolino Pereira Lima, eleito em 1900. Depois, veio o seu filho, Cel. José Pereira Lima, eleito em 1916 e reeleito sucessivas vezes até 1930, quando perdeu o mandato

por ocasião da “Revolução de 1930”, restando ainda dois anos do seu mandato. Outro representante da família foi Aloysio Pereira Lima (filho do Cel. Pereira Lima), deputado estadual em 1958, reeleito em 1962, 1966, 1982 e 1986,⁸⁶ o qual assumiu a Secretaria de Saúde do Estado, em 1979, por ocasião da eleição do Governador Tarcísio Burity.

De uma forma geral, quer na política municipal, quer na política estadual, é possível perceber a tendência das duas famílias a apoiarem os partidos governistas, de modo que a função de *mediador*⁸⁷, por elas assumida, torna-se quase como uma necessidade vital para a sua sobrevivência.

Do exposto é fácil concluir que o processo de evolução política em Princesa Isabel, como já afirmamos, dá-se em torno das famílias Pereira e Diniz. Ao longo de todos esses anos, nem mesmo o surgimento de uma “terceira força”, como é o caso do PT (Partido dos Trabalhadores), impede que o poderio político construído por estas famílias se desestabilize e permita que ocorram mudanças significativas, quer seja no âmbito do combate a estas elites, quer no âmbito das relações que envolvem a prática política, como veremos no próximo capítulo.

⁸⁶ Quando não estavam presentes na política estadual, os líderes das famílias Pereira e Diniz se voltavam mais para a política local. Os intervalos entre uma legislatura e outra quase sempre se davam em função de candidaturas não vitoriosas.

⁸⁷ Sobre a noção de mediador, ver Silverman (1977) e Wolf (1971).

AS RELAÇÕES DE PODER: SIGNIFICADO E RESSIGNIFICAÇÃO

A CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER

Apesar de as mudanças na maneira de se fazer política em Princesa Isabel terem sido significativas, nos últimos anos, algumas práticas continuam quase inalteradas. Aqui, faremos uma exposição sucinta de como se apresentava a vida sócio-política de Princesa Isabel, até o final da década de 80, quando foi promulgada a nova Constituição. Para entender essas mudanças e/ou permanências, começamos a nossa análise a partir dos anos 30, já que a compreensão do passado é de fundamental importância para uma melhor percepção do presente. Só assim temos a dimensão das transformações ocorridas.

Durante toda a República Velha, havia uma unidade partidária no município, quando as relações políticas giravam em torno de um líder, o Cel. José Pereira Lima, que centralizava a administração local. A partir de 1930, com as facções lutando pelo poder, temos novos métodos de se fazer política. Como as relações de poder têm uma dinâmica complexa o suficiente para tentarmos apreender de forma absoluta, analisaremos apenas determinadas práticas políticas que consideramos possuidoras de fortes relações de poder. Começamos com a prática da perseguição política.

A perseguição política àqueles que não pertenciam ao bloco que estava no poder era a forma mais acabada de desestruturar a facção rival. Essa prática, comum a ambas as famílias, Diniz e Pereira, atingia geralmente os ocupantes de cargos públicos, através de transferências ou demissões, rebaixamento de salário, entre outras.

O período imediatamente após a “Revolta de Princesa” é tido como o de maior perseguição política, quando alguns de seus

As inimizades pessoais nascidas a partir do faccionalismo político ocorrido em Princesa Isabel podem ser analisadas a partir do conceito de Carl Landé de “rivalidade de base faccional”, entendido como uma “forma hostil de reciprocidade”, em que os grupos diádicos não corporativos têm a capacidade de traduzir dissensões inter-individuais no código da pessoalização.⁸⁸ Ou seja, a partir desse conceito, é possível compreender como uma rivalidade faccional tanto é capaz de produzir o conflito, como o senso de comunidade, uma vez que o indivíduo está integrado num destes grupos e o conflito torna-se invariavelmente uma questão institucional (Landé, 1977: XXXII).

Da mesma forma, podemos constatar a “rivalidade de base faccional”, quando nos remetemos à questão da saúde. Em determinado período, a cidade contava com dois médicos, um aliado da família Pereira e outro da família Diniz. Se por acaso alguém de uma das famílias adoecesse e o seu médico não se encontrasse na cidade, a medida a ser tomada era ir buscar um outro médico, geralmente, em Triunfo, cidade vizinha, no estado de Pernambuco. É o que nos confirma o seguinte depoimento:

“Eu vi, naquele tempo, quando eu era mocinha, nos anos 50, uma pessoa aliada da família Pereira morrer sem atendimento médico, porque não queriam chamar Dr. Severiano, que era de Nominando. Foram atrás de Dr. Artur em Triunfo, mas quando ele chegou aqui era tarde.” (F.L.C.B).

A vida social da cidade também sofre as consequências da rivalidade política. Causando uma divisão que não era de classe social, a rivalidade atingia, de modo geral, grande parte dos habitantes da ci-

⁸⁸ Cf. Caniello (1993: 280-283)

estourou a revolução [...] depois ficou o pessoal de Nominando e houve várias perseguições em cima de nossa família. O meu avô teve que sair de Princesa. Foi passando o tempo e eles continuaram perseguindo. Deixaram a perseguição mais rústica, digamos, mais selvagem, e partiram pra perseguição de transferência de empregados e demissão. Mamãe mesmo, ela sofreu na pele, quer dizer, nós, da nossa família. Graças a Deus, nós somos considerados pessoas que não são tão burras. Hoje nós, eu e meus irmãos, era pra tá todo mundo formado, com curso superior, mas devido a perseguição política, a transferência que foi feita com mamãe, têm apenas dois formados [...] Mamãe passava a semana fora. Só vinha em casa no final de semana... Quer dizer, isso aí são coisas que marcam e por isso nunca ninguém da nossa família votou nos candidatos deles, só votam nos candidatos de Dr. Aloysio.” (Rialtoan Lopes).

Como se vê, as perseguições políticas, no início da década de 30, foram intensas e se tornaram fator de consolidação da competição que se estabeleceu entre as duas facções. Deste modo, as pessoas ou estavam de um lado, ou de outro, não havendo meio termo nessas relações. O tratamento que cada uma das facções dispensava à população obedecia ao princípio do “aos amigos tudo, aos inimigos a lei” (Leal: 1975). Ou seja, as relações deixaram de ser uma questão eminentemente política para se tornarem uma questão de cunho pessoal. Os acontecimentos de 1930 criaram não apenas divergências políticas, mas inimigos pessoais que chegavam ao exagero de

“não passar na calçada do adversário, não cruzar com o adversário, ir pelo meio da rua. Era muito radical. Inimigos pessoais, não se cumprimentavam, a não ser algum que escapava desse grupo.” (Antônio Nominando Diniz).

participantes foram presos, outros surrados, desmoralizados, etc., restando-lhes apenas as opções de mudar da cidade, resistir à política do governo pós-revolução de 30, ou aliar-se ao interventor nomeado pelo Governo do Estado, Nominando Diniz. O jornalista Paulo Mariano nos apresenta um quadro preciso dos fatos:

“Nominando assumiu a prefeitura em 30 e houve uma grande perseguição aqui a todos que combateram em 30. Todos aqueles que combateram até involuntariamente, civis até com o intuito de defender a cidade, foram presos, sem direito a processo, isso e aquilo [...] Princesa tinha um exército de 2.500 homens. Então perseguiu todos esses, mandou prender, responder processo. A muitos ele dizia que o delegado ia e prendia a mando dele. Ele dizia: se você tiver solidário a mim, eu mando lhe soltar e eles ficavam soltos, como é o caso de Cícero Bezerra, o bandoleiro do Nordeste, valente que brigou muito ao lado de Zé Pereira em 30. Quando terminou a Revolução, ele correu e se escondeu no mato. Ele me contou isso em 80, numa entrevista que fiz com ele. Nominando mandou chamá-lo e disse: você não vai pra cadeia não, agora fica comigo, politicamente. E ele, por questão de sobrevivência, disse ‘fico’ e ficou até morrer, apoiando Nominando [...]” (Paulo Mariano).

Não obstante o momento crítico para os opositores, muitas pessoas permaneceram fiéis ao Cel. Zé Pereira, contrariando os interesses daqueles que tinham como objetivo eliminar a base de apoio deste político. Tanto é que, apesar de marcadas profundamente pelas perseguições, houve famílias que, seqüeladas, se uniram ainda mais ao Cel. José Pereira e sua família, como nos mostra o depoimento abaixo:

“O pai de mamãe, meu avô combateu as tropas do governo em 30, então havia aquela união. Foi quando

estourou a revolução [...] depois ficou o pessoal de Nominando e houve várias perseguições em cima de nossa família. O meu avô teve que sair de Princesa. Foi passando o tempo e eles continuaram perseguindo. Deixaram a perseguição mais rústica, digamos, mais selvagem, e partiram pra perseguição de transferência de empregados e demissão. Mamãe mesmo, ela sofreu na pele, quer dizer, nós, da nossa família. Graças a Deus, nós somos considerados pessoas que não são tão burras. Hoje nós, eu e meus irmãos, era pra tá todo mundo formado, com curso superior, mas devido a perseguição política, a transferência que foi feita com mamãe, têm apenas dois formados [...] Mamãe passava a semana fora. Só vinha em casa no final de semana... Quer dizer, isso aí são coisas que marcam e por isso nunca ninguém da nossa família votou nos candidatos deles, só votam nos candidatos de Dr. Aloysio.” (Rialtoan Lopes).

Como se vê, as perseguições políticas, no início da década de 30, foram intensas e se tornaram fator de consolidação da competição que se estabeleceu entre as duas facções. Deste modo, as pessoas ou estavam de um lado, ou de outro, não havendo meio termo nessas relações. O tratamento que cada uma das facções dispensava à população obedecia ao princípio do “aos amigos tudo, aos inimigos a lei” (Leal: 1975). Ou seja, as relações deixaram de ser uma questão eminentemente política para se tornarem uma questão de cunho pessoal. Os acontecimentos de 1930 criaram não apenas divergências políticas, mas inimigos pessoais que chegavam ao exagero de

“não passar na calçada do adversário, não cruzar com o adversário, ir pelo meio da rua. Era muito radical. Inimigos pessoais, não se cumprimentavam, a não ser algum que escapava desse grupo.” (Antônio Nominando Diniz).

As inimizades pessoais nascidas a partir do faccionalismo político ocorrido em Princesa Isabel podem ser analisadas a partir do conceito de Carl Landé de “rivalidade de base faccional”, entendido como uma “forma hostil de reciprocidade”, em que os grupos diádicos não corporativos têm a capacidade de traduzir dissensões inter-individuais no código da pessoalização.⁸⁸ Ou seja, a partir desse conceito, é possível compreender como uma rivalidade faccional tanto é capaz de produzir o conflito, como o senso de comunidade, uma vez que o indivíduo está integrado num destes grupos e o conflito torna-se invariavelmente uma questão institucional (Landé, 1977: XXXII).

Da mesma forma, podemos constatar a “rivalidade de base faccional”, quando nos remetemos à questão da saúde. Em determinado período, a cidade contava com dois médicos, um aliado da família Pereira e outro da família Diniz. Se por acaso alguém de uma das famílias adoecesse e o seu médico não se encontrasse na cidade, a medida a ser tomada era ir buscar um outro médico, geralmente, em Triunfo, cidade vizinha, no estado de Pernambuco. É o que nos confirma o seguinte depoimento:

“Eu vi, naquele tempo, quando eu era mocinha, nos anos 50, uma pessoa aliada da família Pereira morrer sem atendimento médico, porque não queriam chamar Dr. Severiano, que era de Nominando. Foram atrás de Dr. Artur em Triunfo, mas quando ele chegou aqui era tarde.” (F.L.C.B).

A vida social da cidade também sofre as consequências da rivalidade política. Causando uma divisão que não era de classe social, a rivalidade atingia, de modo geral, grande parte dos habitantes da ci-

⁸⁸ Cf. Caniello (1993: 280-283)

dade: ricos e pobres, homens e mulheres, tantos os da área urbana, quanto os da rural. As pessoas freqüentavam os acontecimentos sociais de acordo com a sua filiação partidária, e até mesmo as festas mais tradicionais, como o carnaval, as festas juninas e o Natal, expressavam a rivalidade política, uma vez que, geralmente, eram comemoradas separadamente, o que pode ser demonstrado com os seguintes depoimentos:

“[...] as festas antigamente eram muito animadas: era cada um do seu lado. Quando tinha uma festa de Nominando, a família do Cel. Zé Pereira fazia outra. Ninguém sabia qual era a mais animada. Sempre era assim: quando um fazia, o outro fazia também”. (A.P.S.)

“[...] clube, nós nunca tivemos. Eles tiveram uma temporada, depois desistiram, mas quando eles faziam festas, nós também fizemos nossas festas [...] eram as festas de São João, Natal, Carnaval, as festas populares mais comuns no interior” (A.N.D.)

“As festas, naquele tempo, eram muito boas. Se bem que isso foi até os anos 60, 70. Tinha a festa dos cabeludos e a festa dos pelados⁸⁹. A gente só podia ir a festa dos pelados, porque a minha família votava nos pelados”. (M.A.F.)

É importante frisar que todos os entrevistados, quando falavam dos clubes, se referiam a estes como o clube dos Pereiras e o clube dos Nominandos. O dos Pereiras tinha o nome de Princesa Clube, enquanto o dos Nominandos se constituía de um salão improvisado para a realização das festas. A rivalidade, aí percebida, nos dá uma mostra de que a expressão da vida social pode ser apreendida através de seus espaços rituais, uma

⁸⁹ “Cabeludos eram aqueles que acompanharam Nominando. Cabeludos porque saíram em 1930 com tudo, com o poder. Pelados eram os que acompanharam o Cel. Zé Pereira, que saíram sem nada.” (M.A.F.)

vez que estes podem denunciar estruturas sociais, por fornecerem o próprio mapeamento social.

Outro dado importante para compreensão do clima de hostilidade que reinava entre as duas famílias diz respeito às realizações de comícios e passeatas eleitorais. Havia um respeito mútuo entre as famílias Pereira e Diniz. Os espaços na cidade eram preestabelecidos, de forma que onde costumava haver comícios de uma família, não era comum ocorrer um de seus opositores. Da mesma maneira, onde transitavam as passeatas dos candidatos a cargos eletivos de uma família, não passavam as de seus opositores. Nenhuma passeata, sobretudo as de comemorações de vitórias, ousava passar na rua em que moravam os líderes da família rival, pois esse seria um momento de enfrentamentos, como podemos constatar, pelo depoimento abaixo:

“[...] em campanhas políticas, eu confesso a vocês, nós chegamos a ter, quando perdia a eleição, quarenta, cinquenta pessoas aqui em casa. Se descer a Rua Nova⁹⁰, vamos queimar na bala, aqui [risos]. Graças a Deus, nunca desceu ninguém [risos]. Quando a gente ganhava, eram eles que se preveniam, lá eram eles que se preparavam, né? Lá eles faziam a mesma coisa, né? Se não entrarem aqui na Rua São Roque⁹¹, nós também não íamos lá, não.” (Gonzaga Bento).

Aliás, a divisão espacial da cidade, com suas ruas sob domínio das famílias, sempre foi algo muito ostensivo. Outro bom exemplo disso é o fato de os moradores da rua em que residia o líder da família Diniz, assim como os das ruas

⁹⁰ “Rua nova” é o nome mais conhecido da Praça Presidente Epitácio Pessoa, local onde residem os membros da família Pereira.

⁹¹ A “Rua São Roque” fica próxima à Praça Dr. José Nominando Diniz, onde fica a residência de membros da família Diniz.

circunvizinhas, eram, em grande maioria, seus eleitores. A mesma observação serve para a família Pereira.

Apesar de todo o clima de hostilidade que foi criado em torno das questões políticas em Princesa Isabel, não consta na história da cidade um só assassinato político, como também não consta em cartório nenhum processo que envolvesse membros das duas famílias em questão. O que acontecia era uma espécie de enfrentamento aberto e violento, em que os opositores, usando apenas do discurso, altercavam-se, trocavam insultos, conforme afirma o seguinte testemunho:

“Nunca, até hoje, nunca houve assassinato político, nunca houve. Havia só a cara feia de um lado e do outro. Havia muito respeito. Não consta na história de Princesa que tenha havido um desrespeito entre os membros das famílias Pereira e Diniz. Nos comícios tinha toda aquela exaltação, mais ficava só nisso.”
(A.P.F.)

Isto ocorre, em parte, porque as relações sociais em Princesa Isabel são determinadas a partir de uma realidade, a um só tempo material e ideológica. Ou seja, como essas relações são vividas numa pequena cidade, um espaço relativamente autocontido, a convivência cotidiana coloca as pessoas em tamanha proximidade, que os critérios determinantes do funcionamento da estrutura social são principalmente os de reconhecimento pessoal. Isso cria um padrão de sociabilidade em que são raras as situações conflituosas no plano inter-individual.⁹²

A rivalidade também se expressava nas festas religiosas. A igreja, com o objetivo de arrecadar dinheiro, realizava noites comemorativas, quando eram celebradas missas de ação de graças seguidas de

⁹²Cf. Caniello (1993: 280)

festas de rua. As noites homenageavam religiosos, artistas, pecuaristas, comerciantes e outras pessoas consideradas importantes. Havia uma noite para cada um desses grupos, como também havia uma noite dedicada à família Pereira e outra à Diniz. A posição da igreja, no imaginário dos habitantes da cidade, era a de ficar sempre acima da rivalidade das facções políticas, colocando-se como neutra, sem engajamento político partidário, como exemplifica o trecho abaixo:

“[...] a Igreja não tomava partido de ninguém, não. Mas, mesmo assim, tinha as noites de maio. Tinha a noite de Zé Pereira e família, e tinha a noite de Nominando e família. Porque não ia ter a noite de Zé Pereira e Nominando juntas, né? Porque ia parecer um desaforo, né? (Inês Diniz).

Até mesmo as relações de foro mais íntimo, como namoro e casamento, não deixavam de ser perpassadas pelas ingerências da divisão política da cidade. Devido à forte rivalidade que separava as famílias, não houve nenhum casamento entre os seus membros, o que poderia ter alterado o quadro político do município. As hostilidades bloquearam toda e qualquer possibilidade. Namoros e casamentos eram muito difíceis até mesmo entre membros de famílias que estivessem em posições opostas no contexto político-social da cidade, conforme atesta a narrativa abaixo:

“O namoro começou em 1957. As famílias, tanto a minha como a dele, aceitaram as pessoas, mas não aceitavam a situação. A minha família votava em Aloysio e a família dele votava em Nominando. A gente ficava no meio da rua, sem ter onde namorar. Ninguém aceitava a gente, nem nas calçadas, pra conversar [...] A gente tinha que ir namorar na calçada da coletoria, que era pública [...] Pra gente casar,

frei Alberto teve que pedir dispensa ao Bispo. Não correu banho, nem nada” (L.M.C.)

Os depoimentos acima nos dão uma configuração do *faccionalismo clássico*,⁹³ através do qual a cidade se dividiu em duas metades opostas, rivais e posicionadas de acordo com o alinhamento político, o que acabou por gerar um universo social codificado por uma rivalidade que define a posição dos indivíduos e das instituições na sociedade. Esse tipo de faccionalismo que ocorreu em Princesa Isabel se institucionalizou porque foi fundado em princípios morais e éticos. As pessoas que ali vivem ao mesmo tempo se contrapõem a um grupo e se identificam com outro. Em relação a um, exercitam o conflito, em relação ao outro, promovem a noção de comunidade, em relação a ambos, o respeito mútuo. Isso acaba por informar uma reciprocidade invertida. Ou seja, a divisão da cidade em dois grupos gera a ritualização do conflito e alimenta a perpetuação dos princípios que possibilitam a convivência, num espaço relativamente autocontido, de facções rivais lutando pelo poder.

Percebemos, ainda, pelos depoimentos, que o quadro de relações sociais de Princesa Isabel permitiu não só a permanência da rivalidade política entre as famílias, mas principalmente ocasionou o fortalecimento das suas principais lideranças, cujas práticas tinham forte suporte na distribuição de cargos públicos, de empregos, na prestação de serviços assistenciais, chegando ao ponto de encarnar as funções do Estado.

Quando o Estado não se mostrava eficiente na resolução dos problemas da população, o líder político atuava como *mediador*, servindo de elo de ligação entre as questões locais e os planos estadual e nacional. Ou seja, os líderes tinham suas práticas fundadas em padrões tradicio-

⁹³ A respeito de classificação do faccionalismo em tipos estruturais, ver Caniello (1993:282).

nais de relações políticas baseados numa *lógica de patronagem*, que atuava mesmo quando estavam na oposição e conseguiam fazer o contato entre o Estado e a sua clientela.

A atuação política das famílias Pereira e Diniz, no fortalecimento de suas bases, sustentava-se na utilização de artifícios comumente chamados de “política clientelista”. Entre estes artifícios destacamos o empreguismo, o direcionamento das construções públicas, a utilização dos serviços burocráticos e a assistência à saúde como mecanismos que exigem uma relação face a face, quando é possível o estabelecimento de uma *relação de amizade*, cuja lealdade é refletida no processo eleitoral⁹⁴.

A utilização do empreguismo na administração das instituições públicas se dava, no município, por indicação de quem estivesse no comando da política local. Quando se tratava das organizações estaduais e federais, a administração era determinada através de um processo pelo qual os líderes da política local tinham o direito de indicar os nomes para o preenchimento dos cargos de confiança. Esse direito, obviamente, era fruto da troca de apoio político nas ocasiões de eleições.

Assim sendo, a função que teriam essas instituições de prover iguais oportunidades de empregos à população (através de concursos) resultava em mais um quadro onde a filiação partidária se tornava senha indispensável. Ou seja, a oportunidade de emprego, pelo menos no que diz respeito aos de melhor remuneração, era destinada às elites que detinham o poder político. Às pessoas dos estratos sociais mais baixos, restavam os empregos de baixa remuneração e, é claro, o direito de dispor dos serviços “gratuitos”.

No que diz respeito aos empregos ligados à administração municipal direta, a prática comum era a seguinte: eleito um pre-

⁹⁴ Ver, a esses respeito, Wolf (1966:12) e Foster (1963:146)

feito, todos os cargos de confiança da sua administração eram ocupados por seus parentes ou aliados políticos, os quais perdiam seus empregos, caso o próximo prefeito eleito fosse da oposição. Isso porque esse novo prefeito agia exatamente como o anterior: demitia todas as pessoas ligadas ao seu opositor e renovava os quadros da administração municipal com os seus próprios parentes e aliados. Ou seja, a estabilidade do servidor público estava atrelada à lealdade ao responsável pela sua nomeação e dependia dos resultados de cada eleição, conforme atesta o seguinte testemunho:

“Aqui, no passado, quando um prefeito entrava, nomeava os seus aliados. A maioria dos empregos já tinham sido prometidos antes e durante a campanha eleitoral. Quando acabava o mandato e entrava outro prefeito que não fosse do mesmo partido, esse botava todo mundo que não votava nele pra fora.” (D.S.R.)

“Eu voto em Antônio Nominando porque o emprego que eu tenho hoje devo ao avô dele, Seu Mano. Se eu não tivesse esse emprego, ganhava pouco, né? Eu talvez nem morasse mais aqui. Talvez tivesse em São Paulo ou qualquer outro lugar, né? E quando a gente, lá de casa, precisa, vai atrás dele. Sempre foi assim.” (J.P.S.)

Outra prática comum nas administrações municipais era o direcionamento das construções públicas para favorecer aliados políticos. A utilização da *máquina política*⁹⁵, para a construção de estradas, pavimentação de ruas, etc., favorecia sempre as áreas em que o reduto eleitoral pertencesse a quem estava no poder. É o que nos atesta o depoimento abaixo:

“Lá na ‘Escorregada’, quem sempre tirava mais votos era o povo de Aloysio. Quando o povo de Antô-

⁹⁵. Ver, a esse respeito, Diniz (1982).

nio Nominando tava na prefeitura, as estradas aqui não passava nada. Aí teve as eleições pra prefeito e Miron Maia, que tinha uma propriedade lá, foi eleito vice-prefeito. Aí fizeram uma estrada, com trator e tudo, até a propriedade dele. Aí resolveu nosso problema, mas só faz se for assim.” (A.F.S.)

O que podemos perceber com depoimentos desta natureza é que a inserção de um indivíduo no seio da rede de relações pessoais daquele que controlava os recursos, tomava as decisões ou fornecia os serviços, era um meio eficaz de se ter acesso a determinados benefícios. Dispor dessa rede, através de relações como amizade, parentesco e patronagem, era ter a possibilidade de um usufruto a que, de outro modo, não se teria acesso.

Assim era, de uma forma genérica, a vida sócio-política em Princesa Isabel, até aproximadamente a promulgação da Constituição em 1988. Obviamente, ao longo de todos esses anos, modificações ocorreram tanto no âmbito da política, quanto no das relações sociais. O que pretendemos mostrar no próximo item, quando trataremos da prática política recente, são as modificações mais significativas que mostram como, incorporando novos valores e adquirindo novos significados, a vida sócio-política daquele município se acomoda à nova realidade.

A RESSIGNIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER

Analisando alguns elementos do fazer política em Princesa Isabel, desde os anos 30 até a atualidade, foi-nos possível constatar que algumas mudanças significativas ocorreram ao longo de sua história. Visto que alguns dos elementos que instituem as práticas políticas na história recente do município remontam aos anos 30, procuramos apreender como aconteceram as adaptações que evitaram a ocorrência de grandes rupturas.

O processo de adaptação da cidade aos novos tempos exigiu uma redefinição das relações de poder que envolvem a sua prática política, a qual não pode mais ser chamada de “tradicional”. Considerá-la assim seria esquecer que grandes acontecimentos políticos da história recente brasileira, como a nova estrutura partidária (com o pluripartidarismo, o voto desvinculado, etc.) e a promulgação da Constituição vigente, em 1988, de certa forma, alteraram o panorama político nacional, instituindo o que passamos a chamar de “moderno”.

Mostraremos então como o *tradicional* e o *moderno* se relacionam na vida sócio-política de Princesa Isabel. Como eles se excluem e convivem, como sofreram modulações para fazer permanecer a mesma estrutura político-faccionalista instituída em 1930, ainda que ressignificada.

A prática da perseguição política, por exemplo, existe desde a República Velha, no entanto, a maneira de executá-la tem adquirido novos significados. Se no passado a perseguição política visava banir o adversário político da região, hoje, se limita a penalidades mais “leves”, como o corte de uma comissão do funcionário público ou a falta de assistência por

parte dos órgãos governamentais àqueles que lhe são adversários políticos, o que se pode concluir dos seguintes depoimentos:

“Ainda hoje aqui há muita perseguição política, não como era no passado, que eles mandavam prender ou transferiam pro fim do mundo. A perseguição hoje é civilizada: se você tem influência política em um cargo que você ocupa por mérito, você perde, como foi o meu caso: eles tiraram o meu cargo de chefia e deram a outro. Logo, você perde muito da influência política que tinha”. (D.S.M.)

“Hoje eu trabalho como operador, trabalho com motor, ligando e desligando, mas não entendo nada disso, quando minha função é de escritório. Não quero, com isso, dizer que quero trabalhar sentado no escritório. Agora, se eu não quiser ficar aqui, como operador, já me juraram transferir pra cidade mais ruim da Paraíba”. (P.C.S.)

A perseguição política, mesmo revestida de uma nova roupagem, continua a alimentar o conflito, através da prática que envolve as relações pessoais, criando alinhamentos que posicionam os indivíduos virtualmente dissensores em *grupos* opostos que se rivalizam. Em outras palavras, “o faccionalismo cria a possibilidade da vivência do conflito mesmo em sistemas altamente integrativos, na medida em que dissolve o indivíduo - categoria pouco operacional nestes contextos - no âmbito de uma coletividade parcial, a facção.” (Caniello, 1993: 281)

À medida que o indivíduo é perseguido politicamente por uma facção, passa a ter uma identidade ainda maior com a sua coletividade parcial (a facção que o apóia), com a qual mantém laços de solidariedade e reciprocidade, viabilizando a rivalidade que possibilita o exercício das dissensões pessoais e a conseqüente continuidade das facções.

Por outro lado, a distância, a dificuldade de transporte e os custos que envolvem os deslocamentos de Princesa Isabel para os maiores centros urbanos, especificamente para João Pessoa, capital da Paraíba, continuam fazendo as pessoas procurem a ajuda dos líderes políticos da localidade sempre que precisam resolver problemas através da burocracia do Estado. Quando isso ocorre, imediatamente é reativada a mediação, que, hoje, funciona um pouco diferente da exercida no passado, pois enquanto, outrora, era exercida mais freqüentemente pelos próprios líderes políticos, hoje, diferentemente, há uma transferência dessa função para alguém que conheça o funcionamento da estrutura burocrática e que possa, por isso, assumir o papel de agente capaz de resolver problemas ligados à máquina burocrática. Isso, em parte, ocorre porque o aumento do contingente populacional não só dificulta o contato mais direto, como também aumenta o número de problemas a serem resolvidos. De acordo com o próprio Aloysio Pereira, um dos atuais líderes do município,

“se Princesa é uma cidade, hoje, com doze mil habitantes, então ela é bem mais carente do que quando tinha seis mil, viu? Era mais fácil você conduzir as coisas.” (Aloysio Pereira)

Dessa forma, a mediação, hoje, é exercida sobretudo pelo cabo eleitoral, cujo poder decorre do prestígio e da honra social, tradicionalmente reconhecida pela população, que lhe confere aceitação social, em função do realce de suas relações de amizade com o médico, o deputado, o juiz, entre outras autoridades. Via de regra, a função de mediador pode ser assumida também por um vereador ou pelo prefeito, ou por qualquer outra pessoa que tenha livre acesso às redes de relações pessoais, cabendo-lhes condu-

zir a solução dos problemas do indivíduo ou da comunidade, via administração municipal, ou pela Assembléia Legislativa, por exemplo.

Algumas atribuições anteriormente conferidas ao mediador têm sofrido modificações devido também ao processo de modernização pelo qual passa o País, quer seja no campo institucional, quer no campo do desenvolvimento tecnológico. Se no passado o líder político podia assumir determinadas funções que coincidiam com as do próprio Estado, hoje, as instituições estão mais presentes na vida da população, ou seja, há uma maior presença do Estado na comunidade, através de instituições como o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social) e o DETRAN (Departamento Estadual de Trânsito), entre outras.

Atuando com base na lógica das relações pessoais, na busca de um tratamento privilegiadamente diferenciado junto aos poderes públicos, a mediação é feita através de contatos pessoais, seja com funcionários, seja com políticos. Logo, a capacidade que este mediador tem para resolver os problemas das pessoas a ele ligadas está associado não a uma qualificação estritamente técnica, mas à exigência de contatos específicos pelos quais tramitam os processos.

Manter relações pessoais com indivíduos que participam da rede pessoal daquele que ocupa um cargo público é, da mesma forma, importante, pois, se o indivíduo que participa desta rede não pode, ele próprio, atender às solicitações, pode, pelo menos, encaminhar os pedidos aos canais competentes. Estes contatos criam as condições para que uma solicitação chegue até aquele que tem controle sobre os recursos. A esse respeito, vejamos o depoimento abaixo:

“Aqui em casa, dia de sábado⁹⁶ é cheio de gente que mora perto do sítio da gente. Eles vêm pra feira, aí almoçam lá em casa. Às vezes vêm na semana. Mas na semana só vêm quando é pra resolver alguma coisa. Aí, eu, quando tenho tempo, vou com eles resolver o que for preciso. Quando eu tô sem tempo, mando alguém com eles.” (F.S.S.)

Do mesmo modo, pode-se perceber as funções do mediador na assistência à saúde. Tem sido uma constante a população se dirigir aos políticos em busca de doações de medicamentos e/ou de ambulância para o transporte de doentes para outros centros. Aqui, a função do mediador deixa transparecer, mais que em outras ocasiões, o clientelismo de que a situação se reveste. Isto é notório em depoimento como este:

“Todo mês eu separava uma parte do meu dinheiro para gastar com a farmácia. E se eu fosse dar o que me pedem, eu tinha que arrumar dinheiro, porque meu dinheiro não dava. Às vezes eu falava com o Prefeito pra conseguir alguma coisa. Às vezes conseguia, às vezes, não. Agora, quando chegava no período das eleições, vinha eleitor que votava em mim, que eu sabia, como também vinha aqueles que eu sabia que só queria explorar.” (G.R.S.)

Além do fator “mediação”, outros podem ser detectados na análise da ressignificação das relações de poder. A cidade conta, por exemplo, com dois hospitais, que estão politicamente ligados às famílias Pereira e Diniz. A família Pereira tem influência sobre o Hospital Deputado Jo-

⁹⁶ Sábado, em Princesa Isabel, é o dia da realização da feira-livre, quando a maioria dos agricultores vão à cidade comercializar seus produtos.

sé Pereira Lima⁹⁷, que foi construído sob os cuidados de Aloysio Pereira Lima. Esse hospital pertencia ao Ministério da Saúde, mas, hoje, está municipalizado. A família Diniz tem influência sobre o Hospital São Vicente de Paulo⁹⁸, cujo prédio foi construído por Antônio Nominando Diniz. Embora estes hospitais não sejam instituições privadas, apresentam-se no imaginário da comunidade como pertencentes a cada uma das famílias, uma vez que são utilizados para os seus interesses políticos. É o que nos informam as declarações abaixo:

“Meu avô fez um hospital, aqui, em 1960. Aloysio como Secretário de Saúde criou um hospital, aqui, também. Essas coisas são divididas [...] *Todo mundo comunga dos dois*, tanto o pessoal da gente frequênta o hospital deles, lá, como o pessoal deles vem pra cá, pro hospital da gente, mas ainda tem aquele pessoal muito arraigado ainda. Tem gente que diz: não vou naquele hospital porque é de Dr. Aloysio...” (Dr. Dédé).

“Aqui é confundido saúde com política, o que não devia... Ali, no SESP⁹⁹, eles atendem a todo mundo. Agora, se votar nos Pereiras tem prioridade, não precisa pegar fila, a ficha é mais fácil de arranjar, e, se quiser fazer um exame, tudo é mais fácil. Agora, se eles reconhecem que o paciente é eleitor de Nominando, esse toma um chazinho de cadeira. É atendido! Mas não como os outros que votam no partido.” (S.H.)

⁹⁷ O hospital Dep. José Pereira Lima foi fundado em 13 de outubro de 1983. Apesar de municipalizado, os seus funcionários (nove médicos de diversas especialidades além de outros profissionais da área) continuam vinculados à Fundação Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. A sua manutenção é feita com verbas da Prefeitura e do SUS (Sistema Único de Saúde), com o qual mantém convênio.

⁹⁸ O Hospital São Vicente de Paulo, que é filantrópico, foi fundado em 31 de dezembro de 1961 e funciona, até hoje, em um prédio pertencente à família Diniz. Os funcionários deste hospital (quatro médicos, além de outros profissionais da área) são mantidos pelo Estado.

⁹⁹ O hospital Dep. José Pereira Lima ainda hoje é conhecido, por grande parte da população local, como “o hospital do SESP”, pois, antes de ser municipalizado, estava sob a administração da Fundação de Serviços de Saúde Pública (SESP).

Apesar de os depoimentos parecerem apontar mais para o passado de rivalidade absoluta, podemos detectar a ressignificação das relações de poder em uma declaração como “todo mundo comunga dos dois” (hospitais), praticamente inviável no passado.

Recorrer às relações pessoais que envolvem parentesco, amizade e patronagem tem sido uma característica corrente em Princesa Isabel, cuja prática política, como já mencionamos, permite que o faccionalismo assuma uma configuração essencialmente clientelista. As facções atuam como mediadores entre a população local e o Governo Estadual ou Federal, em busca de auferirem benefícios daqueles que se encontram identificados com seus objetivos mais imediatos, os quais recebem, em troca disso, o apoio eleitoral. Assim, temos relações políticas organizadas sob a *lógica da patronagem* que situa o sistema social numa base ética pessoalizante.

A análise que fizemos sobre os hospitais pode ser feita também em relação aos colégios. Os dois maiores colégios da cidade também se encontram no imaginário da comunidade como se fossem privados. Isso porque são instrumentos de interesse político das duas famílias, uma vez que foram construídos sob suas gestões ou influências. O Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, hoje Colégio Cinecista, pertence à rede de escolas da comunidade e, por ter sido fundado por Antônio Nominando Diniz, em 1949, é um reduto da família Diniz. O outro, o Colégio Estadual Ministro Alcides Vieira Carneiro¹⁰⁰ foi criado, em 1975, por influência de Aloysio Pereira Lima, sendo, obviamente, um reduto da família Pereira. Essa divisão está explícita nos seguintes depoimentos:

¹⁰⁰ O Colégio Estadual Ministro Alcides Vieira Carneiro, antes de passar para a rede estadual, pertencia às freiras Carmelitas, que, não podendo manter a escola em funcionamento, recorreram ao Estado. O prédio de funcionamento do colégio é também residência oficial das freiras.

“Sempre existiu aqui o colégio de Nominando, né? O colégio de Aloysio só vai existir a partir de 1975, com a fundação da Escola estadual de 1º grau, à época. Hoje é de 1º e 2º graus Ministro Alcides Vieira Carneiro. Há uma vinculação com o político que trouxe a obra pra cá.” (J.D.L.)

“[...] toda vida as freiras tiveram um negócio com os Pereiras. Não era a propósito, ou era [...] Ainda hoje é assim: noventa por cento dos professores lá são *pe-reiristas*. Até agora, há pouco tempo, Vilma queria tirar a minha nora dali, do ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho, queria tirar Rita, a mulher de Cícero Florentino, pra botar lá, pra misturar. Eu disse não, deixa cada um no seu canto, porque, no fim, qualquer coisa que surgir vão dizer que foi fulano, né?” (Inês Diniz)

Comprovamos ainda a divisão política nos colégios pelas festas de formatura, quando aparecem os nomes dos paraninfos. No Colégio Cinecista, os paraninfos sempre pertencem à família Diniz, enquanto no Colégio Estadual são sempre da família Pereira. Vejamos o depoimento que segue:

“A cúpula do partido de Aloysio, eles nunca vão a uma festa que seja organizada por nós. E as formaturas da escola Cinecista, eles nunca vieram a uma. Todo ano tem a festa de formatura, eles nunca participaram de uma, nunca vieram. As do Estadual, praticamente, nunca perdem, sempre tão aí, como padrinho de festa, né? Como paraninfo. Quase todo ano o padrinho na escola Cinecista é Antônio Nominando, é Totonho, José Nominando e lá o paraninfo, quase todo ano, é Gonzaga Bento, é Assis Maria, é Aloysio Pereira.” (Dr. Dedé, diretor do Colégio Cinecista)

A última vez que se viu os colégios darem uma demonstração, em público, de seus envolvimento político-partidários foi no dia 7 de Setembro de 1986. As comemorações da Independência sempre constaram do desfile das principais escolas da cidade, que se encontravam em frente à Prefeitura, para o hasteamento da bandeira nacional, momento em que as autoridades da cidade faziam seus habituais discursos. Naquele ano, o Colégio Cinecista, o Grupo Escolar Gama e Melo e o Colégio Estadual Alcides Vieira Carneiro (este, reduto eleitoral da família Pereira, mas com administração sob influência da família Diniz) não pararam na Prefeitura para as solenidades. O 7 de Setembro estava sendo utilizado para divulgação dos trabalhos realizados pela Prefeitura, haja vista que o discurso do Prefeito (que pertencia à família Pereira) falava mais das ações da administração local do que das comemorações da Independência, segundo atesta o depoimento do diretor do colégio Cinecista:

“Tudo começou logo após a eleição de Gonzaga Bento, quando Aloysio Pereira era candidato a deputado, uma coisa nesse sentido. A gente tinha a tradição de, em frente à Prefeitura, hastear o pavilhão, cantar o hino. Então sempre aconteceu da gente parar lá. Num desses 7 de setembro aí, não sei precisar qual, houve um comício político lá. A gente parou tudo e, de repente, começou ‘eu sou o bom, eu faço isso, eu faço aquilo, eu fiz aquilo, o outro partido nunca fez nada’. Transformaram um momento cívico numa campanha política, mas nós já estávamos lá, continuamos. Então nós pensamos o seguinte: esse ano que foi véspera de campanha foi assim, imagine para o ano que é o ano da política mesmo. Então no próximo ano a gente vai fazer o seguinte: nós vamos passar direto, quer dizer, nós não vamos para o hasteamento da bandeira. O único lugar que a gente pára é na escola.” (Dr. Dedé)

Em entrevista com alguns alunos do Colégio Ci-
necista, notamos uma certa indiferença em relação a esses acontecimentos.
Apesar dos depoimentos abaixo, não podemos deixar de pontuar que, por mais
indiferentes que quisessem parecer, os alunos sempre demonstravam absorver
a rivalidade que separa as duas facções. Vejamos:

“A gente desfila todo ano. A gente sabe o que está
havendo, mas é um problemas deles lá. Coisa de po-
lítico. A gente não vai brigar por eles. A gente desfila
porque todo ano há o desfile, sempre foi assim, e a
gente não vai deixar de desfilar por conta disso”.
(L.V.S.)

“As brigas no 7 de Setembro é deles lá. A gente não
tem nada a ver com isso, não. Eu desfilo todo 7 de
Setembro. Nós votamos no partido de Aloysio, mas
não é por isso que a gente desfila. Essa briga é deles
lá. Alguns alunos a gente ainda ver dando importân-
cia a isso. Isso deveria acabar. A maioria dos alunos
não quer saber de política, não”. (M.R.L.)

Não parece haver na população um envolvi-
mento maior com o fato. A grande maioria dos entrevistados, quando questio-
nada sobre o episódio, se mostra indignada com a situação, porém sem de-
monstrar qualquer possibilidade de romper internamente com qualquer uma das
facções, como nos mostra o depoimento abaixo:

“O 7 de setembro aqui, sempre foi aquela solenidade
oficial, aquele troço solene [...] o hasteamento da
bandeira, a execução do hino nacional, com autorida-
des presentes: o Prefeito municipal, autoridades poli-
ciais, eclesiásticas, judiciais. Todas as escolas para-

vam na prefeitura para o hasteamento da bandeira e a execução do hino nacional, mas desde 1986 a escola de Nominando não pára, passa direto, porque o prefeito é da família Pereira, não respeitando um ato cívico e transformando numa mera questão partidária, sendo vergonhoso para a cidade” (J.D.L.)

Desse modo, permanece a rivalidade entre as duas facções, marcando a divisão da cidade até mesmo pela apropriação de instituições públicas, como os colégios ou os hospitais. As questões aí envolvidas podem estar ligadas ao fato de que, em muitos contextos, a patronagem sofre transformações provocadas por novas situações institucionais, mas a sua *base ética* permanece atuando como elemento determinante das relações sociais (Gellner: 1977). Essa permanência de valores que assumem novas nuances, em Princesa Isabel, pode indicar, ainda, que o seu sistema social foi capaz de elaborar uma *ética dúplice*, que acomoda as mudanças econômicas e institucionais ao seio de sua tradição cultural.

Outro ponto de destaque para o que defendemos é o fato de a vida social da cidade já não ser tão marcada pela rivalidade política como no passado. Com a criação da Maçonaria e do Rotary Club, em 1987, passou a ser mais comum a convivência de familiares das duas facções sob uma mesma organização. As festas de clube quase sempre acontecem no Ginásio de Esportes Ministro Alcides Vieira Carneiro (pertencente à Prefeitura) e são freqüentadas por ambas as facções políticas, não havendo mais, como no passado, a realização de festas separadas. A esse respeito, leia-se o relato abaixo:

“Eu estou ligado ao grupo Pereira, né? Em relação à família, em relação ao passado. Só que eu sou uma pessoa esclarecida, vejo a coisa, de certa parte, por

outro ângulo. Não tenho aquele rancor como alguns têm. Não tenho aquela filosofia de perseguição, como talvez alimentem. Eu acho que a política, hoje, já melhorou muito. Eu lembro de coisas como: 'não passe na rua de fulano que é adversário, não converse com sicrano. Hoje já amenizou muito, vem o progresso, vão morrendo os velhos. Com os mais novos há um conagraçamento maior. Hoje nós temos, aqui em Princesa, o Rotary, que tem gente de Nominando, tem gente do PT, do PDT, do PFL, enfim de todas as facções, inclusive das famílias que nutrem essas divergências políticas. No Rotary, todo mundo está presente, todo mundo convive, você conversa política de uma maneira harmoniosa e civilizada. Princesa hoje já melhorou bastante. Antes, eu não alcancei, mas tenho conhecimento pela história, que no clube de Nominando, a festa de Nominando, e a festa Aloysio de Gonzaga, quem fosse de um partido não ia na festa do outro. Em Princesa, isso acabou: você vai pra uma festa de forró lá no Ginásio¹⁰¹ de Nominando, como também vai a uma festa no clube de Aloysio, pode freqüentar ambos. Mas ainda tem muita gente radical, que ainda conserva o rancorismo da coisa, que eu acho que não leva a nada. Mas, graças a Deus, tem melhorado muito em relação ao passado. Antes se você fosse de uma família, você não podia namorar com uma pessoa da outra, mas, hoje, graças a Deus, eu, correligionário de Gonzaga e de Aloysio, cheguei a namorar com alguém da cúpula do adversário, entendeu? Com todo o respeito."

(J.L.C.B.)

Os líderes das famílias, por residirem mais tempo em João Pessoa do que em Princesa Isabel, pouco participam das festas da cidade, limitando-se apenas aos grandes eventos, como a festa da padroeira, as comemorações natalinas e aquelas que têm conotações políticas, como as

¹⁰¹ Quando o entrevistado se refere ao "Ginásio de Nominando", na verdade, está se referindo à Escola Cinecista, que é conhecida pela maioria da população local como Ginásio, devido ao longo tempo durante o qual essa escola ofereceu o curso ginásial.

inaugurações de obras públicas ou as visitas de lideranças políticas do âmbito estadual. Nessas ocasiões, quando sempre há uma ausência da facção adversária, ainda é possível se observar o antigo comportamento.

A mudança que se pode notar no convívio social dos habitantes da cidade, *a priori*, parece apontar para um enfraquecimento da rivalidade que facciona o município. No entanto, o faccionalismo altera alguns padrões e continua operante na sociedade. Para a sobrevivência política das duas facções, novos espaços são ocupados: além dos colégios e dos hospitais que surgiram já sob tutelas, algumas entidades, como as associações comunitárias e o sindicato dos trabalhadores rurais passaram a representar bases de sustentação eleitoral.

As organizações comunitárias, por exemplo, foram criadas, nos últimos anos, com a finalidade de fortalecer a base política da oposição, representada pela família Diniz. O deputado estadual Antônio Nominando Diniz Filho costuma levar benefícios a determinadas comunidades, através da associação comunitária, que, assim, serve como *mediadora* na resolução de problemas da comunidade, ao mesmo tempo em que representa uma forma de roubar a cena da administração municipal.

Não há, por parte dos líderes dessas associações, nenhum envolvimento político-ideológico-partidário. Ao contrário, suas práticas se estruturam nos moldes do clientelismo político e na prática do favor. Mediador nessa relação, o líder comunitário é também um cabo eleitoral.

O Sindicato dos trabalhadores Rurais foi criado, em 1971, por Miguel Lucena, antigo aliado da família Diniz. Miguel Fotógrafo, como era conhecido, presidiu o sindicato até a sua morte, quando assumiu o posto o seu genro, Sebastião Henrique, presidente já no quarto mandato. Des-

de a criação do Sindicato, em 1971, até hoje, não houve uma única eleição que contemplasse uma oposição: todas as eleições ocorreram sob chapa única.

Mesmo sendo o seu presidente um vereador,¹⁰² a prática política efetivada no sindicato consiste em clientelismo, em assistencialismo, enfim, na prática do favor, o que é abertamente assumido, como se pode constatar no trecho abaixo:

“[...] sabe, eu acho que a repartição que dá mais cobertura ao trabalhador rural hoje, ao assalariado, ao homem da mão calejada é o sindicato, porque ele não exclui. O sindicato tá aqui pra dar assistência ao trabalhador rural porque, veja bem, o rico não precisa de sindicato, quem precisa de sindicato é pobre. Então, o sindicato dá a assistência: tem a assistência médica, a assistência odontológica, a assistência jurídica, tudo gratuito.” (Sebastião Henrique)

Quando questionado sobre os conflitos no campo, Sebastião, como todos o conhecem, se limitou a responder que esta questão era mais comum lá na Zona da Mata e que, naquela região, ainda não tinha aparecido nenhum problema desse tipo. Pela maneira como o Sindicato funciona, é fácil constatar que a sua prática está mais relacionada ao apaziguamento das tensões no campo, do que propriamente à organização dos trabalhadores rurais na luta pelos seus direitos. É o que podemos depreender a partir do testemunho abaixo:

“Quanto aos conflitos, aparecem aqui umas questões, mais a gente chega a um acordo que é resolvido aqui mesmo. É só discussão de roça, esse negócio.

¹⁰²Sebastião Henrique é vereador pelo PMDB, o mesmo partido do deputado estadual Antônio Nominando Diniz Filho.

Nunca foi preciso deslocar um advogado da Federação pra vim pra cá. As coisas se resolvem por aqui mesmo, no sindicato.” (Sebastião Henrique)

Os trabalhadores rurais não fazem reivindicações no sentido de mudar a atual plataforma política do sindicato, apesar da atuação da Pastoral da Terra, que tem levado às comunidades rurais informações sobre a questão agrária. Os fazendeiros também não fazem restrições à sua atuação. Desta forma, até o momento não se fala em oposição no sindicato Rural de Princesa Isabel. Nem mesmo a família Pereira parece ter interesse sobre aquela instituição.

Dentro da nova conjuntura, a Igreja se apresenta também sob nova roupagem. Já não é tão neutra como se dizia no passado e, via pastorais, tem tratado de temas polêmicos, que até então eram tabus, como a orientação dos fiéis na escolha do melhor candidato, alertando-os para as questões que envolvem as desigualdades sociais. Há opiniões claras a esse respeito:

“A Igreja nesses últimos cinco anos tomou um novo impulso. Há inclusive, se não me engano, duas pastorais bem atuantes: a pastoral da criança e, me parece, a pastoral da terra [...] O discurso dos padres é bem diferente, é um discurso mais voltado pra o social. Aqui, em Princesa, já se observa, por exemplo, nas missas, todos os domingos, sempre há uma parte da missa dedicada a várias questões: a questão da moradia, a questão do menor abandonado. Quando vem as eleições, os sacerdotes sempre advertem: procurem ver quem são os candidatos, procurem saber a que partido eles estão vinculados, a quem esses partidos servem, qual o discurso, qual o passado de cada um.” (J.D.L.)

“Nas eleições de deputados, senadores, governadores e prefeitos, os padres dizem: olhem a situação, eles são responsáveis por vocês que escolhem esses deputados. Esses senadores, esses governadores, esse presidente da república, eles são responsáveis por vocês. Também! Frei Telécio já está com uns setenta anos, né? Ele não toma partido de fulano nem de sicrano.” (Inês Diniz).

A participação política da Igreja, frente a esse processo de conscientização, fez com que a Prefeitura municipal tomasse algumas medidas no campo do social. Entre essas medidas, está a criação de uma escola agrícola para os meninos de rua, a qual funciona também como alojamento. Esta escola, que, entre outras coisas, tem assistência médico-odontológica, está com a direção, em parte, sob o controle da pastoral da criança.

As mudanças ocorridas no comportamento político também provocaram mudanças na produção do espaço habitacional. Se, no passado, as ruas eram demarcadas pela atuação política dos candidatos, hoje, a expressão mais forte da demarcação do espaço são os conjuntos habitacionais. Pelo fato de terem sido construídos com a interferência de Nominando Diniz ou de Aloysio Pereira, esses conjuntos adquiriram a conotação de espaço privado. O conjunto habitacional conseguido por Nominando Diniz recebeu o nome de sua irmã, Maria Aurora Diniz, enquanto o conseguido por Aloysio Pereira recebeu o seu próprio nome. Os depoimentos abaixo nos dão uma amostra disso:

“Há ruas que, no passado, a quase totalidade dos habitantes votavam em determinado partido. Hoje ainda há resquícios disso: a Rua São Roque, a São Vicente, o Bairro Maia, votam em Nominando, votam a grande maioria. A parte da cidade, do centro da cidade, a

Rua Nova, o bairro do Cruzeiro, vota em Aloysio, a grande maioria, né?" (Dominguinhos)

"A gente sabe que no conjunto de Nominando tem eleitor de Aloysio, mais a maioria é de Nominando. Quando foi pra se inscrever, pra aquelas casas, eles escolheram os deles, né? Quem votava neles tinha mais chance do que os outros. Aqui tudo é assim, tem política." (F.B.M.)

Apesar de ainda haver ruas e bairros que historicamente tendem a apoiar uma das facções, já não podemos dizer que há no município áreas sob o domínio absoluto de quem quer que seja. Em qualquer um dos espaços da cidade, é possível a existência de eleitores de ambas as facções. Até mesmo as praças onde ficam as residências das famílias Pereira e Diniz já não podem ser mapeadas por uma filiação partidária. Vale salientar, entretanto, que é inegável a existência de traços estruturais permanentes que se evidenciam, por exemplo, no abandono em que ficam as obras construídas por uma facção, quando a outra está no poder político local. É o que podemos depreender de um depoimento como este:

"A praça da lagoa, a praça Natália do Espírito Santo, foi construída por Antônio Nominando, em 1968. Eu me lembro da construção! Ele fez o trabalho mais árduo. Depois veio Francisco Sobreira, que calçou e botou mais umas coisinhas lá. Depois disso, nunca mais fizeram nada naquela praça, né? Abandonaram mesmo! Agora, a outra praça, a da Rua Nova, ali, foi totalmente reformada. Você chega lá e vê que é uma praça bem arrumadinha. Mas antigamente ainda era pior, pois o que um fazia, o outro destruía, né?" (A.P.S.)

As divergências políticas ocorrem, hoje, num clima pacífico, não havendo mais nem enfrentamentos, nem grandes provocações, não obstante permaneça a grande rivalidade. A prova disso está nas manifestações políticas que acontecem nos períodos eleitorais, quando a polícia atua isolando qualquer foco de manifestação. Um dos fatores que têm contribuído para esse clima é a ação enérgica da Justiça Eleitoral, que tem dado demonstrações de estar livre das ingerências político-partidárias, o que se comprova com a sua ação nas eleições para prefeito, em 1996.

A rivalidade política entre as facções ainda altera o comportamento dos eleitores, o que pode ser observado até nos clubes de futebol. A família Diniz tem um time, a "Portuguesa", cuja torcida é praticamente formada por seus eleitores, embora haja, entre os seus jogadores, pessoas ligadas à família Pereira:

"Até no futebol, essas coisas são divididas. Você vê, aqui tem uma equipe nossa e tem outras equipes. Aloysio nunca fez time de futebol, aqui, não. Mas a equipe feita por a gente mais jovem não tem a torcida do pessoal deles, que de tanto ver a parte política, não torcem pelo nosso time por conta de achar, que é uma equipe política também. Não tem nada a ver! Tem pessoas que jogam na equipe da gente que são lá de dentro." (Dr. Dedé).

As mudanças também ocorreram na administração pública, criando-se novos mecanismos de atuação política face às mudanças estruturais da sociedade brasileira. Com a Constituição de 1988, vieram o fim das nomeações sem concurso público e a criação da estabilidade no emprego para determinados cargos do funcionalismo público. Com isso, foi desmontado um forte mecanismo de sustentação política, amplamente utilizado

pelas duas facções: a nomeação para cargos tanto municipais, quanto estaduais ou federais.

O mecanismo utilizado pelas facções para substituir as antigas nomeações foi a criação dos contratos de serviço por tempo determinado, o *pró-tempore*, que deixa o empregado ainda mais ligado ao “padrinho” que o indica para o cargo. A expectativa de se efetivar no cargo traduz a dependência do funcionário, que retribui com votos os favores recebidos. Desse modo, o empreguismo, prática amplamente utilizada no passado, não desapareceu. Ao contrário, com uma nova roupagem, tem demonstrado a permanência de padrões culturais que remontam a nossa origem colonial.

A maneira como as relações políticas têm recebido as influências dos “novos tempos” pode ser demonstrada pela instalação de uma rádio, de propriedade da família Pereira, em setembro de 1982, a Rádio Princesa. De acordo com nossa pesquisa, essa emissora é um elemento de fundamental importância para a consolidação da família Pereira na hegemonia do poder político local:

“A rádio de Aloysio é só do interesse deles. Ninguém de oposição pode ir lá e falar contra o prefeito. Eles utilizam a rádio pra enganar o povo. Só tem servido pra isso. Não tem nenhuma outra finalidade. Teve uma vez que Totonho conseguiu iluminação pública pra um sítio, aqui, e eles disseram, na rádio, que foram eles que conseguiram.” (A.F.S.)

“Olhe, eu acho que a rádio é quem faz Aloysio ter ainda poder, aqui, em Princesa. Lá, eles dizem o que fazem pelo município. Além disso, o povo dos sítios estão sempre mandando recados pra familiares. A rádio tem muita audiência, só tem ela no município. Ninguém pode negar o valor da rádio pra cidade.” (J.S.S.)

A partir de depoimentos como os acima transcritos, podemos perceber que a rádio é um instrumento de influência na formação de uma ideologia, bem como no processo eleitoral da cidade. Sendo utilizada de acordo com os interesses do grupo ao qual pertence, torna-se um elemento essencial para a continuidade da família Pereira no poder político local.

De uma forma geral, os depoimentos, a respeito dos mais diversos assuntos, apontam para a permanência de determinadas práticas e comportamentos que já fazem parte do padrão cultural da cidade de Princesa Isabel. No entanto, não podemos deixar de pontuar que essas permanências observadas sofreram, ao longo dos anos, algumas modulações que nos obrigam a encará-las como permanências ressignificadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as observações que elaboramos, ao longo da pesquisa, percebemos que o corte temporal que fizemos revela um leve processo de flexibilização do faccionalismo político observado em Princesa Isabel. Essa flexibilização, a nosso entender, é motivada por mudanças efetivadas na ordem jurídico-político-econômica, que se materializam nas inúmeras reformas institucionais pelas quais passou a sociedade brasileira.

Princesa Isabel não deixa de sofrer os influxos da economia nacional, o que garante a sua inserção no âmbito do capitalismo; os produtos consumidos na região são os mesmos da maioria dos grandes centros urbanos. Há uma certa “modernização” na estrutura econômica da cidade, o que pode ser observado nas microempresas que ali se têm instalado ultimamente, a exemplo de uma fábrica de confecções que produz roupas vendidas praticamente em todo o Nordeste. Esta e outras empresas de pequeno porte hoje dinamizam a economia da cidade, fazendo-a tornar-se, outra vez, um pólo comercial, não tão forte como na década de 20, mas de considerável importância em relação às cidades circunvizinhas, que dela também dependem no que diz respeito à saúde e à educação, já que é em Princesa Isabel que estão as melhores escolas e hospitais da região. Outra atividade econômica que começa a se projetar aí, ainda que de forma bastante incipiente, é o garimpo de ouro, que se encontra no momento sob intervenção judicial.

Apesar disso, a cidade não sofreu modificações radicais na sua estrutura de poder, protegida que está pela ideologia e pela ética do liberalismo, uma vez que se encontra intrinsecamente ligada à modernização capitalista manifestada globalmente. O que ocorreu, de fato, foi uma

acomodação das “oligarquias” dominantes, havendo uma redefinição da sua estrutura faccional, que há muito tempo caracteriza as relações políticas e a vida social da cidade.

As mudanças que pudemos apontar ao longo deste trabalho aconteceram sobretudo pela perda do caráter totalizante que envolvia, no passado, as relações políticas e pessoais. Se, antes, havia um alinhamento entre as várias instituições sociais, definindo os indivíduos a partir de sua inclusão em uma das facções, hoje, surge um novo espaço definidor de um modelo faccionalista, com o discurso modernizador surgindo como necessidade de reativar o tradicional poder de voto das oligarquias.

Como vimos, através das práticas clientelistas (na saúde, no empreguismo, na concessão de serviços públicos), houve uma modulação, que permitiu à estrutura faccional adquirir uma nova força. Os elementos éticos, aí envolvidos, adaptaram-se para que a lógica interna do faccionalismo se mantivesse preservada, ou seja, o faccionalismo se modificou em prol de sua própria permanência.

O faccionalismo é alimentado, no novo contexto, pela continuidade estrutural da *ideologia da rivalidade*, uma vez que a vida social tem gerado novas possibilidades de conduzir (mas não conduzem) os habitantes da cidade para o completo arrefecimento das oposições. Desse modo, a permanência da ideologia da rivalidade só pode ser compreendida pelo componente estrutural definidor da reciprocidade invertida: o seu caráter ritual. Pois, como vimos, a rivalidade que há entre as famílias Pereira e Diniz se tornou uma condição necessária à sobrevivência da vida social da cidade, onde o conflito exposto no faccionalismo se dá em função da importância dos laços pessoais.

Nem mesmo as mudanças históricas relacionadas ao desenvolvimento da economia foram suficientes para modificar o fac-

cionalismo que caracteriza Princesa Isabel: nem a maior inserção da cidade no âmbito do capitalismo, nem as pressões econômicas e ideológicas que se organizam a nível nacional, conseguiram desestruturar suas relações políticas, que continuam marcadas por um forte componente de pessoalização. Assim, é possível perceber que a lógica interna do faccionalismo é marcada por uma ética pessoalizante que se estabelece como um padrão de sociabilidade.

As relações políticas também não foram suprimidas pela organização partidária do tipo moderno. Desta forma, o *ethos* local permanece marcado pela configuração pessoalizante das relações pessoais, contrariando a perspectiva de alguns autores, que, embora se referindo a contextos diferentes, enfatizam o fim das relações pessoais, em virtude da sua incompatibilidade com o estado liberal e a lógica de mercado.¹⁰³

A partir das investigações desenvolvidas ao longo desta dissertação, procuramos apreender a dinâmica das redefinições e/ou permanências das relações de poder, em Princesa Isabel, como um dispositivo no qual se encontram as experiências cotidianas de seus habitantes, que são, dessa forma, sujeitos partícipes do processo histórico-cultural.

No que diz respeito ao perfil das personagens envolvidas na trama das relações de poder, pudemos constatar que elas se fundam em códigos éticos baseados na pessoalização, caracterizando um caso típico de lideranças fundadas em padrões de patronagem, com as relações definidas pelos termos comunidade/nação. Estas relações de poder influenciam na formação de práticas alternativas ao acesso a determinados bens, obrigações e direitos dos cidadãos inclusos no espaço relativamente autocontido de Princesa Isabel.

¹⁰³ Ver, a esse respeito, as considerações de Boissevain (1977: 89), Gellner (1977: 31), Graziano (1977: 362), Landé (1977: XXX).

A personagem do mediador, presente em todos os momentos do nosso trabalho, revela um dado necessário para o entendimento das relações políticas, tanto da família Pereira quanto da família Diniz: a autoridade de que se revestem os seus líderes justificam a condição de patrão que assumem, numa estrutura social desigual, onde o sistema de troca deixa os seus clientes sempre em constante dívida (que será paga com a moeda da lealdade eleitoral).

Constatamos ainda que a representatividade ou legitimidade dos chefes políticos é conferida por meio do reconhecimento de sua autoridade, a qual se encontra articulada ao seu status social, à sua situação econômica e às suas relações do tipo direto, face-a-face, permitindo a existência da confiança naturalmente constituída numa relação de amizade que implica um conjunto de relações pautadas num padrão ético pessoalizante. Assim, detectamos um quadro em que a liderança personalista se mantém legítima e operante nas relações políticas.

A análise exposta comprova a nossa hipótese inicial de que a permanência das famílias Pereira e Diniz no poder político de Princesa Isabel tem se adaptado às mudanças ocorridas no sistema político, econômico e social, de modo que as práticas de articulação do padrão tradicional frente às pressões modernizadoras do capitalismo que se organizaram a nível nacional não criaram novas condições capazes de substituir um tipo de padrão de tratamento por um outro qualquer, ao longo da história local.

O que de fato ocorreu na localidade estudada foi a sobrevivência de determinadas relações adaptadas a uma nova conjuntura. E o exemplo mais evidente disso está nas relações políticas (refletidas na vida social), onde até hoje podemos constatar um forte componente de pessoaliza-

ção, mesmo diante de uma organização partidária do tipo moderno¹⁰⁴. Quando chegamos a esta conclusão não estamos, naturalmente, afirmando que não aconteceram mudanças em Princesa Isabel. Apenas queremos enfatizar que as novas condições impostas não impediram que o *tradicional* e o *moderno* se remodelassem, se adaptassem, fazendo permanecer a mesma estrutura faccionalista instituída em 1930, ainda que ressignificada.

¹⁰⁴ Isso que acontece em Princesa Isabel, acreditamos, não se reduz apenas ao plano local, mas é já reflexo das relações que se dão de uma forma mais ampla, no plano nacional, configurando características próprias da sociedade brasileira.

ANEXOS

ANEXO 2: GENEALOGIA POLÍTICA

Nominando Muniz Diniz (nomeado)	1930-1935	Família Diniz
Manoel Florentino de Medeiros (eleito)	1935-1937	Família Pereira
José Pereira Cardoso (nomeado)	1938-1940	Família Pereira
Armando Caminha de Barros (nomeado)	1940-1945	Família Pereira
Ademar William de M. Caldas (nomeado)	1945-1946	Família Pereira
Manoel F. de Medeiros (nomeado)	1946-1947	Família Pereira
Benedito Florentino Lima (nomeado)	1947	Família Diniz
Nominando Muniz Diniz (eleito)	1947-1951	Família Diniz
Zacarias Sitônio (eleito)	1951-1955	Família Pereira
Nominando Muniz Diniz (eleito)	1955-1959	Família Diniz
Antônio Maia (eleito)	1959-1963	Família Diniz
Luiz Gonzaga de Souza (eleito)	1963-1969	Família Pereira
Antônio Nominando Diniz (eleito)	1968-1973	Família Diniz
Francisco Sobreira Duarte (eleito)	1973-1979	As duas famílias
Sebastião Feliciano dos Santos (eleito)	1977-1983	Família Diniz
Luiz Gonzaga de Souza (eleito)	1983-1989	Família Pereira
Francisco Bezerra Lima (eleito)	1989-1993	Família Pereira
Luiz Gonzaga de Souza (eleito)	1993-1997	Família Pereira
Francisco Bezerra Lima (eleito)	1997	Família Pereira

ANEXO 3: QUALIFICAÇÃO DOS INFORMANTES

Aloysio Pereira Lima	75 anos	- Entrevista realizada em 30/07/95
Antônio Nominando Diniz	74 anos	- Entrevista realizada em 31/03/95
A.F.S.	41 anos	- Entrevista realizada em 22/12/95
A.N.D.	57 anos	- Entrevista realizada em 26/10/95
A.P.F.	62 anos	- Entrevista realizada em 31/03/95
A.P.S.	65 anos	- Entrevista realizada em 29/07/95
C.J.P.	38 anos	- Entrevista realizada em 21/12/95
Dr. Dedé	38 anos	- Entrevista realizada em 08/09/95
Dominginhos	39 anos	- Entrevista realizada em 05/09/95
D.S.M.	39 anos	- Entrevista realizada em 02/04/95
D.S.R.	51 anos	- Entrevista realizada em 27/12/95
F.B.M.	32 anos	- Entrevista realizada em 27/07/95
F.L.C.B.	59 anos	- Entrevista realizada em 31/07/95
F.S.S.	35 anos	- Entrevista realizada em 09/09/95
Gonzaga Bento	67 anos	- Entrevista realizada em 01/04/95
G.R.S.	39 anos	- Entrevista realizada em 08/09/95
Inês Diniz	62 anos	- Entrevista realizada em 02/04/95
J.D.L.	35 anos	- Entrevista realizada em 23/12/95
J.L.C.B.	30 anos	- Entrevista realizada em 10/09/95
J.P.S.	54 anos	- Entrevista realizada em 22/10/95

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Ilza Leão de:

- 1993 "Novas elites no cenário político nordestino". In XIMENES, Teresa(org.) **Novos paradigmas e realidade brasileira**. Belém, UFPa/NAEA.

ANDRADE, Manuel Correia de:

- 1986 **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste**. São Paulo 5ª edição. Atlas.

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de:

- 1983 "A política econômica governamental para o Nordeste, a máquina estatal e o clientelismo". In: **Clientelismo e máquina estatal nas eleições de 1982**. João Pessoa, UFPb. (mimeo).

- 1985 **Neo-coronelismo e perspectivas eleitorais na Nova República**. João Pessoa. UFPB/NDHIR.

- 1988 **Notas sobre clientelismo, coronelismo e representação Política**. João Pessoa. UFPB/NDHIR.

- 1987 **Relações de trabalho e relações de poder**. João Pessoa. UFPB/NDHIR. 1987.

ARANTES, Antonio A.

- 1975 "A sagrada família: uma análise estrutural do compadrio" In: **Cadernos do IFCH**. Campinas, ed. Unicamp. v.5.

AZEVEDO, Fernando de:

- 1964 **A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4ª ed. São Paulo, Melhoramentos (Obras Completas, v. xiii).

BALANDIER, G:

- 1969 **Antropologia Política**. São Paulo, Ed. USP.

BARNES, J. A:

- 1987 "Redes sociais e processo político". In: **Antropologia das sociedades contemporâneas**. (Bela Feldman-Bianco, org.) São Paulo, Global Editora.

BARREIRA, César:

- 1992 **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro. Fundo de Cultura.

BLONDEL, Jean.

- 1957 **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.

BOISSEVAIN, Jeremy:

- 1966 "Patronage in Sicily". In: **MAN**, 1(1):18-33.
- 1977 "When the saints go Marching Out: Reflections on the decline of patronage in Malta". In: **Patrons and Clients in Mediterranean Societies** (E. Gellner & J. Waterbury, orgs.). New York, Duckworth.

BOURDIEU, Pierre.

- 1979 **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo. Ed. Perspectiva.

BRASIL:

- 1985 **Censo Econômico de 1985 - Paraíba**. Rio de Janeiro, IBGE.
- 1991 **Censo Demográfico de 1991 - Paraíba**. Rio de Janeiro, IBGE

CAMPOS, Edmundo:

- 1978 **Sociologia da burocracia**. Rio de Janeiro, 4ª ed. Zahar.

CANIELLO, Márcio de Matos:

- 1990 **Os estudos de comunidade no Brasil: algumas reflexões sobre a noção de mudança social**. Rio de Janeiro. Mimeo.

1990a “Patronagem e rivalidade: Observações iniciais sobre processos de Modulações ética numa cidade do Interior”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Ano 5. Número 14. Rio de Janeiro. Vértice/ANPOCS.

1993 **Sociabilidade e padrão ético numa cidade do interior: carnaval, política e vida cotidiana em São João Nepomuceno-MG**. Rio de Janeiro. Mimeo.

CARDOSO, Fernando Henrique.

1975 “Dos govenos militares a Prudente-Campos sales”. **História Geral da Civilização Brasileira, VIII - O Brasil Republicano**. Boris Fausto (direção). São Paulo, Difel.

CARDOSO, José Gastão:

1954 **A Heróica Resistência de Princesa**. Recife, s/e.

CARONE, Edgard:

1975 **A República Velha: Instituições e Classes Sociais**. V. 1, 3ª ed. São Paulo: Difel.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly:

1993 “A nova estética do espetáculo político”. In XIMENES, Teresa. **Novos paradigmas e realidade brasileira**. Belém, UFPa/NAEA.

CORRÊA, M. et alii:

1982 **Colcha de retalhos: Estudos sobre família no Brasil**. São Paulo, ed. Brasiliense.

DA MATA, Roberto:

1983 **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Zahar.

1987 **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de janeiro, Guanabara.

DANTAS, Ibarê:

1989 “As mutações do coronelismo”. In **Relações de trabalho e relações**

de poder: mudanças e permanências. Fortaleza. Imprensa Universitária da UFCe.

DAVIS, John:

1983 **Antropologia de las sociedades mediterrâneas.** Barcelona, Editorial Anagrama.

DIAS, Gentil Martins:

1978 **Depois do latifúndio: continuidade e mudança na sociedade rural nordestina.** Rio de Janeiro. Ed. Universidade de Brasília.

DINIZ, Eli:

1982 **Voto e máquina política: Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro. Paz e Terra.

DREIFUSS, René Armand:

1993 **Política, poder, Estado e força: Uma leitura de Weber.** Rio de Janeiro. 2ª ed. Vozes.

DUARTE, Nestor:

1966 **A Ordem Privada e a Organização Política Nacional.** 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

DUMONT, Louis:

1985 **O individualismo: uma perspectiva antropológica da Ideologia moderna.** Rio de Janeiro. Rocco.

1992 **Homo Hierarchicus: O Sistema das Castas e Suas Implicações.** (Carlos Alberto da Fonseca, trad.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

ETZIONI-HALEVY, Eva:

1979 **Manipulação política e poder administrativo: Um estudo comparativo.** Rio de Janeiro. Zahar.

FAORO, Raymundo:

1979 **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro.** v.2. 5ª ed. Globo. Porto Alegre.